Universidade de São Paulo – PROLAM USP
Programa de Pós-Graduação - Integração da América Latina

Universidade de São Paulo

Escola de Comunicação e Artes

Programa de Pós-graduação em Integração da América Latina

Mateus Fiorentini

Caminho Uruguaio ao Socialismo: O pensamento de Rodney Arismendi e a unidade da esquerda (1955 – 1971)

Versão Revisada

São Paulo

Janeiro de 2019

Universidade de São Paulo – Prolam USP
Programa de Pós-Graduação - Integração da América Latina

Universidade de São Paulo

Escola de Comunicação e Artes

Programa de Pós-graduação em Integração da América Latina

Mateus Fiorentini

Caminho Uruguaio ao Socialismo: O pensamento de Rodney Arismendi e a unidade da esquerda (1955 – 1971)

Versão Revisada

São Paulo

Janeiro de 2019

Universidade de São Paulo – Prolam USP
Programa de Pós-Graduação - Integração da América Latina

Mateus Fiorentini

Caminho Uruguaio ao Socialismo: O pensamento de Rodney Arismendi e a unidade da esquerda (1955 – 1971)

Dissertação defendida
junto ao Programa de
Pós-Graduação em
Integração da América
Latina para conclusão de
Mestrado desenvolvido
pelo acadêmico Mateus
Fiorentini sob orientação
da Profª. Dra. Maria
Cristina Cacciamali.

Versão Revisada

São Paulo

Janeiro de 2019.

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

F518c Fiorentini, Mateus
 Caminho Uruguaio ao Socialismo: O pensamento de
Rodney Arismendi e a Unidade da Esquerda (1955-1971)
/ Mateus Fiorentini ; orientadora Maria Cristina
Cacciamali. - São Paulo, 2019.
 90 f.

 Dissertação (Mestrado)- Programa de Pós-Graduação
Interunidades em Integração da América Latina. Área
de concentração: Integração da América Latina.

 1. Política. 2. História da América. I.
Cacciamali, Maria Cristina, orient. II. Título.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

CC - Comitê Central

CEPAL - Comissão Econômica para América Latina e o Caribe da ONU

CGTU - Confederación General del Trabajo del Uruguay

CIES - Conselho Internacional Econômico e Social

CIOSL - Confederação Internacional de Organizações Sindicais

CNT - Convención Nacional de los Trabajadores

Comintern - Communist International

CSU - Confederación Sindical del Uruguay

CTU - Confederación del Trabajo del Uruguay

FA - Frente Amplio

FEU - Federación Estudiantil Universitaria de Cuba

FEUU - Federación de Estudiantes Universitarios del Uruguay

FIDEL - Frente Izquierda de Liberación

FORU - Federación Obrera Regional Uruguay

FSM - Federação Sindical Mundial

IC - Internacional Comunista

ILPES - Instituto Latino-americano e do Caribe de Planejamento Econômico

MEGA - Marx-Engels-Gesamtausgabe

MLN-T - Movimiento de Liberación Nacional - Tupamaros

OEA - Organização dos Estados Americanos

OLAS - Organização Latino-americana de Solidariedade

ONU - Organização das Nações Unidas

PC - Partido Colorado

PC's - Partidos Comunistas

PCB - Partido Comunista Brasileiro

PCI - Partido Comunista Italiano

PCU - Partido Comunista del Uruguay

PCUS - Partido Comunista da União Soviética

PN - Partido Nacional

PS - Partido Socialista

UDELAR - Universidad de la República

UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UGT - Unión General de Trabajadores

UJC - Unión de Jóvenes Comunistas

UNESP - Universidade Estadual Paulista

UP - Unión Popular

URSS - União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

1 Introdução	8
1.1 Apresentação de Rodney Arismendi	12
1.2 Produção de Rodney Arismendi	14
1.3 Por quê estudar o pensamento de Rodney Arismendi	15
1.4 Questões teórico-metodológicas: Reflexões sobre Marx e a América Latina	19
1.5 Como ler Arismendi	26
1.6 Fontes e estrutura da dissertação	30
2 Capitalismo latinoamericano e a Teoria da Revolução Continental	33
2.1 Crise estrutural do capitalismo latinoamericano e a Revolução Continental	40
2.2 Democracia avançada: classes sociais e a unidade do “povo” uruguaio	49
3 Arismendi e a política	59
3.1 Contexto dos PC’s: organizações revolucionárias e de esquerda na América Latina e movimento comunista internacional	60
3.2 Contexto político-partidário do Uruguai	68
3.3 PCU, Arismendiano	79
3.4 Avançar em democracia ao socialismo	84
Considerações finais	88

1. Introdução

O Uruguai da primeira metade do século XX

Em meados do século passado o Uruguai configurava-se como um país que apresentava números econômicos e sociais comparáveis aos de países europeus desenvolvidos. Como parte do desenrolar do processo de independência, o impulso de desenvolvimento capitalista do país refere-se aos episódios vividos durante os primeiros anos do século XX. Entretanto, a partir da segunda metade da década de 50 esse modelo construído no início dos 1900 começou a dar sinais de esgotamento. Assim, o país viveu um período de importantes mudanças de caráter econômico, social, político e cultural que subsidiarão as análises deste estudo.

Pode-se afirmar que a constituição do Uruguai como nação independente desenrolou-se no período entre 1811 e 1904. Após largo confronto com os argentinos e as Provincias Unidas del Río de la Plata de um lado e luso-brasileiros de outro, contando com a participação britânica, o Uruguai tornou-se formalmente independente no final da década de 20 do século XIX. A formalização da independência uruguaia (1828-30) abriu um período de novos conflitos, indefinições e ingerências estrangeiras. Ou seja, é uma fase onde as estruturas sociais, econômicas, políticas e sociais não estavam de toda forma consolidadas. Conforme afirmou Jaime Yaffe (s/d, p. 2-3):

La estructura económico-social heredada de la época colonial no sufrió alteraciones significativas a lo largo de las cinco primeras décadas de vida independiente. La economía tradicional estaba caracterizada por el absoluto predominio de la ganadería vacuna extensiva y de la actividad comercial centrada en el puerto de Montevideo. La propiedad de la tierra fue difusa (por la superposición de títulos de diverso origen y la generalizada apropiación ilegal de tierras fiscales) y permaneció indefinida hasta el período militarista. Este fue el origen de una conflictividad social permanente entre propietarios, entre propietarios y hacendados sin títulos (ocupantes o simples poseedores); y entre propietarios y/o ocupantes y el Estado. La fuerza de trabajo no poseedora de tierras (ya fuese en propiedad o simple posesión) se vinculaba a las unidades de producción ganadera (estancias) en formas fuertemente personalizadas y paternalistas.

Entretanto, neste período entre 1830 e 1876, estabelecido pelo autor, introduziram-se algumas mudanças de caráter “modernizador”. Entre elas, podem ser

mencionadas a pecuária ovina, atividade comercial favorável, devido à posição geográfica estratégica, e o surgimento de uma incipiente burguesia que muitas vezes confundia-se com famílias tradicionais do período colonial. Apenas após a Guerra do Paraguai (1864 - 1870), quando o Uruguai compôs a Tríplice Aliança junto a Brasil e Argentina, pode-se afirmar que a sociedade uruguaia passou a caminhar rumo a uma maior estabilização.

Entre 1876 e 1903, segundo Yaffe (s/d), promoveram-se as primeiras mudanças de caráter estrutural rumo à constituição do Uruguai enquanto nação moderna e capitalista. Durante essa fase, o cercamento dos campos e o código rural (1876-79) estabeleceram a propriedade privada como regra, ao mesmo tempo que geraram um novo tipo de mão de obra. Desse período de consolidação do Estado uruguaio originaram-se reformas importantes que apontavam para o rumo da modernização capitalista. Daí surge o Poder Judiciário, o exército profissional, a estrada de ferro, o sistema público de ensino, entre outras medidas que marcaram essa etapa da vida do país. Do ponto de vista político, Jaime Yaffe nos ajuda novamente ao compreender que:

La expansión del Estado hacia el área económica se produjo en el marco de la perpetuación del sistema político oligárquico hegemónico y excluyente. Bajo el imperio de la Primera Constitución (la de 1830) la ciudadanía continuó estando fuertemente restringida. El derecho al sufragio siguió siendo el privilegio de una minoría ilustrada y el acceso a los cargos de gobierno continuó rigiéndose por criterios de exclusión censitaria. La participación política de las masas se producía por canales informales a través de las divisas blanca y colorada configuradas como huestes caudillistas. De igual forma la competencia política institucional estaba fuertemente limitada por el fraude electoral y el manejo exclusivista de las instituciones públicas de parte de los colorados. El pluralismo en clave bipartidista (blancos y colorados) sobrevivió en la práctica, por la mutua aceptación que implicaba el mecanismo de coparticipación instaurado a partir de 1872 (YAFFE, s/d, p. XX).

Ou seja, é possível afirmar que há um misto de continuidade e descontinuidade no processo constitutivo da moderna nação uruguaia. Ao mesmo tempo em que caminha rumo a sua inserção no mundo capitalista, resguarda fortes resquícios coloniais.

Entretanto, os conflitos que marcaram a passagem do século XIX para o XX representam um marco desse processo da história uruguaia. De certa maneira pode-se dizer que os confrontos entre blancos e colorados expressados nas figuras de Aparicio Saravia e José Batlle y Ordoñez determinaram a cara do Uruguai moderno. De um lado a perspectiva de ampliação das liberdades democráticas em sua acepção liberal, de outro a visão

modernizadora da sociedade tendo o Estado como elemento propulsor da economia. Desta polarização de projetos para o país, Batlle saiu vitorioso e iniciou um intenso processo de transformações estruturais que definiram a imagem do Uruguai como conhecemos. Conforme explica Carlos Moreira (2008, p. 366-367),

fue con el batllismo que el Estado adquirió “un papel activo y decisivo”, a través de dos grandes olas estatizadoras: la primera entre 1911 y 1912, y la segunda entre 1928 y 1933. ambas implicaron la creación de la mayor parte de las empresas públicas uruguayas: el banco de la república y el banco de seguros del Estado en 1911, el banco Hipotecario del Uruguay en 1912, el Frigorífico nacional en 1928, la Usina y teléfonos del Estado (UtE) en 1931 y la administración nacional de Combustibles, alcohol y portland (anCap) el mismo año (Frega y trochón, 1991). En cuanto a la legislación social, fue durante la fase conocida como del “impulso” del primer batllismo (real de azúa, 1964), entre 1904 y 1916, que se promulgaron las principales leyes: ley de ocho horas, sábado inglés para el comercio, ley de la silla, semana de seis días de trabajo para obreros industriales, reglamentación de los despidos, prohibición del trabajo nocturno en las panaderías, descanso semanal obligatorio, seguro de desempleo, vivienda y comida a todo indigente, retiros y pensiones, ley de jubilaciones, etc. si tomamos en cuenta que en este período también se promulgaron la serie de leyes que ampliaban los derechos políticos (como el sufragio universal masculino y la representación proporcional), parece justificarse la llamada excepcionalidad del país en el contexto latinoamericano, al combinar el batllismo tempranamente un Estado de bienestar con la democracia política.

Assim, é possível afirmar que, com o Batllismo, o Uruguai consolida o processo iniciado com as lutas pela independência. Este promoveu transformações sociais e econômicas de caráter estrutural que renovaram a sociedade uruguaia, marcada, no entanto, por continuidades e discontinuidades. Para Jaime Yaffe (s/d, p. 08),

La modernización económica operada bajo el primer batllismo estuvo centrada en la dinamización de la economía urbana industrial y en el crecimiento de las empresas públicas aunque, al fracasar en sus planes de reforma rural y fiscal, no alcanzó a trastocar las bases del modelo agroexportador heredado del siglo XIX. Allí están las bases del creciente peso social y político de los sectores populares y medios urbanos. La clase obrera manufacturera y el funcionariado público se expandieron al son del incipiente crecimiento de la industria manufacturera y del desarrollo del aparato del estado.

Além disso, foi durante esse período que se consolidaram os pilares do que se entende como identidade nacional uruguaia – e a figura de Artigas como herói nacional. Segundo o historiador uruguaio Carlos Demasi, o ano de 1911 foi o marco da instituição dessa narrativa que elegeu Artigas como herói dos orientais. Encontrava-se, assim, um

elemento que colocava a nação acima das disputas políticas e sociais e “para lograr ese proposito la invocación de Artigas se presentaba como un recurso imprescindible” (DEMASI, 2005, p. 1034). Para o autor,

Los festejos del Centenario de la Batalla de las Piedras (programados para el 18 mayo de 1911) fueron la instancia en la que se procesó la exaltación de la figura de Artigas. Históricamente representan la primera “gran conmemoración” de la comunidad nacional uruguaya, es decir, la primera vez que el colectivo social elaboraba una instancia destinada a celebrarse a si mismo y a representarse como “nación”. Sin lugar a dudas, un elemento central para la construcción del sentido era la elaboración de un relato lineal que describiera el desarrollo de la comunidad desde las guerras de independencia hasta el presente y que justificara la instancia de la conmemoración, materializándola en un personaje que encarna el complejo nacional-emotivo de la “nación uruguaya”. Así es como la figura de Artigas aparecía naturalmente vinculada con el aniversario de la batalla que ganara a las fuerzas de Montevideo, y que representó uno de los primeros triunfos militares del movimiento iniciado en Buenos Aires casi un año antes (DEMASI, 2005, p. 1031-1032).

Assim, pode-se atribuir a esse período da história uruguaia um certo caráter fundacional que não se distinguia, em alguns aspectos, de outros países da região, mas que ao mesmo tempo revelava certa precocidade do processo uruguaio. Celso Furtado chama a atenção para o desenvolvimento das sociedades do cone-sul. Segundo o economista,

Na região sul do continente sul-americano – Argentina e Uruguai e, em menor escala, Chile e áreas meridionais do Brasil –, para a qual se dirigiu o fluxo migratório europeu, não somente a urbanização avançou com rapidez como também a economia agrícola se fez totalmente monetária (FURTADO, 2007, p. 112-113).

Para ele, Argentina e Uruguai constituíram um cenário “singular de país latino-americano em que o desenvolvimento se traduziu em melhoria efetiva das condições de vida da quase totalidade da população” (FURTADO, 2007, p. 114). Graças a esse impulso de desenvolvimento capitalista que integrava proteção social e crescimento econômico, o Uruguai ganhara o título de “Suíça da América”.

Com o golpe promovido por Gabriel Terra, em 1933, esperava-se viver um ciclo de reação conservadora e retrocesso das medidas reformistas. Entretanto, Terra deu continuidade a muitas delas, como menciona o pesquisador da Flacso-Uruguai, Carlos Moreira: “el sistema educativo se mantuvo sin cambios, se crearon el Ministerio de salud pública, el instituto nacional de vivienda, el Consejo Económico y social (de carácter corporativo) y el instituto de jubilaciones y pensiones del Uruguay” (MOREIRA, 2008, p.

367).

No período pós-guerra, após o governo de Baldomir, que promovera o “golpe bom” por haver restabelecido a ordem democrática do país, o batllismo retornou ao governo. Segundo Moreira (2008, p. 367-368),

En esta variante, el neobatllismo desarrolló la industrialización por sustitución de importaciones y las políticas distributivas apoyadas en los excedentes del comercio exterior, cimentando la época conocida como “el Uruguay feliz”. A su vez, el sistema político vio la fuerte irrupción de empresarios y sindicatos como grupos de presión sobre el Estado, en paralelo con la actuación de los partidos tradicionales.

Contudo, a partir da década de 50, especialmente a segunda metade dela, o modelo que levou o Uruguai a converter-se em um país de indicadores sociais e econômicos comparáveis aos dos países desenvolvidos começa a dar sinais de esgotamento. A sociedade uruguaia que havia se transformado, diversificado seus atores, renovado conflitos, chocava-se com as estruturas construídas que já não lograram produzir respostas efetivas para o conjunto do país.

1.1 Apresentação de Rodney Arismendi

Rodney Arismendi foi um líder político Uruguaio que viveu entre 1913 e 1989. A partir de 1955, no XVI Congresso do Partido Comunista do Uruguai (PCU), passou a dirigir esta agremiação, mantendo-se como seu principal dirigente até falecer. Rodney Arismendi nasceu no município fronteiriço de Rio Branco, departamento de Cerro Largo. Provém da união entre Etelvina Carrasco e Tibaldo Arismendi. Por parte da mãe, uma família que “se pretende que viene de los primitivos fundadores de Montevideo, muy ramificada” (ARISMENDI, 1987, p. 36). Da parte de seu pai “con una actuación bien marcada dentro del Partido Colorado (...) en cierto período, de militancia batllista” e “chegou a ser diputado por una de las corrientes del batllismo del departamento” de Melo (ARISMENDI, 1987, p. 36). A partir da biblioteca do pai, Rodney estabeleceu os primeiros contatos com a literatura.

Contudo, foi durante sua experiência no liceu na cidade de Melo, igualmente no departamento de Cerro Largo, onde teve seu primeiro contato com obras do marxismo. Ali se reuniam grupos de estudos onde se discutiam obras de Lenin e Gorki, por exemplo. Na universidade iniciara sua atuação política quando vinculara-se à organização *Estudiantil*

Roja. No ano de 1931 filiou-se ao Partido Comunista do Uruguai. Arismendi ocupou a Secretaria Geral do partido durante o período de 1955 até 1987, quando foi designado presidente do Comitê Central do PCU, função que desempenhou até seu falecimento. Na condição de principal dirigente, impulsionou mudanças no PCU, foi determinante para a construção da Frente Ampla, força política, fundada em 1971, que desde 2004 governa o país. Arismendi é, até os dias atuais, o recordista de mandatos parlamentares em âmbito nacional. Esteve no parlamento nacional como deputado por 27 anos consecutivos, entre 1946 e 1973, quando ocorreu o golpe militar no Uruguai. No ano de 1955, Arismendi assumiu a Secretaria Geral do PCU em meio a um movimento de renovação política e ideológica cujo marco traduz-se nos debates em torno ao XVI Congresso do partido. Para o historiador Gerardo Leibner

los debates estratégicos de 1956 proveyeron los insumos para la que sería la estrategia del PCU en su período de mayor auge político 1955-1973, estrategia mediante la cual el PCU se iba a transformar de un pequeño partido sectario en un partido de masas, hegemónico en el movimiento obrero uruguayo y determinante en el proceso de unidad de las izquierdas (LEIBNER, 2016, p. 65).

Uma vez instaurada a ditadura, a partir de 1973, Arismendi foi preso e expulso do Uruguai, exilando-se na União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). O ex-deputado retornou ao país com a redemocratização, elegeu-se senador pela Frente Ampla através da lista Democracia Avançada, mas não logrou assumir o mandato em função do seu falecimento, em dezembro de 1989.

Devido a sua formação política e intelectual, Arismendi esteve inserido nos debates políticos e sociais que marcaram o século passado no Uruguai e na região. Principalmente enquanto foi o principal dirigente do Partido Comunista do Uruguai, atuou de forma proeminente nas discussões acerca dos caminhos para a emancipação das sociedades latinoamericanas. Devido ao seu protagonismo, aproximou-se de figuras como Salvador Allende, Luís Carlos Prestes e Fidel Castro¹; polemizou com Mao Tse Tung e Bellinger²

¹ Salvador Allende: Líder político chileno vinculado ao Partido Socialista do Chile. Ocupou distintos espaços na política do país sul-americano, notabilizando-se como presidente do Senado Chileno. Marcou profundamente a história de seu país e da região ao liderar um governo de caráter socialista eleito no pleito de 1970.

Luis Carlos Prestes: Militar e líder político brasileiro ficou conhecido como Cavaleiro da Esperança pela dimensão adquirida pelo movimento conhecido como Coluna Prestes da qual foi um de seus principais personagens. Foi o principal dirigente do Partido Comunista do Brasil até a sua divisão em 1961 quando esta organização passou a chamar-se Partido Comunista Brasileiro.

Fidel Castro: Advogado e líder revolucionário cubano, chegou ao poder em 1959 e buscou implementar um projeto socialista em Cuba inspirado pelas ideias do líder da independência de Cuba, José Martí.

² Mao Tse Tung: Líder da Revolução Chinesa que marcou a implementação do socialismo no país asiático

Enrico Bellinger: Dirigente do Partido Comunista Italiano (PCI) que defendera a democracia como princípio fundamental no processo que constituiu o que ficou conhecido como

(dirigente do Partido Comunista Italiano) e o que se chamou de eurocomunismo. Parte do seu legado reside na articulação política em prol de uma estratégia unitária por parte da esquerda nacional. Da mesma forma que a Teoria da Revolução Uruguaia e a perspectiva de um caminho uruguaio ao socialismo, desenvolvida pelo autor, constituiu uma nova forma de interpretar a história do país e da América Latina. Para alguns pesquisadores, contribuiu, inclusive, para a formação de uma “cultura contra-hegemónica” (CAPOBIANCO, 2015, p. 164) no país. Além disso, Arismendi deixou uma vasta obra intelectual registrada em artigos e discursos, a partir sobretudo do seu trabalho como diretor da Revista Estudios, periódico teórico do PCU. Seu trabalho intelectual está organizado, ademais, nos inúmeros livros publicados ao longo de sua vida.

1.2 Produção de Rodney Arismendi

Ao longo de sua trajetória intelectual e política Arismendi deixou vasta bibliografia. Suas produções estão registradas em inúmeros livros escritos pelo intelectual uruguaio: artigos, cartas, discursos e pronunciamentos. Neles, Arismendi desenvolve os conceitos e categorias que fundamentam sua visão acerca dos aspectos característicos e dinâmicas que marcam a sociedade que se formou ali. Assim, o intelectual platino desenvolveu uma visão original sobre a questão nacional e a nacionalidade uruguaia. Ainda, pode-se afirmar que incidiu nos debates acerca das perspectivas de desenvolvimento e as vias e caminhos para construir sociedades desenvolvidas, soberanas e com justiça social na América Latina.

La filosofía del marxismo y el Sr. Haya de la Torre (ARISMENDI, 1946) e *Para um prontuário del dólar*, de 1947 (ARISMENDI, 1995), podem ser compreendidas como as primeiras obras de maior densidade teórica e reflexiva do autor. Destaca-se, outrossim, o discurso proferido em atividade com intelectuais próximos ao PCU em fevereiro de 1948, publicado sob o título de *Los intelectuales y el Partido Comunista*. É possível afirmar que, durante esse evento, Arismendi teria apresentado um esboço do que seria a sua leitura acerca do caminho uruguaio ao socialismo. Em *Problemas de una revolución continental* (ARISMENDI, 1998), tomos I e II, de 1962, o intelectual platino desenvolve as bases da sua interpretação da realidade latinoamericana, assim como da formação da sociedade uruguaia e dos aspectos que integram a teoria da revolução uruguaia. *Lenin, la revolución y América Latina* (ARISMENDI, 1970) é, junto à obra anterior citada, uma das principais

obras de Arismendi do período prévio ao golpe de 1973, uma vez que é onde ele reproduz sua visão quanto às vias de aproximação ao socialismo.

A partir do exílio na União Soviética, o autor dedicou-se, além da intensa atividade política, às reflexões no âmbito do marxismo, sobretudo do pensador marxista italiano Antonio Gramsci³. Além disso, travou debates em torno do que se denominou de “eurocomunismo” e da perspectiva que entendia a democracia como valor universal, defendida por Enrico Berlinguer, dirigente do Partido Comunista Italiano (PCI). Sobre essas questões, é fundamental analisar as diversas compilações de textos organizadas e mencionadas no ponto anterior da mesma forma que as publicações de Arismendi na Revista Estudios. A respeito dos debates mencionados, podem ser destacadas a obra *Marx y los desafíos de la época* e o encarte especial da edição 100 do periódico dos comunistas de outubro de 1987, sobre o pensamento do intelectual sardo sob o título de *Apuntes sobre Gramsci* (ARISMENDI, 1987). Ademais, deve-se mencionar a publicação recente (2017) de manuscritos inéditos redigidos por Arismendi que deveriam compor uma obra do uruguaio sobre o pensamento do dirigente do PCI.

Além disso, boa parte dos discursos e artigos de Arismendi pode ser encontrada nas várias obras que se propuseram a selecionar e compilar as reflexões do autor. Entre elas, destacam-se *La construcción de la unidad de la izquierda* (ARISMENDI, 1999), que reúne textos do intelectual produzidos entre 1955 e 1989; *La unidad de América Latina* (ARISMENDI, 2013), contendo produções de 1970 a 1989; e *A revolução Latino-americana* (ARISMENDI, 1977), editada por Edições Avante. Convém mencionar, enfim, sua entrevista autobiográfica reproduzida em 1987 sob o título de *Forjar el viento* (BARROS-LÉMEZ, 1987).

1.3 Por que estudar o pensamento de Rodney Arismendi?

A reflexão acerca da relevância do trabalho de Arismendi para a história intelectual da América Latina parte de questões variadas. A primeira delas diz respeito à contribuição do estudo sobre o seu pensamento diante das inquietações da historiografia. Além disso, o fortalecimento de setores ligados ao campo de esquerda em inúmeros países da América Latina recolocou os debates acerca de projetos de afirmação nacional em cena. Em

³ Antonio Gramsci: Dirigente do Partido Comunista e intelectual marxista italiano. Notabilizou-se pela sua noção acerca do conceito conhecido como hegemonia e visões heterodoxas acerca das classes sociais, do Estado e da cultura no âmbito da teoria marxista.

decorrência disso, propostas caracterizadas como *socialismo do século XXI*, *socialismo comunitário*, entre outros acompanharam a implementação de projetos transformadores na região. Nestes processos, que marcaram a primeira década do século atual, a disputa acerca da narrativa da nacionalidade esteve presente. Da mesma forma, voltam ao cenário regional discussões acerca das vias e caminhos para a implementação de projetos de desenvolvimento autônomos e soberanos. Em torno desses enfoques, buscou-se ressignificar os elementos que constituem a identidade nacional de um conjunto de países latino-americanos. Do outro lado do espectro político, setores ligados à ultradireita na Europa, nos EUA e mesmo na América Latina ganharam força nos últimos anos e resgataram o nacionalismo ufanista dos períodos autoritários. No entanto, evidenciam que os temas relacionados à questão nacional, assim como as discussões em torno a nacionalidade seguem presentes nos debates atuais, ainda que influenciados por distintas matizes e novas configurações, próprias do atual período histórico.

Tendo em vista tal contexto, é possível afirmar que se produziram estudos suficientes para considerar que conhecemos a totalidade dos pensadores e intelectuais latino-americanos? Mesmo se consideradas as grandes correntes teóricas originadas na região, foi possível até o presente momento explicitar o conjunto de debates que marcaram cada linha de pensamento? Longe de ser um aspecto negativo ou alvo de crítica, demonstra a riqueza e o desenvolvimento constante da história intelectual na região. Novas interpretações e abordagens possibilitam analisar as diversas correntes intelectuais sob ângulos diferentes. A recente publicação de *A teoria da dependência: do nacional-desenvolvimentismo ao neoliberalismo* (WASSERMANN, 2015), de autoria da professora do Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Claudia Wasserman, revela a importância dos estudos acerca do pensamento latinoamericano. No livro, a historiadora chama atenção para a trajetória intelectual e política de Vânia Bambirra, Theotônio dos Santos, Ruy Mauro Marini e André Gunder Frank⁴, identificados como corrente marxista da Teoria da Dependência. Tendo em vista a hegemonia que a USP passou a ter durante a metade do século XX no meio das Ciências Humanas, a produção desses autores, conhecidos também como grupo de Brasília, foi esquecida ou marginalizada. Para a pesquisadora, “igualmente as categorias criadas por

4 Os autores mencionados constituíram um grupo de intelectuais ligados à Universidade de Brasília que desenvolveram uma visão mais radical do que chamou-se de Teoria da Dependência entendendo que apenas uma revolução social poderia abrir caminho para a construção de projetos de desenvolvimento plenamente autônomos. Devido a isso também foram identificados como Corrente Marxista da Teoria da Dependência ou Grupo de Brasília.

estes autores para explicar o desenvolvimento capitalista no Brasil, como desenvolvimento do subdesenvolvimento, subimperialismo, superexploração do trabalho, entre outras foram menosprezadas pelos seus oponentes” (WASSERMAN, 2017, p. 37). Entretanto, a capacidade desses intelectuais em analisar a realidade brasileira a partir de uma visão latinoamericanista os distingue diante das perspectivas predominantes. Por isso, a autora afirma que “ainda que os objetivos políticos do grupo tenham sido derrotados, o mesmo não se pode afirmar acerca da capacidade que essas categorias tinham ou ainda têm de explicar a realidade brasileira” (WASSERMAN, 2017, p. 37). Assim, considera-se, a partir da produção acima citada, a atualidade dessas discussões, as quais ainda revelam que estes debates encontram-se plenamente abertos. Evidencia-se, portanto, a vitalidade e relevância dos estudos acerca das correntes de pensamento originadas na América Latina. Diante desse cenário, os subsídios fornecidos pelo estudo do trabalho intelectual de Arismendi representam importantes aportes à historiografia latinoamericana e brasileira.

Tendo em vista a importância adquirida pela sua obra, Arismendi foi alvo de inúmeras pesquisas, acadêmicas ou não, que buscaram estudar seu pensamento, influências e conexões. Em seu livro *José Carlos Mariátegui y Rodney Arismendi: dos cumbres del marxismo en América Latina* (SCHVARZ, 1998), Niko Schvarz buscou estabelecer as pontes entre o pensamento do peruano e do uruguaio. A dissertação de mestrado defendida por Alexis Capobianco (*José Carlos Mariátegui y Rodney Arismendi: convergencias e proyecciones actuales*), em 2015, junto à Facultad de Humanidades da Universidad de la República (UDELAR), também reflete sobre as identidades dos dois pensadores.⁵

Além dos autores já mencionados, os historiadores Gerardo Leibner e Maria Luisa Battegazzore promovem importantes reflexões no que tange à conexão entre o intelectual uruguaio e Antonio Gramsci. Leibner, apesar de uruguaio, é professor da Universidade de Tel Aviv e possui uma vasta obra sobre os comunistas uruguaio, a contribuição de Arismendi e outros dirigentes do PCU para a construção dessa força política. A publicação de *Camaradas y compañeros: una historia social y política de los comunistas del Uruguay* (LEIBNER, 2011), de sua autoria, constitui leitura obrigatória para o estudo da história dos comunistas uruguaio. Battegazzore, por sua vez, é historiadora e professora da UDELAR, membro da Fundação Rodney Arismendi e desenvolve importantes leituras acerca do

⁵ José Carlos Mariátegui: Líder político comunista, jornalista e teórico marxista peruano. Destacou-se pelo desenvolvimento de uma visão mais ampla do marxismo integrando-o à perspectiva da revolução peruana e latino-americana. O autor entendia que cada povo deveria encontrar seu próprio caminho ao socialismo formulando a noção de que o socialismo não deve ser decalque nem cópia, mas invenção criativa dos povos.

conceito de democracia avançada, a noção de caminho uruguaio ao socialismo, entre outros aspectos do pensamento do dirigente comunista. Outro intelectual uruguaio cuja contribuição é significativa para a compreensão da produção intelectual de Arismendi é o professor Álvaro Rico, atual decano da faculdade de humanidades da UDELAR e diretor do arquivo dos desaparecidos durante a ditadura uruguaia. Rico é doutor em filosofia pela Universidade Estatal de Moscou e foi secretário de Arismendi, sua tese de doutorado versou sobre *El problema de la revolución social en los trabajos de los marxistas uruguayos* (RICO, 1985). Do mesmo modo, é fundamental incluir o cientista político e igualmente professor da UDELAR, Jaime Yaffe, e seus estudos sobre a esquerda e os comunistas do Uruguai.

Um componente importante é o diálogo com as produções de membros do Partido Comunista e de outras organizações partidárias do Uruguai. Entre eles, ressaltamos, além de Niko Schvarz, já mencionado anteriormente, Eduardo Vieira e seu livro *El aporte de Arismendi al desarrollo del leninismo en América Latina* (Vieira, 1994). Nesse sentido, destacam-se também os trabalhos de Carlos Yaffe, principalmente *Sobre el proceso de construcción del Partido Comunista de Uruguay* (YAFFE, 2010) e *El año de 1955 a través del diario Justicia: el XVI Congreso del PCU, la fundación de la UJC y otros documentos* (YAFFE, 2011). Entre as lideranças de outros partidos com quem Arismendi desenvolveu amplo e profundo debate, destacamos Vivian Trías. Trías foi dirigente e intelectual ligado ao Partido Socialista e travou intensa interlocução com Arismendi em torno à unidade das esquerdas do Uruguai. No ano de 1961, o autor publicou *Marx, Lenin y la Revolución Latinoamericana* (TRIAS, 1961), entretanto, sua principal obra consiste em *Aportes para un socialismo nacional* (TRIAS, 1989), em que se identificam as polêmicas entre os dois intelectuais e dirigentes partidários.

Pode-se afirmar, portanto, que o estudo acerca da obra de Rodney Arismendi permite contribuir para a ampliação do conhecimento dos debates que marcaram a América Latina durante o século XX. Além disso, traz à luz as contribuições de um pensador importante para a história intelectual e o pensamento latinoamericano.

1.4 Questões teórico-metodológicas: Reflexões sobre Marx e a América Latina

Na América Latina produziu-se um conjunto variado de discussões sobre a relação entre o pensamento de Marx e a realidade do continente. Inúmeros intelectuais, acadêmicos

e líderes políticos buscaram analisar as sociedades latinoamericanas a partir do marxismo.

Consequentemente, as interpretações feitas são de vasta amplitude, o debate foi intenso e as contribuições são enormes. Assim, o continente latinoamericano gerou importantes pensadores que buscaram identificar as características que definem as singularidades que marcam a região. Figuras como Álvaro Garcia Linera, atual Vice-presidente da Bolívia; Atilio Borón, Politólogo argentino, para mencionar alguns da atualidade junto com o cubano Fernando Martinez Heredia⁶, falecido recentemente são importantes referências. Além desses, um vasto repertório de clássicos como o peruano José Carlos Mariátegui; o fundador do PC e da FEU de Cuba, Julio Antonio Mella; o líder operário chileno Luis Emilio Recabarren.⁷ Ou ainda, os cepalinos como o argentino Raúl Prebisch e o brasileiro Celso Furtado⁸; Carlos Fonseca Amador, fundador da Frente Sandinista na Nicarágua em 1961, Caio Prado Jr., no Brasil, os teóricos da dependência como Ruy Mauro Marini ou Theotônio dos Santos. Dessa forma, dialogar com o pensamento latinoamericano pode trazer importantes aportes para os desafios colocados no atual contexto.

No âmbito dos trabalhos realizados sobre o pensamento progressista e de esquerda na América Latina, o livro *O Marxismo na América Latina: Uma antologia de 1909 aos dias atuais* (LOWY, 2012), organizado por Michael Lowy, tem sido uma importante referência. Nesta obra, Lowy reforça a perspectiva que reconhece o peruano Carlos Mariátegui como grande fundador dessa corrente teórica na região. Entretanto, para o professor da USP Bernardo Pericás, a definição de Lowy é imprecisa. O historiador paulista reivindica o cubano Carlos Baliño como precursor dessa perspectiva de interpretação da realidade latino-americana. Ainda que reconheça a magnitude da obra de Mariátegui, Pericás identifica no dirigente operário cubano a primeira tentativa de difusão do marxismo na região, argumentando que Baliño já se reconhecia como adepto do materialismo histórico desde 1889 (PERICÁS, 2016, p. 128). Em seu artigo *Carlos Baliño, pioneiro do marxismo na América Latina* (PERICÁS, 2016), o professor da USP ressalta que Lowy

6 Alvaro Garcia Linera: Vice-presidente da Bolívia e intelectual marxista que desenvolve a perspectiva do socialismo indo-americano atribuída a Mariátegui

Atilio Boron: Sociólogo, Politólogo argentino com doutorado pela Universidade de Harvard.

Fernando Martínez Heredia: Filósofo e escritor cubano foi diretor da Cátedra Gramsci ministrada em Havana, capital do país caribenho.

7 Julio Antonio Mella: Dirigente estudantil nos anos 1920 destacou-se como fundador da Federación Estudiantil Universitaria de Cuba e do Partido Comunista Cubano.

Luis Emilio Recabarren: Dirigente operário chileno durante as décadas de 1910 e 1920, foi o fundador da Central Unitária de los Trabajadores (CUT) e do Partido Comunista do Chile.

8 Intelectuais ligados à Comissão Econômica para América Latina e o Caribe.

sequer menciona o cubano que, em 1905, “publicaria o ‘folheto’ ‘verdades socialistas’” (PERICÁS, 2016, p. 128) - considerada a primeira obra em Cuba partindo do ponto de vista marxista. O ponto em que ambos concordam, contudo, está relacionado ao papel de Mariátegui para o desenvolvimento de várias gerações de intelectuais que buscaram interpretar de maneira original a realidade latinoamericana.

Por isso, José Carlos Mariátegui é considerado por muitos como a principal referência do marxismo na região. Poucos foram tão longe quanto o peruano no sentido de incorporar o marxismo à análise da realidade regional da mesma forma que a absorveram na luta por libertação nacional. Sua perspectiva que entendia que o socialismo não pode ser decalque nem cópia, mas invenção criativa dos povos, provocou forte impacto sobre o marxismo, assim como os movimentos revolucionários da região. Mariátegui identificava a questão indígena e a preservação do latifúndio como marcas que caracterizam a sociedade peruana. Para ele, esse tipo de propriedade fornece o conteúdo social que sustenta as instituições do Estado. Tal característica teria permanecido, uma vez que, mesmo com o advento das Independências e da República não se constituiu uma nova classe dirigente no país. Ou seja, tais transformações políticas e sociais na sociedade peruana mantiveram incólume a grande propriedade rural. De tal modo, o autor entendia que a aristocracia latifundiária ocupou o papel da burguesia nessas sociedades. Diante disso, concluiu que os privilégios da sociedade colonial seguiram sendo os privilégios da sociedade republicana. Mariátegui afirmava que a construção de uma outra sociedade exige a eliminação de qualquer herança “feudal”, nacionalização das grandes riquezas e o resgate do agrarismo comunitário indígena. Diante desses elementos, entendia que "Se formó en el Perú una burguesía, confundida y enlazada en su origen y su estructura con la aristocracia, formada principalmente por los sucesores de los encomenderos y terratenientes de la colonia" (MARIÁTEGUI, 2007). Diante disso, afirmava não ser possível ser nacionalista e revolucionário sem ser socialista, do mesmo modo que não é possível ser peruano sem ser indígena. Contudo, desconstruindo visões que buscam apartar o revolucionário peruano do marxismo, é importante destacar que o mesmo afirmara que o problema do índio não se resumia a um problema étnico. Entendia que "la cuestión indígena arranca de nuestra economía. Tiene sus raíces en el régimen de propiedad de la tierra" (MARIÁTEGUI, 2007). Considerava "absolutamente superados los puntos de vista humanitarios o filantrópicos" (MARIÁTEGUI, 2007), pois entendia que o problema do índio residia precisamente no

conjunto de instituições, ordenamentos e dinâmicas que se alteraram em virtude da introdução do latifúndio colonial no país. Por isso destacava a importância de "reivindicar, categoricamente, su derecho a la tierra. Esta reivindicación perfectamente materialista, debería bastar para que no se nos confundiese con los herederos o repetidores del verbo evangélico" (MARIÁTEGUI, 2007). Assim, Mariátegui deve ser considerado como um dos grandes desenvolvedores e renovadores do marxismo na América Latina. Quanto a Arismendi, Lowy o encaixa em dois momentos distintos: primeiramente na fase stalinista e depois entre as lideranças dos partidos comunistas. As produções de Arismendi durante a fase que Michel Lowy qualifica de stalinista, são *El congreso de los constructores del comunismo y Acerca da obra de Stalin: "Problemas económicos del socialismo en la URSS"* (ARISMENDI, 1953), publicados em 1953, de autoria de Rodney Arismendi.

A relação do marxismo com a América Latina sempre foi marcada por certa dose de conflitividade e esquematismo. Assim, a contradição entre a condenação do pensamento do alemão diante da sua desconexão com a originalidade da realidade latinoamericana e sua aplicação mecânica marcou essa relação. Ainda que de maneira limitada e esquemática, Michel Lowy apresenta uma certa periodização do marxismo desenvolvido na América Latina. Para o autor,

(...) podemos distinguir três períodos na história do marxismo latino-americano: 1) um período revolucionário, dos anos 1920 até meados dos anos 1930, cuja expressão teórica mais profunda é a obra de Mariátegui e cuja manifestação prática mais importante foi a insurreição salvadorenha de 1932. Nesse período, os marxistas tendiam a caracterizar a revolução latino-americana como, simultaneamente, socialista, democrática e anti-imperialista; 2) o período stalinista, de meados da década de 1930 até 1959, durante o qual a interpretação soviética de marxismo foi hegemônica, e por conseguinte a teoria de revolução por etapas, de Stalin, definindo a etapa presente na América Latina como nacional-democrática; 3) o novo período revolucionário, após a Revolução Cubana, que vê a ascensão (ou consolidação) de correntes radicais, cujos pontos de referência comuns são a natureza socialista da revolução e a legitimidade de certas situações, a luta armada, e cuja inspiração e símbolo, em grau elevado, foi Ernesto Che Guevara (LOWY, 2012, p. 9-10).

Segundo Lowy, a evolução do pensamento marxista na América Latina esteve envolto em duas perspectivas: de um lado o "excepcionalismo indo-americano e o eurocentrismo" (LOWY, 2012, p. 10). Dito de outra forma, poderia se considerar que essa contraposição se deu no curso do debate sobre o caráter criativo do marxismo e a singularidade das formações sociais do continente e a transposição mecânica dos modelos

européus.

É importante considerar, diante disso, o peso exercido pela Revolução Russa de 1917 e, posteriormente, da URSS na difusão das obras de Marx e no surgimento dos primeiros partidos comunistas na região. Se, por um lado, o papel jogado pela União Soviética permitiu que o pensamento do alemão chegasse a todas as regiões do planeta, por outro levou consigo as distorções que marcaram seu processo. A manualização do marxismo, promovida sobretudo durante o período de Stalin, engessou a teoria e exportou fórmulas prontas e receitas de como chegar ao socialismo. Não foram poucos os partidos comunistas e intelectuais de respeito que adotaram ou fizeram verdadeiras ginásticas teóricas para enquadrar a realidade da América Latina em receitas pré-estabelecidas. Além disso, em muitos casos pode-se dizer que a assimilação feita pelas organizações latinoamericanas deu-se de maneira esquemática. Assim, leituras limitadas da Revolução Russa e o debate sobre a excepcionalidade do modelo ou do caráter progressista da burguesia frente a uma oligarquia entendida como “feudal” marcaram boa parte do século XX. Partia-se da perspectiva de que toda sociedade deveria passar e completar as 5 etapas básicas do seu desenvolvimento histórico. Compreendendo, dessa forma, que as sociedades coloniais não haviam completado suas Revoluções Burguesas, a perspectiva da revolução em duas etapas incidiu fortemente sobre o movimento revolucionário mundial. Interpretou-se, portanto, que nestas sociedades o caminho para alcançar o socialismo se daria através de uma etapa democrático-burguesa e outra de caráter socialista. De acordo com essa visão, a primeira seria conduzida por uma burguesia, ou parte desta, que diante de suas contradições com as potências centrais do capitalismo assumiria um caráter progressista ou revolucionário. Vencida essa etapa e concluída a transformação capitalista destas sociedades, caberia, agora sim, ao proletariado, o papel de conduzir o processo visando a implementação do socialismo. Por outro lado, os defensores da tendência que, segundo Lowy, orienta-se pelo “excepcionalismo indo-americano” (LOWY, 2012, p. 10),

(...) tende a absolutizar a especificidade da América Latina e de sua cultura, história ou estrutura social. Levado às suas últimas consequências, esse particularismo americano acaba por colocar em questão o próprio marxismo como teoria exclusivamente européia.

Ainda que Lowy localize essa tendência no período anterior ao que convencionou chamar-se de stalinismo, esse debate foi retomado no futuro. Entendiam, dessa forma, o marxismo como uma teoria fundamentalmente eurocêntrica, sem diálogo com a distinta

realidade latinoamericana. Em grande medida, autores que defendem essa visão criticam o pensamento de Marx a partir de seus estudos acerca do caráter civilizatório da burguesia em relação ao papel da Inglaterra na Índia, por exemplo. Outros porém, chamaram a atenção para os poucos estudos do alemão acerca da América Latina, exceto suas análises do processo norte-americano e seus escritos sobre Bolívar sob o argumento de que pouco se sabia sobre o continente. Para o argentino José Aricó, mais que o eurocentrismo de Marx, o que pesou para que o teórico contrapusesse de maneira veemente a figura de Bolívar foram razões de natureza política. Contudo, mais que isso, o argentino considera que no autor de *O Capital* “reaparecem de forma camuflada ambas as linhas de pensamento de traços hegelianos” (ARICÓ, 1982, p. 103). Pode-se dizer, fundamentalmente, que Marx não teria utilizado seu próprio método para analisar a realidade latinoamericana.

Porém, Aricó critica as visões que qualificam como eurocêntricas as categorias de Marx. Para ele isso se deve a análises parciais e fragmentadas da elaboração do alemão, sem vê-lo no conjunto de sua obra, que o torna um pensador universal. Assim, o historiador argentino identifica nos estudos de Marx sobre a situação da Irlanda e, posteriormente, da Rússia, uma viragem no seu pensamento, além de construir importantes elaborações sobre os países coloniais. Segundo José Aricó,

Foi indubitavelmente o caso irlandês que permitiu explicar claramente o princípio sustentado pelos revolucionários de 1848, segundo o qual um povo que oprime outro, não pode libertar-se por si mesmo. Porém, assim como em uma primeira etapa de suas reflexões Marx e Engels pensavam que a independência da Irlanda deveria ser um resultado da revolução na Inglaterra, a partir de 1867 eles extraem precisas conclusões políticas do fato de reconhecerem que o movimento operário inglês era tributário do sistema de espoliação colonial do povo irlandês instituído pela Grã-Bretanha. Desde então, para Marx e Engels, será a emancipação nacional da Irlanda a primeira condição para a emancipação social do proletariado inglês (ARICÓ, 1982, p. 54-55).

Entretanto, deve-se considerar o fato de que a completude das obras produzidas por Marx tardaram muito para serem amplamente conhecidas. Durante boa parte do século XX creditou-se a ele a ideia de que a revolução ocorreria nos países de capitalismo mais desenvolvido. De certa forma, é possível afirmar que ainda hoje não se tem conhecimento total de suas obras e mesmo aquelas tradicionalmente conhecidas são colocadas ao exame crítico dos investigadores. Apenas o primeiro volume de *O Capital*, por exemplo, foi publicado por Marx ainda em vida. Os outros dois tomos, que completam a versão mais

famosa da trilogia, foram editados após a sua morte, por Engels. Diante disso, as edições promovidas pelo companheiro de Marx têm sido alvo de inúmeros debates. Alguns chegam a afirmar por exemplo, sobre o terceiro livro, que “não podem ser consideradas o volume 3 de *O Capital*” (HENRICH, 2016). É preciso levar em conta, porém, que quando Marx morreu, o que Engels encontrou eram notas soltas, raciocínios abertos ou conceitos ainda sem maior formatação. Agrega-se a isso a péssima caligrafia de Marx, cuja letra era compreensível apenas para ele mesmo e a esposa Jenny. Por isso, diante de uma tarefa difícil de organizar e editar o emaranhado de anotações deixadas, o trabalho desenvolvido por Engels foi árduo. Ao mesmo tempo destacam o papel de Engels enquanto teórico, tendo em vista a grandeza que adquiriram as obras.

Os historiadores envolvidos no trabalho impulsionado pela editora alemã MEGA (*MEGA-2: Marx-Engels-Gesamtausgabe*)⁹ com os manuscritos de Marx afirmam que Engels fez mais que editar e organizar a obra deixada pelo companheiro. A MEGA edita todos os escritos de Marx e Engels. Seu acervo está dividido em quatro partes que contemplam todas as obras, exceto estudos relacionados a *O Capital* (1), estudos preparatórios e *O Capital* (2), cartas (3) e outros registros (4). Ao longo da manipulação dos manuscritos de Marx os editores da MEGA identificaram que Engels não incidiu apenas nos aspectos estéticos ou na clareza de seus conceitos. Estas interferências iriam desde a disposição de determinados temas à elaboração de definições distintas e até opostas às de Marx. Para os pesquisadores alemães, Engels buscou reproduzir, mas ao fazê-lo interferiu de certa maneira nas definições e conceitos que Marx vinha desenvolvendo. No entanto, a maior riqueza do estudo dos manuscritos está na possibilidade de identificar outras versões, opiniões ou debates e polêmicas existentes que marcavam o período. Permite identificar pontos de vistas que amadureceram ou não, feixes de possibilidades considerados num momento dado. Além disso, mostram o pensamento de Marx como algo aberto e em constante desenvolvimento. Diante do desconhecimento de grande parte das obras de Marx, consolidou-se a ideia plasmada por Gramsci de que a Revolução Russa ocorrera contra *O Capital* por haver ocorrido na periferia do sistema, ao contrário do que se entendia ser a compreensão de Marx. Assim, a Rússia soviética exerceu forte peso e jogou papel destacado nas lutas anticoloniais ao longo do século XX, incorporando a luta pela

⁹ *MEGA-2*: Em alemão, *Marx-Engels-Gesamtausgabe* caracteriza-se como a coletânea de escritos e manuscritos elaborados por pesquisadores alemães que buscam desvendar novos elementos além de revisar de maneira crítica a obra de Karl Marx

emancipação dos povos na agenda dos revolucionários de todo o mundo.

Sobretudo após a Revolução Cubana (1959) ganharam força os estudos e análises que buscavam interpretar a história das sociedades latinoamericanas e do caráter do capitalismo surgido na região de maneira original. Assim, mais que a excepcionalidade do modelo, o que se buscava era precisamente encontrar as particularidades das formações sociais produzidas na América Latina. Diante da inserção periférica do continente no cenário do capitalismo mundial, desenrolaram-se debates em torno do desenvolvimentismo, subdesenvolvimento, dependência, entre outros. Para Lowy,

Outro debate significativo neste contexto é o que se dá em torno da questão da dependência. Pode a América Latina libertar-se da dominação imperialista e conhecer um desenvolvimento capitalista autônomo, independente, como as nações européias (Itália, Alemanha) que se unificaram e se emanciparam da dominação estrangeira no século XIX? A tendência representada por Mariátegui – que tem seu prolongamento na ciência social marxista dos anos 1960 e 1970 – rejeita o modelo europeu também nesse caso. A burguesia latino-americana chegou muito tarde na cena histórica. No contexto do modo de produção capitalista, os países do continente estão inevitavelmente condenados à dependência e à submissão ao poder econômico e político- militar do imperialismo. O único caminho para superar a dominação da metrópole norte-americana e a hegemonia dos monopólios internacionais, a única maneira de escapar ao subdesenvolvimento, é romper com o próprio sistema capitalista – tomar o caminho socialista (LOWY, 2012, p. 13).

Assim, os defensores dessa perspectiva buscavam contrapor o etapismo e a noção de um feudalismo latinoamericano. A leitura desses intelectuais atribuiu o caráter singular assumido pelo capitalismo na região como fator para o subdesenvolvimento. O passado colonial, a inserção “tardia” da burguesia latinoamericana no contexto global e a dependência foram, para aqueles que se identificam com essa visão, a grande marca da região. Diante disso, alguns deles, sobretudo cepalinos, acreditaram no desenvolvimentismo como caminho para a superação dos entraves que amarravam nossas sociedades ao passado colonial. Assim sendo, o caminho para a superação da dependência consistia na constituição de uma sociedade plenamente capitalista e desenvolvida. Outros, porém, como Ruy Mauro Marini, defenderam que a única alternativa para superar o subdesenvolvimento é o socialismo.

Por fim, a proposta de Michel Lowy consiste em ver que a questão reside exatamente no fim da polarização entre a visão indo-americana e a eurocêntrica. Para o autor,

A aplicação criativa do marxismo à realidade latino-americana significa justamente a superação dessas duas tendências e do dilema entre um particularismo hipostasiado e um dogmatismo universalista – graças à unidade dialético-concreta entre o específico e o universal. Na nossa opinião, não é acidental que a maioria dos pensadores que compartilham essa posição metodológica, de Mariátegui a Che Guevara, para citar dois exemplos bem conhecidos, chega justamente à conclusão oposta: a revolução na América Latina será socialista ou não será (LOWY, 2012, p. 12).

Além da noção de “aplicação”, ainda que criativa, do marxismo, que nos parece contraditório com a perspectiva de Marx, o erro de Lowy ocorre ao enquadrar pensadores de maneira arbitrária. Seu esquematismo impede de ver, no caso de Rodney Arismendi, que o uruguaio pratica precisamente o que Lowy sugere ser o método mais correto.

1.5 Como ler Arismendi

Para examinar as interpretações de Arismendi é preciso considerar sua condição de dirigente político, deputado comunista e intelectual marxista. Almeja-se, então, dialogar com algumas perspectivas que, entende-se, buscam estabelecer uma visão ampla e arejada, apoiadas no materialismo histórico para observar toda a complexidade dos fenômenos sociais.

Por conseguinte, a presente pesquisa se desenvolveu a partir dos parâmetros estabelecidos pelo que se denomina História Intelectual. No entanto, a quantidade de pontos de vista e perspectivas acerca da mesma, assim como do entendimento quanto à definição de intelectual, compreende uma ampla diversidade. Sendo assim, torna-se importante balizar esta investigação em torno da compreensão de que “não há um plano das ideias completamente independente dos demais aspectos da sociedade” (WASSERMAN, 2015, p. 69). Dessa maneira, texto e contexto devem ser entendidos, ambos, como expressão da própria realidade em que vivem. Ou seja, assim como o texto decorre do contexto ao qual sua produção está inserida, pode-se considerar que o texto incide sobre o contexto interferindo na realidade.

De acordo com a professora Claudia Wasserman, do Programa de Pós-graduação em História da UFRGS,

se a definição de intelectual não está dada pelas atividades exercidas por aqueles que se ocupam do “mundo das ideias”, mas pela função que exercem na sociedade, assim também não é admissível a existência de intelectuais isolados em suas atividades e sem envolvimento com os

assuntos públicos (WASSERMANN, 2015, p. 69).

Tendo em vista os argumentos expostos acima, o estudo do pensamento de Rodney Arismendi pode desenvolver-se a partir do conceito de Intelectual Orgânico, desenvolvido por Antonio Gramsci. O intelectual italiano entendia como um erro “buscar o caráter da atividade intelectual em sua natureza, naquilo que lhe é intrínseco dela e não, ao contrário no sistema de relações em que tal atividade se encontra” (LACORTE, 2017, p. 430). Dessa forma, torna-se fundamental observar “as funções que eles desenvolvem, e formas de vez em vez peculiares e historicamente determinadas, nos processos de formação de hegemonia” (LACORTE, 2017, p. 431). Assim, “Os intelectuais orgânicos seriam, nessa acepção, provenientes da classe social que os gerou como especialistas e como dirigentes, sujeitos que ocupam posição estratégica para buscar hegemonia do grupo social ao qual pertencem” (WASSERMAN, 2015, p. 69). Desse modo, tampouco deve-se reduzir o conceito de intelectual orgânico a intelectual de partido, buscando desenvolver uma visão ampla dessa definição. Ao mesmo tempo, ao compreender tal relação intrínseca entre texto e contexto, o estudo de uma história intelectual ou das ideias não pressupõe automaticamente a adoção de visões consideradas subjetivistas. Dessa maneira, é possível identificar que, não sendo homogêneas, as classes estão compostas por uma gama dialeticamente complexa de interesses. Por isso, admite-se a “existência de estratificações correspondentes a fases diversas do desenvolvimento histórico da civilização e com antíteses nos grupos que correspondem a um mesmo nível histórico” (LACORTE, 2017, p. 132).

Nesse sentido, destaca-se o peso das experiências concretas dos trabalhadores na formação das visões de mundo construídas pelos mesmos. Mais que uma perspectiva subjetivista, Emília Viotti da Costa entende que a “experiência deles não pode ser entendida simplesmente em termos da sua própria subjetividade e testemunho, não pode ser apreendida de forma isolada da história do capital e das lutas entre capital e trabalho” (DA COSTA, 1990).

Compreende-se, então, que a constituição da unidade dos interesses e a identificação entre os membros de uma determinada classe não obedece a receitas pré-determinadas. Conforme diz Rocco Lacorte no Dicionário Gramsciano de 2017, “se a consciência não é separável dos homens e de sua história, ela não pode ser uma entidade estática e nem única.

Existem, antes ‘diversas consciências’ e contraditórias de acordo com a diversidade e a contradição das relações sociais” (LACORTE, 2017, p. 132). Assim, adotamos a perspectiva gramsciana de que a consciência é um processo, onde o fazer-se da classe se dá “através de uma luta de hegemonias políticas, de direções contrastantes, primeiro no campo da ética, depois no da política, atingindo, finalmente, uma elaboração superior da própria concepção do real” (LACORTE, 2017, p.135). Entende-se que absorver essas contribuições não contradiz ou negligencia as perspectivas relativas à essencialidade da vanguarda ou partido. Ao contrário, entende-se apenas que tanto um quanto o outro conformam-se do interior da própria classe, não fora dela. Para chegar a essa conclusão, Arismendi, como os demais autores citados, parte da premissa de que a classe não deve ser concebida como uniforme, identificando frações, segmentos e camadas cujos interesses não são coesos e muitas vezes contraditórios.

Além disso, para a pesquisa acerca da produção intelectual de Arismendi, é determinante reforçar a perspectiva que identifica que os homens fazem a própria história. Para o intelectual uruguaio, o processo de acumulação de forças conduzido pela Frente Ampla “tem por eixo a mobilização, experiência coletiva e educação política e ideológica através da luta das grandes massas operárias e populares. É essa experiência coletiva que se consolida em organização, que faz amadurecer novas etapas da consciência” (ARISMENDI, 1999, p. 85). Torna-se oportuno, portanto, dialogar também com o que se chamou de História Social do Trabalho, sobretudo a partir das leituras acerca do papel da experiência e do caráter histórico das classes sociais e seus conflitos. Quer dizer, a compreensão de que a “classe estava presente no seu próprio fazer-se”. Para Thompson, as classes sociais possuem caráter histórico não sendo possível identificar um modelo puro das mesmas. Sendo construções históricas dos atores inseridos em um determinado Modo de Produção e tempo histórico, as classes sociais assumem características diversas em cada realidade social. O autor entendia que a formação da classe “unifica uma série de acontecimentos díspares e aparentemente desconectados tanto na matéria prima da experiência quanto da consciência” (THOMPSON, 2004, p. 9). E complementou dizendo que “Se a experiência aparece como determinada o mesmo não ocorre com a consciência de classe”. Para ele a “classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiência comuns (herdadas ou partilhadas) sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus”

(THOMPSON, 2004, p. 10). Assim, ao longo das experiências concretas de embates, estratégias de luta, os grupos e classes sociais acumulam e amadurecem a articulação de seus interesses assim como sua identidade política e social. Compreendendo ser mais apropriado para o objeto dessa pesquisa e evitando a reprodução de esquematismos de análise, partiremos do entendimento de Marx acerca das classes sociais. Assim sendo, no que diz respeito a estas, Marx expressou, em *18 Brumário de Luís Bonaparte*, a partir do contexto da França do século XIX:

Na medida em que milhões de famílias vivem em condições econômicas de existência que as separam pelo seu modo de viver, pelos seus interesses e pela cultura das outras classes e as opõem a estas de um modo hostil, aquelas formam uma classe. Na medida em que subsiste entre os camponeses detentores de parcelas uma conexão apenas local e a identidade dos seus interesses não gera entre eles nenhuma comunidade, nenhuma união nacional e nenhuma organização política, não forma uma classe. São, portanto, incapazes de fazer valer o seu interesse de classe em seu próprio nome, quer por meio de um parlamento quer por meio de uma Convenção (MARX, 1982, p. 113).

No que diz respeito às perspectivas da história intelectual e as narrativas acerca da questão nacional na América Latina, apoiamos a pesquisa na visão de Elías Palti. O argentino entendia que os discursos acerca da nacionalidade constituídos na região nascem “como resultado directo del proyecto de las nuevas elites gobernantes de dar sustento de legitimidad a los Estados surgidos de la disolución de los imperios ibéricos” (PALTI, 2006, p. 131). Atribui um caráter eminentemente político à noção de nacionalidade construída, vinculada a interesses e concepções das novas classes dominantes da região oriunda do processo independentista. Entendia que “la lucha por la independencia se planteó exclusivamente en términos de un enfrentamiento entre *españoles americanos* y *españoles europeos*, cada uno de ellos encarnando, respectivamente, los principios de la libertad versus del despotismo” (PALTI, 2006, p. 133). Assim, é possível localizar as disputas em torno das narrativas da nacionalidade no âmbito dos conflitos sociais e políticos das sociedades latinoamericanas.

Assim, compreende-se que Arismendi não pode ser visto como um intelectual encastelado em sua torre de marfim. Muito pelo contrário, suas elaborações e interpretações acerca da realidade uruguaia e latinoamericana são motivadas pela sustentação de um projeto político e de sociedade. Longe de buscar desenvolver um trabalho acadêmico, o

intelectual oriental foi um ator determinante na própria realidade a qual desejava transformar. Arismendi pode ser visto como um intelectual que buscava interpretar a realidade a partir das conformações sociais e políticas singulares que se formaram no continente latinoamericano, buscando desprender-se de conceitos apriorísticos ou tipificações ideais.

1.6 Fontes e estrutura da dissertação

Em primeiro lugar, é importante registrar que a busca pelas fontes para a presente pesquisa representaram um desafio para o seu desenvolvimento. Não foram encontradas, até o presente momento, produções acadêmicas sobre o pensamento de Rodney Arismendi no Brasil. Além disso, a única tradução e publicação acerca da produção do intelectual uruguaio em português foi realizada pela Editora Avante, de Portugal. Ampliando o espectro da busca, localizou-se apenas uma tese de doutorado cuja investigação relacionava-se com a Frente Ampla, não à obra de Arismendi diretamente. Dessa forma, foi preciso impetrar largo e hercúleo trabalho na busca pelas fontes. Assim, reafirmamos que a presente pesquisa se apresenta no sentido de contribuir para a historiografia brasileira e latinoamericana. Permite o enriquecimento das investigações acerca da história intelectual da América Latina. Nesse sentido, é possível apontar que, longe de haver se esgotado o estudo acerca do pensamento político latinoamericano, a identificação de pontos de vista distintos no âmbito dos debates ocorridos ao longo do tempo enriquecem a história intelectual da região.

Tendo em vista as características da presente pesquisa, as fontes que a constituem são fundamentalmente bibliográficas. Nesse sentido, tendo em vista o recorte temporal previsto, buscamos analisar as obras mais importantes publicadas por Rodney Arismendi, entre 1955 e 1971, nas quais desenvolve seus conceitos e categorias que fundamentam a teoria da revolução uruguaia. Não obstante, a pesquisa apoiou-se também em fontes arquivísticas e documentais.

No que toca ao acervo arquivístico, os arquivos da Fundação Rodney Arismendi, onde se mantém a biblioteca pessoal do autor, além de documentos do PCU e de fóruns internacionais dos quais ambos participaram foram determinantes para esta pesquisa. Boa parte desses documentos se encontra publicada nas edições da Revista Estudios, periódico teórico do PCU do qual Arismendi foi editor entre os anos de 1956 e 1989. Após ter acesso

à versão digital da coletânea de edições de Estudios organizada pela Fundação Rodney Arismendi, foi possível catalogar e organizar 49 documentos, artigos e discursos do líder uruguaio, compreendendo importante insumo para o desenvolvimento da pesquisa. Do ponto de vista das fontes bibliográficas, a Revista Estudios representa um acervo privilegiado para esta investigação. Além dos documentos, estão publicados discursos e artigos de Rodney Arismendi e de diversos dirigentes e intelectuais ligados ao PCU, a outras organizações políticas uruguaias, bem como de distintos países da região e do mundo. Além disso, boa parte dos discursos e artigos de Arismendi pode ser encontrada nas várias obras que se propuseram a selecionar e compilar as reflexões do autor. Entre elas, destacam-se *La construcción de la unidad de la izquierda* (ARISMENDI, 1999), que reúne textos do intelectual produzidos entre 1955 e 1989; *La unidad de América Latina* (ARISMENDI, 2013), contendo produções de 1970 a 1989; e *A revolução Latino-americana* (ARISMENDI, 1977), editada por Edições Avante. Convém mencionar, enfim, sua entrevista autobiográfica reproduzida em 1987 sob o título de *Forjar el viento* (BARROS-LÉMEZ, 1987).

Entre as publicações de Arismendi, sobressaem-se *Para um prontuário del dólar*, de 1947, considerada a primeira obra de maior fôlego do autor. Durante o recorte estabelecido na pesquisa as principais obras são: *Problemas de una revolución continental* (ARISMENDI, 1998), tomos I e II, de 1962, reeditados no ano de 1998; e *Lenin, la revolución y América Latina* (ARISMENDI, 2016), publicado pela primeira vez em 1970.

Entretanto, cabe frisar novamente que, para fins desta dissertação, concentrou-se na análise das duas principais obras de Arismendi durante os anos de 1955 a 1971. Por sua vez, estas correspondem a *Problemas de uma Revolução Continental* (tomos I e II) e *Lenin, la revolución y América Latina*. Na primeira, o autor desenvolve sua análise das características que integram as sociedades uruguaia e latinoamericana suas classes sociais e seu conceito de Democracia Avançada. Quanto à segunda, expressa sobretudo a visão de Arismendi sobre as vias de aproximação ao socialismo. Consequentemente, aborda questões como a polêmica entre a via pacífica e armada da revolução socialista. Este período corresponde à ascensão de Arismendi à Secretaria Geral do Partido Comunista do Uruguai no XVI congresso desta organização até a fundação da Frente Ampla. Por fim, buscou-se organizar a dissertação de forma que seja possível destacar os aspectos políticos e sociais presentes na elaboração do intelectual platino. Por isso, trataremos desses aspectos

em dois capítulos distintos. Contudo, é fundamental afirmar que se estabeleceu tal divisão apenas para fins de organização e apresentação desta dissertação. Não corresponde, portanto, à leitura de Arismendi, para o autor não há dissociação entre os elementos sociais e políticos das sociedades latinoamericanas e uruguaia. Ao final, apresentaremos as reflexões finais da presente pesquisa.

2. CAPITALISMO LATINOAMERICANO E A TEORIA DA REVOLUÇÃO CONTINENTAL.

As décadas de 50 e 60 do século XX foram frutíferas quanto ao surgimento de pensadores que buscaram explicar as características assumidas pelo capitalismo nos países da América Latina. Não à toa, Roberto Schwartz, referindo-se ao Brasil, afirmou que o país “estava irreconhecivelmente inteligente” (WASSERMANN, 2017, p. 30). Inúmeros pesquisadores impulsionaram debates em torno do sentido de cada formação social. Empenharam-se, igualmente, na busca por caminhos para construir projetos de desenvolvimento condizentes com as características produzidas nas sociedades latinoamericanas. Em meio a esse contexto, Rodney Arismendi está inserido e desenvolve sua atividade política e intelectual. Diante disso, é oportuno discorrer sobre a interpretação desenvolvida pelo autor sobre as características e dinâmicas que marcaram as sociedades latinoamericana e uruguaia. Precisamente, sua leitura da realidade é a base para a construção dos conceitos e categorias desenvolvidas por Arismendi. Cumpre papel, diante disso, promover o diálogo entre as principais correntes de pensamento que protagonizaram os debates durante metade do século XX. Para fins da presente pesquisa, destacaram-se as correntes denominada Desenvolvimentismo, Teoria da Dependência e Marxismo. Essas vertentes são contemporâneas à atividade de Arismendi e tiveram importância junto à sociedade. Após isso, serão debatidos os aspectos que caracterizam o capitalismo latinoamericano e uruguaio na opinião do intelectual oriental, bem como suas classes sociais. Por fim, será apresentado o entendimento desenvolvido por Rodney Arismendi acerca da configuração do que chama de povo uruguaio e sua noção de bloco histórico, que embasam o conceito de Democracia Avançada criado pelo autor.

Ainda que em condição de semiperiferia, as décadas de 1950 e 1960 são marcadas pela consolidação da entrada das sociedades latinoamericanas no contexto dos países industrializados e capitalistas modernos. Segundo Celso Furtado,

No correr dos últimos dois decênios, a economia dos países da América Latina, considerados em conjunto, conheceu uma expansão considerável e transformações estruturais de real significado. Medido a preços de 1960, o produto bruto da região, que apenas superava os 40 bilhões de dólares em 1950, elevou-se a cerca de 135 bilhões em 1970 (FURTADO, 2007, p. 269).

Essas mudanças, que reconfiguraram as sociedades latino-americanas, aprofundando as relações de tipo capitalista em boa parte dos países da região, introduziram novas demandas por parte dos atores sociais e econômicos. Ainda que de distintas formas, pode-se dizer que esse foi um fenômeno de nível continental. Assim, a transformação das sociedades latinoamericanas em capitalistas apresentam traços comuns que permitem apontar uma identidade regional nesses processos. Essa relação entre o geral e o particular, as conexões que tornam cada processo regional ao mesmo tempo que as peculiaridades que faz cada processo único, foram alvo de discussão de inúmeros intelectuais e pesquisadores. Buscava-se compreender as singularidades das sociedades latinoamericanas, bem como a construção de projetos de desenvolvimento autônomos.

Em primeiro lugar, merece destaque, neste cenário, a perspectiva que denominou-se Desenvolvimentismo. É possível afirmar que esta tenha sido a linha de pensamento e proposta que subsidiou os projetos de impulso capitalista implementados na região. Os intelectuais vinculados a essa linha de pensamento, grosso modo, eram próximos ou atuavam em torno da Comissão Econômica para América Latina e o Caribe (CEPAL), órgão criado em 1947, pertencente à ONU. Entre os cepalinos, o argentino Raúl Prebisch e o brasileiro Celso Furtado foram as principais referências. Estes autores partiam da interpretação de que, na América Latina, formara-se um capitalismo de tipo atrasado e incompleto. Na compreensão dos pensadores ligados à CEPAL, o ingresso tardio no contexto do capitalismo global impôs a condição de periferia ou semiperiferia para os países latinoamericanos no contexto global. Essa característica, segundo o pensamento cepalino, está relacionada com o passado colonial dos países da América Latina. Identificavam que nos países da região não se formara um capitalismo de tipo clássico, tal qual nos países europeus. Assim, não haviam completado seu processo de transformação em sociedades plenamente burguesas, não tendo superado seu passado agrário e colonial. Os autores cepalinos entendiam que as sociedades latinoamericanas de maneira geral, em meados do século XX, eram marcadas por uma dualidade: enquanto se modernizavam em sentido capitalista, faziam-no reafirmando o modelo agro-exportador do período em que foram colônia. Assim, compreendiam que a condição de semiperiferia e o modelo agro-exportador, herdado do período colonial, representavam um obstáculo ao pleno desenvolvimento das sociedades latinoamericanas. Segundo Celso Furtado (2007, p. 107), “esse desenvolvimento periférico assumia a forma de assimilação de técnicas modernas e

de aumento da capitalização em setor produtivo estritamente ligado à exportação, sem nenhuma capacidade de irradiação para dentro da economia”. Para ele, essa característica das sociedades da América Latina “tinha reduzida capacidade transformadora das técnicas tradicionais de produção (FURTADO, 2007, p. 107). Por isso, os autores identificados com essa corrente compreendiam que a superação dessa dualidade passava pelo impulso do desenvolvimento capitalista de caráter independente e autônomo, tendo o Estado como elemento propulsor. Furtado afirmou que o impulso de desenvolvimento propiciado pelo modelo de substituição de exportações exigia “a modernização das infra-estruturas e de parte do aparelho do Estado, ele abria um processo histórico que trazia em si mesmo um novo horizonte de possibilidades” (FURTADO, 2007, p. 107). Afirmava-se assim, uma visão positiva e otimista com relação ao desenvolvimento capitalista e a sua capacidade de superar o modelo monocultor e a dependência das economias latinoamericanas. Acreditava-se, assim, que a constituição de um modelo de desenvolvimento capitalista industrial seria capaz de superar o subdesenvolvimento e converter os países latinoamericanos em nações capitalistas de desenvolvimento equivalente às potências europeias. O Estado deveria ser o motor propulsor da economia e o instrumento para mediar conflitos, buscando combater as desigualdades sociais e regionais herdadas do período colonial, elemento garantidor de condições básicas de bem-estar.

Outra importante referência neste contexto foi o que se chamou de Teoria da Dependência que apontava para o caráter dependente das burguesias latinoamericanas. Tradicionalmente, identificou-se Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto como precursores dessa corrente na região. Ambos pertenciam ao ILPES (Instituto Latino-americano de Pesquisas e Estudos Sociais), órgão ligado à CEPAL, quando publicaram sua obra de maior destaque abordando a questão da dependência das economias latinoamericanas. *Dependência e Desenvolvimento na América Latina* (CARDOSO; FALETTTO, 1970), produzido entre 1965 e 67, foi considerada a primeira obra a se referir às sociedades latinoamericanas sob esse prisma. Embora dialogassem com a visão cepalina acerca da relação entre desenvolvimento e subdesenvolvimento, propõem uma revisão dessa perspectiva. Segundo Cardoso e Faletto (1970, p. 26),

O reconhecimento da historicidade da situação de subdesenvolvimento requer mais do que assinalar as características estruturais das sociedades subdesenvolvidas. Há que se analisar, com efeito, como as economias subdesenvolvidas vincularam-se historicamente ao mercado mundial e a forma em que se constituíram grupos sociais internos que conseguiram

definir as relações orientadas ao exterior que o subdesenvolvimento supõe. Tal enfoque implica reconhecer que no plano político-social existe algum tipo de dependência nas situações de subdesenvolvimento e que essa dependência teve início historicamente com a expansão das economias dos países capitalistas originários.

Fernando Henrique e Enzo Faletto, assim, não negam as categorias e conceitos de desenvolvimento e subdesenvolvimento. Contudo, chamam a atenção para a relação entre “centro” e “periferia” estabelecida em torno do mercado internacional. O ex-presidente brasileiro Fernando Henrique Cardoso entendia, naquela época, que a situação de dependência decorria mais da condição subordinada e periférica que marcou a inserção das sociedades latinoamericanas no mercado capitalista global. Considerava que o “esquema de ‘economias centrais’ e ‘economias periféricas’ pode parecer mais rico de significação social que o esquema de economias desenvolvidas e economias subdesenvolvidas” (CARDOSO; FALETTTO, 1970, p. 26).

Em função desse entendimento, os autores identificam que as burguesias surgidas no continente de alguma ou outra forma, variando em cada formação social, estavam atreladas ao sistema hegemônico pelas economias centrais. Assim, consideravam que o fato de não haver constituído-se uma classe dominante comprometida com interesses nacionais representava uma característica geral na América Latina. Distinguiu-se, portanto, da Europa onde a constituição da nação e dos nacionalismo foi elemento marcante do processo de formação do capitalismo. Esse elemento, entretanto, não anula a existência ou a formação de burguesias, ou mesmo, a implementação do capitalismo nos países da região. Cardoso e Faletto (1970) destacaram a heterogeneidade dos processos históricos dos países latinoamericanos, bem como da formação das suas classes sociais. As características assumidas pelos grupos dominantes, por exemplo, decorre de histórias particulares definidas pelas singularidades da formação dos atores sociais e esquemas de alianças que conformaram as estruturas de poder em cada sociedade. Afirmaram, portanto, que naqueles países onde se desenvolveu um relativo controle nacional sobre a economia havia a possibilidade de construir modelos econômicos autônomos. Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto viam da seguinte forma a questão:

A existência de um setor “burguês” importante nas sociedades cuja economia se organizou sobre a base de um controle nacional do sistema produtivo exportador constitui sua característica diferenciadora. Com efeito, como assinalamos, nesse tipo de sociedade a aliança hegemônica

que assegurou a formação do Estado Nacional – e garantiu não só um sistema produtivo como uma ordem social legitimada – baseou-se no dinamismo de um setor capitalista que organizou a produção, parte da comercialização e, em certos países, o financiamento interno da economia. É certo que, para conseguir estabelecer uma ordem nacional, o setor capitalista teve que se apoiar em um complexo sistema de alianças com os proprietários de latifúndios de baixa produtividade e com estamentos burocrático-militares; sem esquecer que a condição que tornava possível sua hegemonia fundava-se na vinculação que pôde estabelecer com o exterior. O que se deve realçar é que em países desse tipo constituiu-se uma burguesia de expansão nacional (CARDOSO; FALETTTO, 1970, p. 55).

Assim, é importante ter claro que no entendimento dos autores, mesmo nestes países, mantinha-se a posição de periferia dentro do sistema global, precisamente devido à predominância das economias desenvolvidas. Ao caracterizar a burguesia desses países como de expansão nacional, Cardoso e Faletto (1970) referem-se ao propósito de constituir um mercado sob seu controle. Ao fazer esta tipificação, compreendem que essas burguesias buscam obter hegemonia, dentro do heterogêneo bloco de poder, para “impor ou manter sua forma peculiar de dominação” (CARDOSO; FALETTTO, 1970, p. 59) e não por seus vínculos nacionais ou nacionalismo.

Ainda no escopo da Teoria da Dependência, um grupo de intelectuais teve importante papel no debate acerca do caráter dependente do capitalismo latinoamericano. Academicamente vinculados à Universidade de Brasília (UnB), tal grupo era composto por André Gunder Frank, Vânia Bambirra, Theotônio dos Santos e Ruy Mauro Marini. Em geral, discordavam das teses de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto sobre a possibilidade da constituição de projetos de desenvolvimento autônomos e do caráter nacional das burguesias surgidas na América Latina. Segundo a historiadora da UFRGS Claudia Wasserman (2017, p. 60), a primeira versão alternativa às teses cepalinas “veio das teses de André Gunder Frank” que versavam sobre o desenvolvimento do subdesenvolvimento. Para a professora gaúcha,

A fórmula *desenvolvimento do subdesenvolvimento* resgatava a perversa dialética de nossa situação econômica, dividida entre níveis bastante avançados de capitalismo e a manutenção de estruturas econômicas desiguais, excludentes e subordinadas aos centros hegemônicos do capitalismo (WASSERMAN, 2017, p. 60, grifo da autora)

Devido à posição predominante entre estes autores, que se baseava na ideia de que a

superação do subdesenvolvimento e da dependência seria possível apenas com a ruptura da ordem social vigente, foram identificados como corrente radical, ou marxista, da Teoria da Dependência. Ruy Mauro Marini (1973), por exemplo, considerava que a dependência característica das sociedades latinoamericanas provinha da subordinação ao imperialismo, da inserção do capitalismo latinoamericano e das relações desiguais de intercâmbio entre os países imperialistas e dependentes. Entendia que a relação da América Latina com o mercado internacional consistia em uma espécie de círculo vicioso: quanto mais se integrava ao sistema capitalista global, dominado pelas grandes potências, mais reforçava a dependência a elas. Influenciados pelo materialismo histórico, esse grupo de intelectuais promoveu, ao mesmo tempo, uma crítica ao marxismo “tradicional”. Ruy Mauro Marini apontou para duas distorções da teoria de Marx: por um lado reforçava-se um empirismo deslocado da teoria, por outro recaiu-se no abstrato sem conexão com as relações sociais concretas. Para Marini (1973, p. 109), “es el conocimiento de la forma particular que acabó por adoptar el capitalismo dependiente latinoamericano lo que ilumina el estudio de su gestación y permite conocer analíticamente las tendencias que desembocaron en este resultado”.

Partindo dessa perspectiva, identificou que o caráter periférico assumido pelo capitalismo da América Latina se deve ao papel acessório assumido pelas economias do continente. Coube à América Latina o papel de fornecer os bens primários que permitiram a consolidação do processo de industrialização dos países da Europa a partir da segunda metade do século XIX. Entretanto, Marini entendia que o principal elemento a se considerar para a compreensão do papel desempenhado pela América Latina nesse contexto relacionava-se,

(...) a que el eje de la acumulación en la economía industrial se desplace de la producción de la plusvalía absoluta a la de plusvalía relativa, es decir, que la acumulación pase a depender más del aumento de la capacidad productiva del trabajo que simplemente de la explotación del trabajador (MARINI, 1973, p. 114).

Na visão do autor, portanto, nos países latinoamericanos, essa condição gerou uma realidade distinta daquela produzida na Europa. Para Marini, na América Latina esse processo deu-se a partir do aumento da exploração do trabalho e da intensificação da extração do que se entende por mais valia absoluta,

Se entiende que en estas circunstancias, la actividad productiva se basa

sobre todo en el uso extensivo e intensivo de la fuerza de trabajo: eso permite bajar la composición-valor del capital, lo que, aunado a la intensificación del grado de explotación del trabajo, hace que se eleven simultáneamente las cuotas de plusvalía y ganancia (MARINI, 1973, p. 126).

A partir desse ponto de vista, os capitalistas latinoamericanos buscavam maximizar seus lucros a partir da imposição de condições precárias de trabalho. Aliava-se a isso um baixo investimento de capital e, conseqüentemente, ínfimo desenvolvimento técnico. Segundo o intelectual, a raiz da dependência dos países latinoamericanos reside no fato de que, ao contribuir para o processo que redundou no aumento da produtividade do trabalho no continente europeu, a América Latina obrigou-se a fazê-lo adotando o modelo de superexploração do trabalho. Reafirmou-se conjuntamente, o caráter primário das economias latinoamericanas enquanto os países da Europa se industrializaram, consolidando a condição de nações desenvolvidas. Os autores identificados com essas ideias compreendiam que a dependência consistia em uma característica estrutural das sociedades latinoamericanas. Sendo assim, quanto mais integradas ao sistema, mais profundo seria o caráter dependente dessas economias. Devido a isso, os correligionários de Ruy Mauro Marini afirmaram que o único caminho para a efetiva autonomia e independência dos países da região consistia na destruição das estruturas sociais estabelecidas. Sustentavam que apenas a constituição de uma nova sociedade, que superasse o capitalismo dependente, poderia abrir caminho para um desenvolvimento plenamente autônomo.

Ao lado da Teoria da Dependência e das visões desenvolvimentistas, durante o período pós-guerra, dentro do contexto de Guerra Fria, com a consolidação da União Soviética, o marxismo ganhou importância em nível mundial. O XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética (1956) e o fim do período chamado de stalinista também provocou profundos debates no âmbito do marxismo. Da mesma forma, outros processos ocorridos na periferia do sistema, como a Revolução Chinesa (1949), a independência do Vietnã (1950) e a Revolução Cubana (1959), colocaram na ordem do dia novas interpretações das sociedades coloniais.

Além disso, obras desconhecidas no idioma alemão ganharam publicidade e novos estudos sobre o pensamento de Marx influenciaram militantes, pesquisadores e grupos acadêmicos de diversas partes da América Latina. Dessa forma, as peculiaridades das

classes sociais, o sentido da formação social dos países da região, bem como os caminhos para construção de projetos alternativos de desenvolvimento, estiveram influenciados por essa corrente de pensamento. O marxismo, portanto, ganhou grande difusão durante a metade do século XX e influenciou ações de caráter social, político, cultural e intelectual.

Um dos debates que marcou essa linha de pensamento durante o período analisado, diz respeito ao caráter da formação social dos países da região. Autores como Caio Prado Jr. e José Carlos Mariátegui, encontraram no período colonial e nas dinâmicas da colonização as origens desse processo. Em publicação recente da obra *A Teoria da Dependência, do nacional-desenvolvimentismo ao neoliberalismo*, a historiadora Claudia Wasserman, identifica que durante o período estudado neste trabalho,

As leituras marxistas, sobretudo de *O capital*, foram impulsionadas por uma conjuntura de crítica ao capitalismo, mas responderam em geral à necessidade de afrontar as atrocidades cometidas por Stálin na antiga União Soviética e recuperar o prestígio da esquerda no campo intelectual; ao impacto da Revolução Cubana, que confrontava as teses do marxismo oficial dos partidos comunistas e sua confiança na aliança com uma suposta “burguesia progressista”; à necessidade de explicar os movimentos urbanos e rurais que ameaçavam o edifício nacional-desenvolvimentista e populista nesta parte subdesenvolvida do planeta (WASSERMAN, 2017, p. 33).

A existência, ou não, de uma fase feudal na história dessas sociedades, assim como a caracterização das classes sociais formadas no continente e o papel da burguesia nacional nos processos de transformação social ocupou espaço entre esses intelectuais. Assim, as discussões acerca das características e dinâmicas que determinavam as idiossincrasias das sociedades do continente em relação, principalmente, com os países centrais do capitalismo, tiveram protagonismo. Diante disso, igualmente, os caminhos a serem trilhados por cada país, tal qual a região como um todo, no rumo da construção da sociedade socialista. Ao longo deste capítulo serão abordadas as peculiaridades e a relação entre esses debates, correntes e autores mencionados, especialmente o ponto destacado imediatamente acima, a partir da análise do pensamento de Rodney Arismendi.

Devido a isso, torna-se plenamente legítimo afirmar que o período histórico estudado foi, sem margem para dúvidas, um dos períodos mais ricos para o pensamento latinoamericano. Todas essas perspectivas conviveram, polemizaram, dialogaram, influenciaram-se mutuamente, legando importantes contribuições para o desenvolvimento

das ciências sociais da América Latina.

2.1 Crise estrutural do capitalismo latinoamericano e a Revolução Continental

Conforme mencionado na introdução do presente trabalho, por um lado o marxismo esteve marcado pelos debates acerca da originalidade das sociedades latinoamericanas. Por outro, pela reprodução automática de esquematismos provenientes da órbita soviética, herdeiros da antiga Internacional Comunista. Arismendi é contemporâneo desses intelectuais e personagem protagonista dos debates citados. Assim, ao longo da pesquisa foi possível identificar que Arismendi, ao desenvolver a perspectiva do caminho uruguaio ao socialismo inserido no contexto da revolução continental, produziu uma leitura original dentro dessas discussões.

Em primeiro lugar, tendo em vista os debates que marcaram o período, pode-se mencionar as polêmicas a respeito da existência, ou não, de uma etapa feudal na história dos países da região. Na obra de Arismendi, por vezes é possível encontrar a afirmação categórica do caráter feudal das sociedades coloniais. Talvez esse tenha sido o elemento que levou Lowy a enquadrar Arismendi na fase stalinista, em um primeiro momento. Durante esse período, a concepção de que as sociedades evoluem através de uma sucessão de etapas levou muitos intelectuais a identificar a existência de atributos feudais na colonização do continente. Entretanto, quando se analisa a obra de Rodney Arismendi (1998) *Problemas de uma Revolução Continental*, de 1962, identifica-se que a menção a uma possível fase feudal aparece relacionada aos primeiros momentos da colonização. Compreende que este período corresponde ao amanhecer do capitalismo e à formação do mercado mundial. Porém, o autor desenvolve a compreensão de que “las instituciones sociales y las relaciones de producción que España y Portugal trasplantan a las tierras del Nuevo Mundo, son feudales o de cuño feudal y no capitalistas” (ARISMENDI, 1998, p. 35). Assim, na maioria das vezes em que é mencionada a fase feudal, o autor não apresenta uma definição ou descrição mais profunda que a simples menção da expressão como resultado do transplante das relações sociais e econômicas da Europa para a América Latina. Em outros casos aparece, também, como contraponto à teoria que identifica a implementação de um “capitalismo colonial” (ARISMENDI, 1998, p. 36) como o caráter da colonização desde a chegada dos portugueses e castelhanos à região. Ou ainda, Arismendi cita elementos aos quais atribui características feudais, quando relaciona a

mentalidade e o comportamento das classes dirigentes trazidas da Europa. É importante destacar, no entanto, que Arismendi não se dedica a analisar esse período da história latinoamericana com maior profundidade. Diferentemente de Caio Prado Jr., importante referência do que se designou capitalismo colonial, Arismendi não é um historiador de ofício e seu objetivo não consiste em produzir análises historiográficas ou acadêmicas. Mas sim, em desenvolver uma elaboração que permita compreender a realidade, latinoamericana e uruguaia, que contribua para o seu projeto de transformação da sociedade na qual está inserido. Assim, o foco da sua análise consiste em compreender as características do capitalismo do país platino e do continente latinoamericano. Da mesma maneira, as marcas que definiram a trajetória histórica que transformou as sociedades da América Latina em capitalistas são subsídios para sustentar a atuação no momento em que se encontrava. Dessa forma o autor sintetizou o processo de transformação capitalista no continente:

el desarrollo capitalista de América Latina se materializa impulsado por el mercado mundial, luego por la exportación de capitales en la época del imperialismo y es impulsado a la vez por las necesidades objetivas interiores al formarse el mercado interno. Aparecen así, además de las viejas clases de comerciante intermediarios y terrateniente, de campesinos, peones, artesanos, etc., la burguesía industrial nacional y el proletariado. El crecimiento de las ciudades propicia la formación de una numerosa y activa pequeño-burguesía urbana (ARISMENDI, 1998, p. 40).

Arismendi, portanto, caracteriza as sociedades latinoamericanas como plenamente capitalistas em meados dos anos 50 do século passado. A singularidade do capitalismo originado no continente, no entanto, reside na constituição de um desenvolvimento de caráter disforme. Para o intelectual uruguaio, essa característica está relacionada ao fato de haver aspectos estruturais herdados do período anterior às independências, tendo o latifúndio como sua principal expressão. Arismendi entendia que os processos de independência política ocorridos durante o século XIX foram incompletos, concordando, de alguma forma, com os teóricos do desenvolvimento nesse aspecto. Compreendia que “el desarrollo capitalista se produce así, tanto en la industria como en las relaciones agrarias; pero sin modificar la estructura dependiente o semicolonial y latifundista. Se gesta y se deforma, de ese modo, su desarrollo (ARISMENDI, 1998, p. 40). Dessa forma, é possível entender que se aproximou mais da concepção desenvolvida por Mariátegui, que identificava que esses processos não se traduziram na superação do poder dos terratenentes, não redundando, portanto, na formação de burguesias no sentido “clássico” da palavra.

Estes seriam, juntamente com o latifúndio, os elementos que configurariam os componentes fundamentais do que o autor identificou como heranças coloniais. Ao compreender o caráter estrutural da disformidade do desenvolvimento capitalista da região, é possível afirmar que apenas com a superação das relações sociais existentes seria possível caminhar para a construção de modelos de desenvolvimento autônomos. Arismendi considerava a possibilidade de vencer a dependência através do impulso do desenvolvimento capitalista uma espécie de idealismo. Chegou a afirmar que os técnicos da CEPAL “estudian platoniacamente las tasas de crecimiento de la producción latinoamericana” (ARISMENDI, 1998, p. 242). Em consequência disso, compreendia que ao almejar os níveis de desenvolvimento das potências capitalistas centrais, o desenvolvimentismo configurava-se como colonialismo econômico. Arismendi afirmou que estas correntes “alimentan así, la teoría de que es posible acercarse a los países capitalistas de un alto desarrollo económico, simplemente por un ascenso cuantitativo de las fuerzas productivas sin modificar las relaciones de producción” (ARISMENDI, 1998, p. 116). Consequentemente concluiu que

desde el punto de vista científico, el planteamiento conduce al absurdo: la crisis de la estructura económico-social de los países de América Latina tiene por raíz, justamente, la contención del desenvolvimiento impetuoso de las fuerzas productivas por las caducas relaciones de producción imperantes (ARISMENDI, 1998, p. 116-117).

À medida em que as sociedades capitalistas latinoamericanas buscavam maior inserção no mercado mundial, reforçavam seu caráter dependente e subsidiário de suas economias. Igualar o desenvolvimento europeu a partir da integração, crescente, no sistema do capitalismo mundial, constitui-se em idealismo, visto que a condição de semiperiferia e o papel acessório das economias subdesenvolvidas compõem a estrutura dessas dinâmicas. Assim, quanto mais integradas às grandes potências, mais profunda torna-se a dependência das sociedades latino- americanas, configurando-se, assim, a noção de colonialismo econômico. Assim, a constituição de economias plenamente independentes não seria possível dentro das relações sociais existentes naquele contexto.

Por outro lado, para Arismendi (1961), o modelo baseado no impulso da industrialização tendo o Estado como indutor do desenvolvimento que manteve a centralidade do monocultivo agroexportador de tipo colonial na economia, já não conseguia produzir respostas para sociedades mais diversificadas e complexas. Assim, o autor

identificou, sobretudo a partir da segunda metade da década de 1950, que esse processo chegara ao seu limite. Deflagrando, assim, uma crise de estrutura decorrente da não capacidade de superação desse binômio calcado na preservação de estruturas coloniais com o desenvolvimento capitalista. Pode-se dizer, portanto, que o processo esbarrou nos limites provenientes da própria engrenagem que sustentou tais projetos, bem como da condição de classe da burguesia latinoamericana. A dinamização das sociedades e a produção de novas configurações sociais, marcadas pelo crescimento do peso dos trabalhadores junto a estas, entrou em choque com as estruturas estabelecidas. Assim sendo, ao identificar esse fenômeno, Arismendi aponta para a existência de uma crise estrutural do sistema que configurou as bases do capitalismo latinoamericano. E o único caminho para a superação dessa condição consiste na construção de novas relações econômicas e sociais.

Por isso a Revolução Cubana de 1959 produziu tamanho impacto no pensamento do intelectual uruguaio. Na sua visão, a Revolução Cubana foi a maior expressão da crise de estrutura que marcou os anos 50 e 60 do século XX. Entendia que este episódio produziu dimensões continentais. Afirmou que

su repercusión es tan honda porque, a pesar de su originalidad, encarna las tendencias que se gestan en toda nuestra América, como producto del ascenso de la brega de liberación nacional y de la crisis irreversible de las estructuras dependientes o semicoloniales, y latifundistas, del deformado desarrollo capitalista de las economías y de la alienación y aguda lucha de clases que ello origina (ARISMENDI, 1998, p. 33).

O processo cubano reunia um movimento popular diversificado em sua composição sob a liderança de um projeto de caráter anti-imperialista, sustentado na trajetória histórica da luta pela independência da ilha. Unia, portanto, todos os elementos que, na visão de Arismendi, permitiam romper com as estruturas coloniais vistas como obstáculos para o pleno desenvolvimento da sociedade. Afirmou que “la revolución cubana, llevó a cabo en un plazo exiguo las tareas democráticas generales y antimperialistas de la revolución, y sentó las bases para el tránsito a formas sociales más avanzadas” (ARISMENDI, 1998, p. 22.). Em pouco tempo, portanto, os cubanos conseguiam superar os resquícios do período colonial ao promover a reforma agrária, nacionalização e estatização de empresas ligadas ao imperialismo norte-americano. Arismendi identificava, dessa forma, que a Revolução Cubana evidenciou os limites da burguesia nacional em conduzir processos de independência nacional. No que tange ao seu projeto econômico e social imediato, entendia

que “por las fuerzas de clase que la sostienten y por los métodos radicales que emplea es una revolución popular avanzada” (ARISMENDI, 1998, p. 22).

O caso cubano deve ser visto como resultado do percurso da luta independentista na ilha. Reivindicando princípios “martianos”¹⁰, Fidel afirmou, em 1968, que “en Cuba solo ha habido una revolución: la que comenzó Carlos Manuel de Céspedes el 10 de Octubre de 1868, y que nuestro pueblo lleva adelante en estos instantes” (CASTRO, 1968). Para o intelectual cubano Fernando Martínez Heredia, diretor da cátedra Gramsci de Havana, durante a luta pela independência de Cuba conformou-se na ilha o que se definiu como “patriotismo de justiça social” (HEREDIA, 2016). Este, segundo o ensaísta caribenho, fora expressão da união entre os projetos anti-imperialista de soberania nacional e de emancipação social, liderados por José Martí e Antonio Maceo, respectivamente. Heredia identificou que o processo conduzido por Fidel, pós 1959, traduz-se na materialização do projeto “martiano” e definiu-o como “socialismo de libertação nacional” (HEREDIA, 2016). Na visão do professor, esses elementos constituem o caminho percorrido pelo povo cubano até a sua libertação, cujo marco de destaque consiste na chegada de Fidel ao poder.

Portanto, no entendimento de Rodney Arismendi (1961), o caráter dependente do processo de constituição do capitalismo, a herança colonial e a postura subalterna das classes dominantes, são os traços que distinguem as sociedades latinoamericanas das demais. Devido a essa combinação, Arismendi não atribuíra às burguesias formadas na região qualquer compromisso nacional. Incapazes, pela sua condição social, de liderar projetos de desenvolvimento plenamente independentes. Além disso, o pensador uruguaio enxergou, desde meados da década de 50, um processo, que se consolidou na década seguinte, marcado pelo esgotamento desse modelo e a crise das estruturas sociais e políticas que o sustentavam. Sua maior expressão foi a Revolução Cubana, tornando-se base de sustentação para a elaboração de Arismendi acerca da perspectiva da Revolução Continental e o caminho uruguaio ao socialismo.

2.2 O Uruguai no contexto da Revolução Continental

Ainda que apontasse para os aspectos comuns das sociedades latinoamericanas, Arismendi compreendia que “el proceso desigual en los distintos países, a veces en un mismo país como puede verse en Brasil, Argentina o Perú. El desarrollo capitalista es más

¹⁰ Referência ao pensamento do líder da independência cubana José Martí.

pronunciado en la costa atlántica de la América del Sur y en el Río de la Plata” (ARISMENDI, 1998, p. 39). Diferenças estas marcadas pelas características próprias de cada processo histórico. Para o autor, o caráter dependente, monocultor, sob predominância do latifúndio, do capitalismo latinoamericano, eram aspectos gerais dos países do continente. Esses elementos que definiam a disformidade do desenvolvimento capitalista na América Latina expressavam a preservação das estruturas do período colonial. Contudo, entendia que esse fenômeno desenvolveu-se e assumiu formas distintas de acordo com as particulares de cada realidade. Sua visão dialética permitiu afirmar que

se puede y se debe hablar de una revolución latinoamericana, lo que no invalida la existencia de los caminos, ritmos y tiempos peculiares de una revolución cubana, brasileña, argentina, chilena, etc. (...) La diversidad también aquí, es manifestación múltiple de la unidad, como la particularidad compone la generalidad, si nos atenemos, como todos sabemos, al método dialéctico materialista y a sus categorías (ARISMENDI, 1998, p. 25).

Para Arismendi, portanto, há um entrelaçamento intrínseco entre a revolução latinoamericana e uruguaia. Contudo, entendia que, era fundamental considerar as singularidades de cada processo histórico e social. No aniversário de 15 anos da *Revista Estudios*, em maio de 1971, Arismendi afirmou que,

Si hay comunidad de tareas de la revolución uruguayana con la latinoamericana, hay también sin duda, una clarísima singularidad nacional. Singularidad determinada por su historia política, por las características de su proceso, por el nivel de su desarrollo capitalista, por el peso y las características de las conformaciones institucionales democráticas, por el hecho de que nuestro pueblo, a diferencia de otros pueblos de América Latina, ha transitado largos períodos en el seno de la democracia burguesa y no ha estado como otros países de América Latina (valga la frase del Marx juvenil referida a la Alemania de su tiempo) junto a la libertad sólo el día de su entierro. Y por último por el gran papel de la clase obrera organizada y unificadora de todos los sectores avanzados (ARISMENDI, 1971, p. 11).

Essa afirmação decorreu do entendimento construído pelo autor, acerca do caso uruguaio de maneira mais específica, de que o processo de afirmação do capitalismo no país resultou na formação de um proletariado pujante. Além disso, diante da formação de um conjunto de trabalhadores assalariados e setores médios urbanos que adquiriam cada vez mais importância na sociedade, esse processo alterou a composição social do Uruguai, especialmente da capital Montevideu. Assim disse Arismendi no XVIII Congresso do PCU

em 1962:

Los procesos del desarrollo capitalista que se aceleraron en el período de la segunda guerra mundial acrecentaron considerablemente el proletariado industrial, de la construcción y del transporte. Su cifra linda hoy en los 300 mil proletarios, de los cuales 200 mil viven y trabajan en Montevideo y constituyen el 20% de su población total. A ellos se suman más de 100 mil personas que viven de su sueldo o de sus salarios. Juntos integran casi el 70% de la llamada población ‘activa’ de la capital. (ARISMENDI, 1999, p. 15)

Antes de mais nada, é importante fazer uma ressalva quanto à necessária consideração acerca das dimensões do Uruguai para a compreensão do peso e a representatividade desses atores na vida nacional. Dito isso, pode-se afirmar que o ingresso massivo desse conjunto de novos personagens na sociedade e na economia uruguaia trouxe consigo novos conflitos, necessidades e produziu novas reivindicações. A reconfiguração social, assim como os novos anseios da maioria da população do país, entraram em choque com a estrutura econômica, social e política do que Arismendi (1977) chamou de nacional-reformismo.

O projeto identificado por Arismendi como nacional-reformismo, tem suas bases nos eventos que marcaram o Uruguai durante a passagem do século XIX para o XX, de acordo com a introdução desse trabalho. Pode-se sintetizar, portanto, que no caso uruguaio o entendimento acerca da identidade nacional está alicerçada nas narrativas sobre da independência nacional e no projeto e papel controverso de Artigas. Da mesma maneira, deve considerar-se o processo independentista, assim como a constituição dos Estados nacionais da região e o impacto da Guerra do Paraguai para este processo. Soma-se a isso a tradição Vareliana, identificada pela defesa da laicidade do Estado, a partir da visão de José Pedro Varela¹¹ sobre a educação do país. As transformações ocorridas nesse período permitiram ao país ingressar em um caminho de modernização e relativo desenvolvimento precocemente em relação aos seus pares latinoamericanos. Esses enfrentamentos, protagonizados pelos partidos Nacional e Colorado, produziram uma sociedade que combinava um relativo desenvolvimento econômico, com papel central do Estado na indução da economia e na proteção das camadas mais populares. Esses embates, cuja

¹¹ José Pedro Varela: Escritor e líder político uruguaio, membro do Partido Colorado que dedicou-se a pauta da educação. Nasceu em 1845 em Montevideu e faleceu em 1879 nessa mesma cidade. Em 1873 fundou a *Sociedade de los Amigos de la Educación Popular*, em 1874 *La educación del Pueblo* e em 1876 *La Legislación Escolar*. Em 1876 assumiu a direção da Instrucción Pública durante a ditadura de Lorenzo Latorre (1876-1879). A principal marca do pensamento e da prática vareliana relacionam-se com a defesa de uma educação laica e gratuita materializado na Ley de Educación Común de 1877.

expressão reside nas figuras do ex-presidente colorado José Batlle y Ordoñez e do líder blanco Aparicio Saravia, compõem a chave da conformação do que Arismendi chamou de “nacional-reformismo” e concederam o título de “Suíça da América” ao país. Com a vitória dos Colorados, a partir de 1904, o que se convencionou chamar de Batllismo converteu-se na principal corrente construtora da identidade nacional uruguaia e expressão do projeto nacional-reformista.

Sobre o processo que culminou na formação do Uruguai moderno, Arismendi (1971, p.

114) afirmou que

El desarrollo capitalista, el predominio por largo período de sectores democráticos de la burguesía, la ruta particular que prácticamente separó el Uruguay del frecuente gorilismo, de la guerra civil, engendraron una mentalidad nacional-reformista, democrática, liberal avanzada, laica, civilista.

Estas foram, para o líder platino, as grandes características do capitalismo originado no Uruguai. Em vista disso, compõem importantes elementos para a compreensão acerca das singularidades da sociedade uruguaia e suas dinâmicas em relação às demais latinoamericanas. Ao identificar a crise de estruturas vividas pelas sociedades latino-americanas nos anos 50 e 60 do século XX, Arismendi viu uma brecha para a abertura de um novo ciclo de transformações. Entendia, conseqüentemente, que tal crise representava “la base material de la revolución latinoamericana” (ARISMENDI, 1998, p. 117). Devido a esse fenômeno, Arismendi identificou uma alteração na correlação de forças no interior das classes sociais da região, e do Uruguai, que expressavam a crise do nacional-reformismo batllista. Apontou, dessa forma, que transformações ocorriam no interior da burguesia e alteraram a hegemonia de sua conformação a partir da ascensão dos setores ligados ao capital financeiro. Segundo Arismendi,

O desenvolvimento capitalista do Uruguai e na América Latina é, todavia, um desenvolvimento disforme: manteve de pé a propriedade latifundiária, o domínio do imperialismo e formou monopólios em países subdesenvolvidos, uma oligarquia financeira, banqueira e latifundiária que tomou forma na década de 60 em quase toda a América Latina (ARISMENDI, 1977, p.58)

Da mesma forma que constatou uma diversificação maior entre as classes populares, Arismendi via que uma fração da burguesia, ligada às finanças, adquiria maior hegemonia

entre a classe dominante. Ao mesmo tempo, apontava para um entrelaçamento crescente do latifúndio e da indústria com o capital financeiro, provocando o aprofundamento da dependência.

1.1 Democracia avançada: classes sociais e a unidade do “povo” uruguaio

Devido a sua caracterização acerca da burguesia, apresentada no item anterior, e do capitalismo uruguaio, tornou-se comum rotular Arismendi como um defensor do caráter progressista da burguesia do país e da revolução em etapas. A perspectiva de que a revolução socialista, em países colonizados e da periferia do sistema capitalista, transitaria entre uma etapa de caráter *democrático-burguesa* e outra *socialista*, possuía certa força nesse período. Exercia maior influência principalmente entre aqueles intelectuais identificados com o marxismo soviético. Essa visão, conhecida como etapismo, partia da compreensão de que os processos históricos evoluem através de uma sucessão de etapas. Compreendia-se que todas as sociedades deveriam cumprir um curso natural em sua evolução, no qual um Modo de Produção poderia consolidar-se plenamente apenas após superadas todas as heranças do período anterior. Sob esse ponto de vista, os processos teriam seu marco inicial no comunismo primitivo, passando pelo escravismo, feudalismo, capitalismo e, sucessivamente, o socialismo. Deve-se concordar, portanto, a partir das reflexões desenvolvidas até aqui, que essa concepção é consequência do engessamento dos conceitos desenvolvidos por Marx, conferindo uma perspectiva linear, economicista, estática e evolucionista ao pensamento do alemão. Algo fundamentalmente contraditório com o raciocínio do teórico citado.

De maneira telegráfica, pode-se resumir que a questão se relaciona com os debates em torno das interpretações acerca da Revolução Russa (1917). Este evento produziu impacto substancial no movimento revolucionário e nas lutas dos povos de todo o mundo. Em primeiro lugar, pelo triunfo de um projeto insurrecional dos trabalhadores, já lhe é possível conferir ineditismo. Antes da experiência soviética, a maior referência de um Estado dos trabalhadores fora a Comuna de Paris, cuja duração não ultrapassou poucos meses. Em segundo, por ocorrer na periferia do sistema, contrariando a compreensão hegemônica que havia do pensamento de Marx à época. Como já mencionado, José Aricó (1982) identificou que, ao estudar a situação da Irlanda, primeiro, e da Rússia depois, Marx e Engels mudaram sua opinião acerca da questão nacional. Passaram a identificar a

exploração de um país sobre outro, igualmente como uma dominação de classe. Porém, deve-se levar em conta que ainda hoje, não há pleno conhecimento da obra de Marx em nível global. Em meados do século XX o discernimento acerca da obra do teórico do materialismo-histórico era muito mais limitado. Mesmo o material publicado chegava à América Latina em grande medida mediado pela influência soviética e com grande atraso. Conhecia-se, portanto, a tese defendida pelo teórico alemão que afirmava que a superação do capitalismo ocorreria primordialmente nos países cujo desenvolvimento das forças produtivas estivesse mais avançado. Daí advém a afirmação de Gramsci (1917), que identificou que a Revolução Russa ocorrera contra “O Capital”, uma vez que teria contrariado os preceitos estabelecidos por Marx.

Por um lado, o levante bolchevique permitiu considerar a possibilidade de que a revolução ocorresse na periferia do sistema e deu vida às lutas anticoloniais. Em grande parte dos casos, enlaçou-se à busca por projetos de revolução social ou socialista em inúmeros países. Por outro, a visão etapista produziu o entendimento de que o desenvolvimento disforme das sociedades que foram colonizadas tornava necessária a passagem por um período de impulso capitalista. Entendia-se, então, como necessário, desenvolver as forças produtivas no sentido da consolidação do capitalismo ou completar suas revoluções burguesas. Esses debates incidiram, sobretudo, na forma como os autores marxistas interpretavam a realidade da América Latina.

Assim, com o fortalecimento dos projetos desenvolvimentistas na região, muitos autores classificaram esta ocorrência como a etapa democrático-burguesa da revolução. Diante desse processo, produziram-se visões positivas com relação à consolidação do caráter burguês das sociedades latinoamericanas. O mesmo pode ser dito quanto ao papel da fração qualificada como nacional da burguesia originada na América Latina na transformação social. Assim sendo, buscava-se identificar contradições existentes entre as burguesias dos países coloniais e suas homólogas dos países centrais, devido ao seu papel periférico e subordinado, gerou certo otimismo quanto ao modelo desenvolvimentista. Atribuiu-se, em inúmeros casos, perfil revolucionário a setores desta classe social, considerando esta condição.

Esse cenário impactou parcela significativa do pensamento progressista da época e incidiu na interpretação de distintas organizações e intelectuais. Para Anita Prestes, essa era a posição do PCB, liderado por Luís Carlos Prestes, em relação às características da classe

dominante do Brasil durante a metade do século XX. Tais preceitos expressos nas teses para discussão do V Congresso do partido, bem como na Declaração de 1958, distinguiam dois setores entre a burguesia brasileira:

(...) ‘um genuinamente nacional e outro que tem seus negócios ligados num grau maior ou menor ao capital imperialista’. Sendo que ‘o primeiro constitui a imensa maioria da burguesia brasileira’. Dizia-se ainda: ‘a burguesia tomada no seu conjunto apresenta duplo caráter. Pertencendo a um país economicamente explorado pelo imperialismo, é uma força revolucionária. Mas seu revolucionarismo é limitado, como o de toda classe exploradora. Da mesma maneira que na *Declaração de Março*, concluía-se que a suposta burguesia nacional deveria ser incluída entre as forças que participariam da etapa nacional e democrática da revolução brasileira, segundo a visão do PCB (PRESTES, 2015, p. 333).

O documento do partido, mencionado acima, ainda que aponte para os limites da burguesia dita nacional, revela a reprodução da visão esquemática da tática que se chamou etapismo. Entendia-se que nessa etapa, de condução da “burguesia nacional”, seria consolidado o projeto de transformação capitalista na região, assim como o processo de formação da nação. Tendo em vista esse contexto, de acordo com o desenvolvido ao longo do capítulo, para Arismendi as burguesias, uruguaia e latinoamericana, de maneira geral, não reuniam as condições sociais e históricas de promover verdadeiros projetos de independência nacional.

Compreendia que a peculiaridade uruguaia,

se origina en el hecho de que ni la guerra de la independencia, ni el periodo de ‘organización nacional’, ni la gravitación primordial de la burguesía nacional en el gobierno en el periodo que arranca en 1903, rompieron el monopolio de la propiedad privada del suelo, cuya raíz histórica es el latifundio colonial, enlazado, desde las últimas décadas del siglo XIX, al imperialismo extranjero (ARISMENDI, 1998, p. 41).

Porém, quando se referia ao papel da *burguesia nacional*, especialmente uruguaia, o autor admitia que em algumas fases do processo de acumulação de forças era possível que a direção do processo estivesse sob condução da burguesia, ou frações dela. Ou mesmo, que em determinados momentos da história era possível que os interesses de camadas das classes populares e dominantes coincidissem. Admitia a existência de contradições entre as classes dominantes dos países periféricos e suas homólogas dos países imperialistas. A relação de subjugação imposta a estas pelo imperialismo e seu caráter dependente e

periférico o fez enxergar que algum tipo de nacionalismo pode atingir setores dominantes. Contudo, contrapunha as interpretações predominantes quanto às condições deste segmento da sociedade em levar adiante projetos onde as sociedades latinoamericanas se realizassem enquanto nação. Para o autor, esbarravam na necessidade da superação das relações capitalistas, propósito ao qual estas classes não se dispunham. Mais que isso, Arismendi entendia que as classes dominantes latino-americanas preferem a condição subalterna que conduzir projetos autônomos. Coincidindo com a compreensão do líder revolucionário latino-americano Che Guevara¹² (1970, p. 413) ao afirmar que “la gran burguesía se enfrenta abiertamente a la revolución y no vacila en aliarse al imperialismo y al latifundismo para combatir al pueblo y cerrarle el camino a la revolución”.

Arismendi identificava os governos de corte desenvolvimentista que buscavam interferir nos conflitos entre capital e trabalho como “nacional-reformismo” (ARISMENDI, 1977). Sobre Perón, dentro do contexto dos governos desenvolvimentistas, entendia que “a exterioridade aparentemente mais revolucionária das formas de luta esfuma a presença das classes” (ARISMENDI, 1977, p. 136). Por conseguinte, “procuram pôr ao seu serviço a vontade libertadora nacional de todo o povo, inclusive aproveitar o ímpeto revolucionário” (ARISMENDI, 1977, p. 144). Assim, sobre a relação dos trabalhadores e o que chamou de “peronizarse” (ARISMENDI, 1998, p. 53), afirmou que consistia em “supeditar el proletariado a la burguesía nacional o nacionalista, o a la gran burguesía, la clase con quien gobernó preferentemente Juan Domingo Perón” (ARISMENDI, 1998, p. 58). Na avaliação de Arismendi, a opinião que defendia a superação da crise de estrutura, assim como dos resquícios coloniais, através de medidas de desenvolvimento capitalista de corte nacional, era “regresivo y utópico” (ARISMENDI, 1998, p. 115).

Arismendi compreendia que a revolução uruguaia era, por seu projeto econômico, social e político, de caráter anti-imperialista. Defendia que apenas uma mudança revolucionária era capaz de promover uma efetiva independência nacional, onde os interesses da nação e dos trabalhadores fundiam-se. Arismendi (1998, p. 66), combatia as visões esquemáticas etapistas, identificando “la interrelación dialéctica entre la etapa democrática de liberación nacional y la socialista”. Admite, dessa forma, que os processos históricos são conformados por fases que correspondem a períodos históricos inteiros. Mas,

¹² Ernesto Guevara de La Serna (El Ché): Médico argentino que envolveu-se no movimento revolucionário latinoamericano. Um dos comandantes da Revolução Cubana tornou-se expoente da perspectiva da luta armada, partindo do foco guerrilheiro como meio para promover uma revolução socialista.

durante a pesquisa identificou-se que ao chamar a atenção para as etapas a serem superadas, busca combater as visões identificadas como idealistas, que pregam revolucionarismo e a passagem imediata de uma organização social para outra, ou tentam adaptar a realidade às suas teorias. Ao mencionar as etapas e fases do processo histórico, o autor o faz de maneira dialética e não estanque, precisamente para destacar a materialidade do desenvolvimento de cada sociedade. Quer dizer, a transformação profunda das sociedades em um processo que permita inverter as relações sociais e constituir novas estruturas pressupõe um período histórico inteiro, através de um emaranhado de transições cujo desenrolar não obedece a um ritmo regular ou linear, tendo caráter histórico. Portanto, o resultado da configuração assumida pela sociedade em cada momento da história, deve ser entendida como fruto dos conflitos concretos e objetivos que determinaram essa trajetória.

Para Arismendi (1998, p. 73) “las revoluciones democrática y socialista serán, en nuestro país, dos fases de un solo y continuado proceso histórico”. Reivindica, de tal maneira, a noção de revolução ininterrupta de Lenin, compreendendo a existência de um único processo: aquele pelo qual os trabalhadores constroem a sua unidade de classe e hegemonia na sociedade, adquirindo a condução dos processos de transformação. Sobre a perspectiva das duas etapas da revolução socialista, afirmou que “a primeira transforma-se na segunda, a segunda resolve de passagem os problemas da primeira e só a luta determina até que ponto a segunda consegue ultrapassar a primeira” (ARISMENDI, 1977, p. 59). Arismendi, chama a atenção, portanto, para a necessidade da análise da realidade concreta, compreendendo que as transformações históricas resultam dos confrontos materiais de cada sociedade. Obedecem, assim, à dinâmicas específicas, próprias de cada processo e não a concepções definidas *a priori*. A leitura dialética que promove acerca das etapas compreende que não há um abismo entre o velho e novo. Ao mesmo tempo que combate visões triunfalistas, entende que as sociedades estão em constante transformação e que a concretização da implementação de projetos de desenvolvimento resultam da correlação de forças produzidas em cada contexto histórico.

Quanto ao Uruguai de 1962, Arismendi aponta que a principal característica político- social do Uruguai nos 10 anos anteriores (1952-62) havia sido a tensão entre as classes dominantes (latifúndio, grande capital a serviço do imperialismo ianque) e a maioria do povo (destacando-se a classe operária). Um contexto no qual as classes dominantes buscaram impor um rumo marcadamente antidemocrático e anti nacional e a noção que

“fazia com que o Uruguai fosse conhecido como ‘Suíça da América’ começou a desmoronar” (PADRÓS, 2009, p. 42) durante os anos 60 do século XX. Revelava-se, na visão do autor, a crise estrutural da sociedade uruguaia que abria uma brecha histórica na composição do bloco social de poder.

Diante disso, Arismendi buscou estabelecer uma análise da composição das classes sociais do Uruguai que fugisse dos esquemas pré-estabelecidos e que não incorporasse o discurso dominante. Almejava encontrar as singularidades que surgiram na região e em seu país para apreender as dinâmicas do processo histórico que converteu o Uruguai em nação. E para construir um projeto futuro pelo qual não só estava engajado, mas fora construtor. Ao fazê-lo, desenvolveu uma visão mais complexa acerca da estratificação social do país platino bem como das relações entre as classes, frações destas, camadas ou grupos sociais. Alexis Capobianco, em sua dissertação de mestrado, defendida em 2005 junto à Faculdade de Filosofia da Universidad de la República, relaciona o pensamento de Mariátegui e Arismendi. O filósofo apresenta a seguinte síntese, a qual compreende-se ser apropriada, acerca do entendimento de Arismendi quanto aos grupos dirigentes formados no uruguai:

Arismendi diferencia en la Burguesía una gran burguesía, una burguesía media o nacional y una pequeño-burguesía. A su vez, en la gran burguesía diferencia entre la “Gran Burguesía vendida” totalmente subordinada al imperialismo y la “Gran Burguesía conciliadora”, que si bien tiene algunas contradicciones con el imperialismo, no apunta ni puede apuntar a romper con el mismo, ni a superar las relaciones de dependencia que ello implica, ni a acabar con el latifundio. La burguesía media o nacional produce para el mercado interno y compite muchas veces con los monopolios imperialistas, tiene contradicciones importantes con los mismos, que el proletariado debe tener en cuenta a la hora de la acción política; también la pequeño-burguesía tiene contradicciones con el imperialismo, más agudas aún que las que puede tener la burguesía. Asimismo, nos encontramos con los latifundistas, de un latifundio que Arismendi consideraba en la década del 60 feudal, pero que se va imbricándose cada vez más con la gran burguesía (ya sea porque invierte en la gran industria, o porque la gran burguesía se vuelve terrateniente) (CAPOBIANCO, 2005, p. 37-38).

Arismendi compreendia que nesse processo de consolidação capitalista do Uruguai e dos demais países da região, impulsionado desde o fim da Primeira Guerra Mundial, produziram-se estratificações mais complexas dos seus atores sociais. Identificou que se havia produzido uma divisão no seio da burguesia nacional conformando dois grandes campos, dialogando com a compreensão predominante da época. Assim, identificava a

existência de um setor vinculado aos “latifundistas, a los grandes comerciantes y banqueros” e uma burguesia média ligada majoritariamente à indústria: “Esta burguesía media es lo que hoy llamamos burguesía nacional” (ARISMENDI, 1998, p. 220). Contudo, enxergou que entre o que chamou de Grande Burguesia haviam dois setores, os quais definiu desta forma: Grande Burguesia vendida, “vinculada íntimamente a los monopolios imperialistas” (ARISMENDI, 1998, p. 220) e a Grande Burguesia conciliadora, ambas conectadas ao latifúndio. No entanto, estas últimas compreendiam,

aquellas capas de la burguesía, económicamente poderosas, que no están vendidas al imperialismo, pero que tienen ciertos lazos con éste y tienden preferentemente, a pesar de sus fricciones frecuentes, a negociar con los monopolios yanquis y sus diplomáticos, a costa del pueblo del país” (ARISMENDI, 1998, p. 246).

Diante disso, afirmou que “Nadie duda que la gran burguesía conciliadora es incapaz de llevar a cabo una reforma agraria profunda. pero tampoco posee aptitud para ello la actual burguesía media nacional” (ARISMENDI, 1998, p. 220).

Assim sendo, Arismendi foi além, em sua elaboração, do que a simples identificação de dois pólos divergentes da burguesia. A questão não se trata, portanto, da existência ou não de uma burguesia, ou fração desta, de caráter nacional, mas seu papel na construção de modelos de desenvolvimento independentes. Assim, apontava para a necessidade de não confundir, por um lado,

el hecho cierto de que la burguesía nacional es una fuerza susceptible de participar de la revolución democrático-nacional, de integrar por lo mismo el frente nacional-liberador; otra, la capacidad de la burguesía nacional para encabezar una reforma agraria radical o para dirigir una tarea histórica de tal magnitud revolucionaria como la destrucción del latifundio (ARISMENDI, 1998, p. 220).

Tendo em vista as particularidades da burguesia formada no Uruguai e América Latina, esta não rompe com o imperialismo nem com a estrutura econômico-social herdada do período colonial. Assim, não reúne condições de liderar um processo de proporções históricas. Isso não exclui, entretanto, sua participação na luta anti-imperialista, mas sim da direção do processo. A atração da burguesia nacional para este movimento depende, portanto, da consistência da aliança operário-camponesa e sua força econômica, social e cultural, sendo, assim, capaz de envolver sob sua condução outras classes ou frações, camadas ou setores desses grupos sociais, em um contexto de lutas de hegemonia, para

impulsionar mudanças estruturais. Por isso, Arismendi considerava que a Frente Ampla expressava “una alianza de clases y capas sociales diferentes. Lo integran el proletariado junto con otras clases y capas sociales en actitud democrática y antimperialista” (ARISMENDI, 1999, p. 124-125), sob direção, em última instância, do proletariado.

Em 1962 essa era a compreensão do autor sobre o processo:

Si afirmamos que la revolución madura objetivamente en las entrañas de la sociedad uruguaya y en toda América Latina, el más importante problema consiste en construir la fuerza social capaz de llevarla a cabo; es decir, forjar el movimiento de todas las clases y capas sociales nacionales y populares, que, en última instancia, será capaz de conducir a las grandes masas a la lucha por el poder (ARISMENDI, 1999, p. 63).

Esta definição construída por Arismendi, no contexto da crise estrutural da sociedade uruguaia, relaciona-se à perspectiva da construção do ator social responsável por abrir caminho para impulsionar as mudanças verdadeiramente estruturais na sociedade uruguaia. Assim, sua noção de “povo” corresponde ao bloco histórico e social formado por um complexo de alianças entre classes, camadas, setores e frações de classe sob a condução dos trabalhadores, especialmente o proletariado, em luta de hegemonias. De tal maneira, aponta para dois pontos centrais desse processo: a noção de hegemonia e de alianças sociais, que podem ser elucidados assim por Arismendi:

Uno es la formulación de un programa que corresponda a la etapa revolucionaria, a las tareas que en ese estadio cumplirá la revolución. Ese programa le permitirá reunir todas las clases y capas sociales aptas para avanzar un trecho por la ruta revolucionaria: ser vanguardia significa tener un ejército por detrás - expresa Lenin. Este aspecto que podríamos llamar de la amplitud, en el desempeño hegemónico del proletariado. El otro aspecto es el ejercicio de la actividad dirigente, consustancial de la naturaleza de clase del proletariado, de su misión histórica de alumbrador del socialismo. Este aspecto es el que garantiza, por la hegemonía, el avance ininterrumpido de la revolución hacia el socialismo (ARISMENDI, 1998, p. 123).

Para Arismendi, este bloco social configurava-se como a força social da revolução, sendo, assim, o ator capaz de conduzir um processo de transformação estrutural que permitiria superar as heranças coloniais, obstáculo maior da consolidação do projeto nacional. Partindo de uma visão classista de povo, pode-se dizer que, para o autor, os interesses da nação eram os mesmos dos trabalhadores. A missão deste bloco consistiria em implantar um projeto de desenvolvimento econômico e social, de corte transitório, que

promovesse reformas estruturais no país citado. Esse programa, identificado pelo seu perfil Democrático Avançado por Arismendi, possuía caráter unificador. Compreendia que sua implementação inauguraria um período de transição no sentido da democratização da sociedade, e das relações sociais. Dessa análise o autor desenvolveu sua noção acerca do que definiu como Democracia Avançada.

O termo surgiu, nas análises de Arismendi, ao caracterizar os momentos iniciais da Revolução Cubana, antes da declaração do caráter socialista do processo. Deve-se considerar dois aspectos quanto ao conceito de Democracia Avançada definido por Arismendi: um político e outro de cunho social. A sua dimensão política será abordada no próximo capítulo. Quanto aos componentes que dizem respeito à sociedade, o termo avançado relaciona-se à idéia de um projeto de transição, de caráter heterogêneo, marcado pela construção de novas relações sociais. Nesse contexto, a historiadora Maria Luiza Battezzore, integrante da Fundação Rodney Arismendi em Montevideu, afirma que a perspectiva da implementação da Democracia Avançada desenvolvida pelo autor, “caracteriza un régimen político-social que, al mismo tiempo, pueda ser camino de aproximación al socialismo, dependiendo de las condiciones político-sociales, en particular, de qué clases hegemonicen el bloque histórico” (BATTEGAZZORE, 2003, p. 2). Para a historiadora, o conceito de democracia avançada desenvolvido pelo autor possui grande, “coincidencia conceptual con Lukács que propone el término, ‘democratización’ mejor que democracia, ‘... ya que se trata sobre todo de un proceso y no de un estado...’” (BATTEGAZZORE, 2013, p. 186). Consistiria, portanto, na abertura de um período marcado por mudanças democráticas radicais que permitiriam aproximar-se de transformações mais profundas de acordo com as forças sociais e os conflitos que particularizam o processo histórico.

Assim, ao analisar o pensamento de Arismendi, não é possível confundir o conceito de Democracia Avançada com a noção que defendia que o socialismo seria uma evolução natural do processo histórico. Em sua elaboração, aquilo que denomina-se caminho ao socialismo possui caráter histórico, é o que dá sentido à formação da sociedade uruguaia e suas estruturas mais sólidas. Por via de aproximação, deve-se compreender como a rota a ser trilhada a partir da dinâmica das lutas de classes particulares. Do ponto de vista de Arismendi, esse seria o processo pelo qual o povo acumularia forças no sentido de reunir força social, política e cultural para alterar a conformação das estruturas de poder. Assim,

provocar uma mudança na correlação de forças da sociedade com o objetivo de construir condições para promover uma ruptura mais profunda ainda na sociedade uruguaia que consistiria na passagem ao socialismo. Deve-se, então, compreender a distinção de sentidos que o autor estabelece quando refere-se à noção de caminho ao socialismo, via de aproximação e passagem à sociedade socialista. Devido às características da sociedade uruguaia, Arismendi entendeu que o caminho uruguaio ao socialismo é o caminho da unidade do povo, no sentido descrito anteriormente. A via pela qual os trabalhadores se aproximariam da revolução socialista se desenvolveria a partir de um processo de acumulação de forças junto à sociedade, a partir de lutas sociais e institucionais. O objetivo desse processo consistiria na mudança da correlação de forças na sociedade, aumentando a importância e o peso dos trabalhadores e sua capacidade de direção e atração de outros setores. Assim, compreendia Arismendi, reuniria forças para impulsionar a passagem ao socialismo que pressupõe conflitos de outra natureza.

3. ARISMENDI E A POLÍTICA.

Como se afirmou- inicialmente, o líder uruguaio não era um intelectual de perfil acadêmico. Sobre as opiniões que viam Marx apenas como intelectual e Lenin apenas pelos seus atributos práticos, Arismendi fez a seguinte afirmação:

Todavía hay quienes siguen oponiendo artificiosamente, la imagen de un Marx pensador y filósofo a la de un Lenin, revolucionario práctico y ejecutante de la revolución. En ambos la visión ofrecida es falsa. Marx no fue un sabio de gabinete y el mismo Lenin escribió ‘sin teoría revolucionaria no hay práctica revolucionaria (ARISMENDI, 2009, p. 29).

Para Arismendi, Lenin reunia ao mesmo tempo as características de teórico e líder revolucionário. Assinalou que o revolucionário bolchevique estabeleceu uma relação dialética entre a prática e a teoria de feição revolucionária. Diante disso, o líder russo tornou-se uma referência, não apenas para Arismendi (2016, p. 31), mas para todo o movimento revolucionário mundial. Tendo em vista a repercussão da revolução russa de 1917, “Lenin se yergue como un prototipo del jefe revolucionario comunista”. Diante do uso rígido e mecânico das propostas de Lenin, após a sua morte, muitos partidos adotaram uma versão endurecida e padronizada de seus conceitos. Contudo, o dirigente uruguaio diferenciou-se ao constatar que o líder soviético via uma ligação íntima entre a ação revolucionária e a elaboração teórica. Levando em conta o ineditismo do processo de transformação ocorrido na Rússia, grande parte da elaboração intelectual de Lenin foi original, uma vez que, partiu da necessidade de apresentar respostas aos problemas e desafios colocados diante do processo revolucionário na Rússia.

Assim como em Lenin, a produção intelectual de Rodney Arismendi surge da ação política e está dedicada a ela. Para Arismendi, a leitura concreta da realidade fornece subsídios para obter melhores condições de definir a estratégia considerada mais adequada dentre o feixe de possibilidades colocados em um momento específico. Ou seja, Arismendi não desenvolveu sua atividade intelectual apenas na condição de observador. Entendia haver uma simbiose entre o que se chamava teoria e prática revolucionária. Arismendi reivindica o pensamento de Karl Marx para expressar sua sintonia com a ideia que concebe as transformações históricas como resultado concreto da ação humana. Desenvolve o entendimento, portanto, de que os seres humanos são os construtores da própria história. Admitindo essa compreensão, é possível afirmar que os seres humanos não desenvolveram

somente a capacidade de domesticar e modificar a natureza de acordo com seus interesses, mas de alterar a sua própria essência.

Ao mesmo tempo em que Rodney Arismendi construiu seu pensamento, desempenhou papel importante na busca pela materialização de suas ideias. Quer dizer, Arismendi busca compreender as dinâmicas da sociedade uruguaia e latinoamericana a partir dos embates sociais e políticos nos quais está envolvido para potencializar essa ação política. Por isso, texto e contexto retroalimentam-se explicitamente no caso do pensador platino. Assim, suas elaborações são fruto do contexto no qual está inserido da mesma forma que, sobretudo pela sua ação política, interferem neste mesmo cenário. Sua construção intelectual nasce da política para voltar à política. Diante disso, ao longo deste capítulo serão apresentados os elementos políticos que se destacaram durante a pesquisa. Compreende-se que os aspectos sobre os quais trataremos em seguida contribuíram para a construção da perspectiva do caminho uruguaio ao socialismo.

Dessa forma, primeiramente será abordado o contexto dos partidos comunistas e organizações revolucionárias e progressistas da América Latina onde Arismendi teve papel protagonista. Em seguida, os aspectos que compõem a trajetória político-partidária do Uruguai nos quais o autor teve participação e marcaram seu pensamento. Em torno disso, é importante ocupar-se de discorrer sobre a concepção que Arismendi desenvolveu sobre o papel e o perfil do Partido Comunista do Uruguai. Por fim, serão abordados seus critérios quanto aos debates sobre os caminhos e vias de aproximação rumo ao socialismo, assim como os componentes políticos do conceito de Democracia Avançada.

3.1 Contexto dos PC's: organizações revolucionárias e de esquerda na América Latina e movimento comunista internacional

A tradição internacionalista do movimento comunista incidiu sobre a leitura produzida por Arismendi acerca das características comuns das sociedades latino-americanas e do caráter continental da revolução socialista. O dirigente teve atuação marcante nos debates impulsionados no âmbito dos partidos de esquerda da região. Jogou importante papel no âmbito das organizações e espaços de âmbito internacional que reuniam os partidos comunistas, organizações revolucionárias e progressistas da região e do mundo. Segundo o historiador da Universidade de Tel Aviv, Gerardo Leibner,

“manteniendo vínculos estrechos con Fidel Castro y con los dirigentes soviéticos, Arismendi se transformó en un mediador entre La Habana y Moscú en momentos clave de enfrentamiento en torno a estrategia y el liderazgo del movimiento revolucionario latinoamericano” (LEIBNER, 2009, p. 67). Cumpriu papel para as aproximação entre Cuba e União Soviética. Como se afirmou anteriormente, Arismendi entendeu que a Revolução Cubana era a expressão do que identificou como crise estrutural das sociedades da América Latina. Assim, ao caracterizar o processo, ainda em seu início, como uma revolução popular avançada, tratou de buscar aproximá-la do movimento revolucionário e comunista em âmbito global, além de impulsionar forte solidariedade.

Considerando o contexto da época, é possível afirmar que as posições de Arismendi evidenciaram uma leitura distinta da maioria das organizações daquele período. Em 1956, o XX Congresso do PCUS (Partido Comunista da União Soviética) marcou a história ao apresentar os crimes cometidos por Stálin¹³ e a perspectiva que admitia a via pacífica para chegar ao socialismo. Esse evento produziu um impacto de grandes proporções no movimento comunista de todo o mundo. Pode-se sustentar que, em sua maioria, os partidos comunistas estavam sob a influência soviética e tinham Stálin como uma importante referência. O líder soviético era visto como o continuador da obra de Lenin e o grande responsável pela derrota militar dos nazistas durante a II Guerra Mundial. Leibner (2016, p. 50) identifica que, após essa viragem, houve “una ola desestalinizadora en los Partidos Comunistas como reflejo del proceso de desestalinización soviética”. Por outro lado, além do peso político, ideológico e teórico exercido pela URSS, o período em que esteve vigente a Internacional Comunista elevou a influência russa sobre os PC's de todo o mundo. Pode-se dizer que a cultura política deste período ainda influenciava estas organizações, ao mesmo tempo em que o alinhamento a uma posição específica, “no siempre eso significaba la implementación real de la nueva línea” (LEIBNER, 2009, p. 69). Em muitos casos a adesão aos modelos em questão expressavam o posicionamento diante das relações políticas internas ao campo de esquerda e não a coincidência de critérios teóricos necessariamente.

Durante toda a sua existência, a União Soviética exerceu forte influência sobre o movimento comunista e revolucionário do continente, especialmente durante a primeira metade do século XX. Assim, a dogmatização da teoria que atingiu a URSS e gerou um

¹³ Líder soviético que governou a URSS após a morte de Lenin (1924) até o seu falecimento, em 1954.

marxismo de manual, com as receitas que deveriam ser utilizadas para ter êxito na revolução irradiou para a grande maioria dos PC's. Leibner ajuda mais uma vez a compreender esse processo.

El disciplinamiento del movimiento comunista internacional bajo conducción stalinista que iba convirtiendo formulaciones soviéticas en modelos analógicos, fue impuesto a la sección latinoamericana al comienzo de los 30, implicando el desplazamiento de dirigentes e intelectuales que manifestaron esbozos de un pensamiento propio. El P. Comunista Peruano dirigido por Eudocio Ravines, por ejemplo, desplazó a quienes fueron considerados afectados por la influencia perniciosa de la desviación “mariateguista” (LEIBNER, 2009, p. 69).

Na conferência proferida sob o título de Condicionantes de “la teoría de la revolución continental” de Rodney Arismendi, Gerardo Leibner apresenta essa marca que foi característica do movimento comunista mundial. A apresentação foi feita pelo historiador durante as V Jornadas de História, realizadas em 2009 na cidade de Buenos Aires. As jornadas foram convocadas com uma chamada sugestiva para o debate que levamos adiante neste trabalho: “¿Las “ideas fuera de lugar”? El problema de la recepción y la circulación de ideas en América Latina. Na apresentação feita por Leibner sobre a influência stalinista nos PC's, o historiador afirmou:

A comienzos de la década del 30 el Comintern ya bajo férreo control stalinista había descartado de hecho la necesidad de análisis concretos de la estructura social en contextos nacionales como precondition para la elaboración de la estrategia revolucionaria adecuada a determinado país. Existían recetas generales que correspondían a la caracterización general de ciertas regiones o grupos de países y que había que aplicar ante realidades nacionales de acuerdo a la coyuntura mundial (LEIBNER, 2009, p. 68).

Se é possível compreender que após o XX Congresso do PCUS houve um processo de desestalinização dos PC's no nível regional, permite-se ver também que esse fenômeno nem sempre redundou no desenvolvimento de perspectivas originais. Assim, manteve-se, na maioria dos casos, a visão esquemática e a aplicação de receitas estranhas à realidades diversas. Nesse cenário, a vinculação a esta ou àquela linha interpretativa, de maneira geral compunha polos políticos divergentes. Este elemento, juntamente com a consideração acerca da visão esquemática do marxismo engessado que chegava da URSS, produziram universalizações pré - estabelecidas que custaram a serem superadas por essas organizações. Dentro desse cenário, Arismendi e a linha adotada pelo PCU diferenciou-se

das visões maniqueístas e pouco dialéticas da época. E, foi expressão do desenvolvimento de um pensamento original naquele contexto.

Na obra *Lenin, La Revolución y América Latina*, publicada pela primeira vez em 1970, Arismendi defende o desenvolvimento original do pensamento de Marx, compreendendo que “Lenin se mantiene fiel a este sentido creador y antidogmático del marxismo” (ARISMENDI, 2016, p. 31). Ao longo de sua atuação política e prática intelectual, Arismendi reivindicou, reiteradas vezes, o caráter criativo e criador do marxismo, buscando combater fórmulas pré-determinadas de interpretação da realidade. Ao referir-se à relação entre teoria e prática colocada por Lenin, apoia-se em Marx e,

su célebre aforismo: los filósofos hasta ahora procuraron interpretar al mundo, ahora se trata de transformarlo. Dicho que no apunta en un sentido diminutorio de la teoría, como lo estima Althusser, sino como exaltación de una teoría que nace y se recrea en la práctica, y que se concreta en la política en tanto ésta exprese la lucha de clases (ARISMENDI, 2016, p. 31).

Para Arismendi, há uma conexão dialética entre teoria e prática onde uma alimenta a outra. Sua visão materialista-dialética, livre de *formulismos*¹⁴, identifica que as sociedades estão em constante transformação e produzem características próprias dentro de um determinado contexto histórico. Dessa compreensão, Arismendi desenvolve o seu entendimento acerca do papel da teoria marxista como instrumento de análise da realidade. Contrária, portanto, àquelas organizações que aderiram automaticamente a este ou aquele modelo, ou transplantaram mecanicamente experiências dos países socialistas à suas realidades, bem como suas interpretações teóricas. A partir disso foi desenvolvendo sua perspectiva de que não há caminho ou via única para se chegar ao socialismo.

Mas, Arismendi foi, sobretudo, um militante de suas teses. Um dos fatos mais marcantes da atuação do dirigente junto aos espaços onde se reuniam organizações revolucionárias e comunistas da região ocorreu em 1967, durante a Conferência da Organização Latino-Americana de Solidariedade (OLAS).

Siendo vice-presidente de la conferencia de OLAS (La Habana, julio-agosto de 1967) Arismendi mantuvo su desacuerdo con algunas de sus resoluciones sin romper con la organización continental, a la vez que criticó a otros PCs, como el argentino o el brasilero, que boicotearon el evento (LEIBNER, 2009, p. 67).

¹⁴ Termo do idioma espanhol, relacionado à sociologia, que significa tendência a dar excessiva importância às fórmulas e formas estabelecidas para a execução ou resolução de um assunto ou na vida social. Utilizamos o termo espanhol pela ausência de correlato em português.

Arismendi criticou os partidos comunistas, brasileiro (PCB) e argentino (PCA), pois defendia que aqueles que eram contrários à luta armada como caminho único ou predominante participassem do encontro para disputar as decisões tomadas ali. Ao mesmo tempo compreendia que, ainda que em desacordo, a participação de todas as organizações era fundamental para a preservação da unidade do movimento comunista da região. Realizada em Havana, no ano de 1967, a conferência transformou-se em espaço onde a polêmica acerca da via armada ou pacífica ao socialismo expressou-se veementemente. Naquela ocasião, a maioria dos participantes alinhou-se à via armada ao socialismo, destacando o foco guerrilheiro como caminho principal. Arismendi defendeu que a conferência não definisse um método, mas que deixasse a cargo de cada organização adotar aquele que melhor atendesse às condições políticas do seu país. Contudo, em um ambiente polarizado, onde predominavam as visões esquemáticas, a proposta de Arismendi sobre avançar em democracia para o socialismo e cogitar a via pacífica foi imediatamente taxada de reformista pelos setores mais radicalizados do movimento comunista e revolucionário latinoamericano. Durante o encerramento do evento, enquanto todos aplaudiam o discurso de Fidel Castro que realçava as virtudes da luta guerrilheira, Arismendi, que era vice-presidente da conferência, cruzou os braços evidenciando sua posição de desacordo. Sobre esse episódio, muito marcante, Gerardo Leibner comenta:

La imagen de Arismendi en la clausura de la conferencia de OLAS, parado en la tribuna con las manos cruzadas de frente mientras el resto de los presentes en la tribuna aplaudían fervorosamente el discurso de clausura de Fidel Castro sirvió de argumento contra el PCU por parte de la izquierda más radicalizada en el Uruguay. La imagen descontextualizada podría dar la impresión de tensión y ruptura entre Arismendi y Castro y de aislamiento del PCU (LEIBNER, 2009, p. 88).

Do ponto de vista das relações entre os partidos comunistas e revolucionários, essa ação consistiu em um gesto forte por parte do dirigente uruguaio. Por outro, evidencia como no curso desses debates Arismendi desenvolve e aprimora sua atividade intelectual. Ao longo da pesquisa foi possível identificar que Arismendi estava empenhado em vencer essas contendas. Assim, ao longo desse período que se inicia em 1956, cuja expressão em nível internacional é o XX Congresso do PCUS, até o momento no qual realiza-se a conferência da OLAS, Arismendi adquiriu importância considerável entre as organizações

de esquerda da região. Foi, ao mesmo tempo, um período de consolidação de suas ideias e crescimento do seu prestígio o que produziu fricções entre as demais organizações. Assim, evento relatado acima relacionado à OLAS foi instrumentalizado por distintas organizações para alimentar as disputas existentes entre as organizações de esquerda. O Semanário Marcha, um importante periódico do pensamento progressista do país, “deu voz às posições discordantes do Partido Comunista, alvo principal de seus colaboradores naquele momento” (VILLAÇA, 2017, p. 329). O PCU fora acusado por vários dirigentes e partidos que defendiam a via armada na região de reformista. Por outro lado, o partido, foi reafirmando uma posição independente e protagonista que adquiriu notoriedade dentro do movimento comunista internacional. Assim constata Leibner:

Durante las polémicas que atravesaron a Partidos Comunistas y movimientos revolucionarios de América Latina en la década de los 60 y comienzos de los 70, el PCU sostuvo una posición original, distinta a la mayoría de los partidos comunistas del continente, sin por ello dejar de ser un P.Comunista pro- soviético. Siendo vice-presidente de la conferencia de OLAS (La Habana, julio-agosto de 1967) Arismendi mantuvo su desacuerdo con algunas de sus resoluciones sin romper con la organización continental, a la vez que criticó a otros PCs, como el argentino o el brasilero, que boycotearon el evento (LEIBNER, 2009, p. 67).

As críticas alimentavam as disputas da época e tornaram-se consideráveis diante da relação estabelecida entre o PCU e a Revolução Cubana capitaneada por sua principal liderança política e intelectual. “Rodney Arismendi tinha prestígio em Cuba por sua longa trajetória de militância, havia participado da Tricontinental e era, inclusive, um dos quatro vice-presidentes do Comitê Organizador da OLAS” (VILLAÇA, 2017, p. 319). Diferentemente de grande parte dos dirigentes da região, Arismendi assumiu posição de solidariedade imediata à revolução cubana, mesmo antes de Fidel Castro assumir o caráter socialista do processo. Impulsionou movimentos massivos de solidariedade ao país caribenho, o que criou boas relações com os cubanos e respeito a Arismendi na ilha. Assim, o gesto de Arismendi no encerramento da conferência da OLAS produziu bastante impacto. Por um lado, foi uma demarcação importante dentro daquele processo por parte de um ator de destaque na região. Como decorrência do primeiro, fora explorado por muitas organizações que questionavam as propostas de Arismendi e buscaram vincular o fato a uma possível crise nas relações entre Cuba e o PCU.

Anterior ao evento descrito acima, outro episódio que pode ser destacado, pois

ajuda a compreender o protagonismo assumido pela visão original de Arismendi e lhe conferiu legitimidade, diz respeito à visita de Che Guevara ao Uruguai em 1961. O revolucionário cubano foi ao Uruguai diante Reunião Extraordinária do Conselho Interamericano Econômico e Social (CIES) realizada entre 5 e 17 de agosto daquele ano na cidade de Punta del Este. O guerrilheiro participou na condição de ministro de indústria do governo de Fidel Castro em meio à implementação do que ficou conhecido como Aliança para o Progresso. Este plano consistia na política econômica norte-americana voltada para os países da América Latina. Seu objetivo era dissuadir os ânimos revolucionários e projetos antiamericanos que afloravam na região. Assim, criou-se grande expectativa pela presença de Guevara na reunião e, como se esperava, a presença do argentino no Uruguai provocou grande impacto, seja pela participação na atividade mencionada, seja pela sua interlocução com a esquerda do país. Considerando as frases do ministro cubano, pode-se resumir a sua atuação no encontro de Punta del Este quando afirmou que aquela reunião estava “concebida contra Cuba y está concebida contra el ejemplo que Cuba significa en todo el continente latinoamericano” (CABRERA, 2011, p. 269). Entretanto, já era de se esperar que, estando presente Che Guevara em uma atividade da OEA, não faltariam polêmicas. O que fugiu à expectativa comum e produziu forte impacto foi a conferência que o líder cubano proferiu no Paraninfo da Universidad de la República (UDELAR) em Montevideu. Durante a conferência que dividiu com Salvador Allende, então Presidente do Senado chileno, Guevara considerou que os uruguaios

tienen algo que hay que cuidar, que es, precisamente, la posibilidad de expresar sus ideas; la posibilidad de avanzar por cauces democráticos hasta donde se pueda ir; la posibilidad, en fin, de ir creando esas condiciones que todos esperamos algún día se logren en América, para que podamos ser todos hermanos (CABRERA, 2011, p. 609).

Guevara, é, até os dias atuais, amplamente conhecido como um defensor da via armada e difusor do foco guerrilheiro como método para promover a revolução socialista. Se autodefinia como um revolucionário que entregava a vida para provar suas convicções, e assim o fez. Considerava que a profundidade e o caráter estrutural das desigualdades, juntamente com o autoritarismo das classes dominantes na América Latina, não deixavam alternativa, senão as armas, para promover o trânsito para esta sociedade. Diante disso, boa parte da esquerda uruguaia e latinoamericana esperava que a sua estadia em Montevideu reforçaria a perspectiva do caminho armado ao socialismo. Fortalecendo, portanto, aqueles

grupos que se identificavam com essa linha. Contudo, o comandante da revolução cubana destoou das expectativas desses grupos ao afirmar que

si las aspiraciones del pueblo, esas aspiraciones del desarrollo económico que son, en definitiva, las aspiraciones de bienestar en cualquier forma que sea y como quiera llamársela, las aspiraciones de pueblo a su bienestar se puede lograr por medios pacíficos, eso es lo ideal y eso es por lo que hay que luchar (CABRERA, 2011, p. 609).

Para Gerardo Leibner “el mensaje de Guevara a los uruguayos parecía hecho a la medida de la línea del PCU” (LEIBNER, 2009, p. 77). Não à toa, o livro organizado por Asdrúbal Pereira Cabreira, antigo militante tupamaro, que reúne documentos que relatam a visita de Che Guevara ao Uruguai, intitula-se *Para dar Vuelta al Mate*. A frase possui duplo sentido: um deles relaciona-se ao ato de tomar chimarrão e revirar a erva-mate para renovar o sabor da bebida, um hábito particular dos uruguaios entre as populações que possuem este costume. O outro consiste em uma analogia popular relacionando o recipiente utilizado para consumir a bebida à cabeça. Produzido a partir da cabaça ou porongo, chama-se mate para os uruguaios e argentinos, ou cuia nas regiões brasileiras onde se toma a referida bebida. Comumente a relação possui conotação pejorativa, uma vez que, qualificar alguém como “cabeça de porongo” significa dizer que possui a cabeça oca. Entretanto, não é esse o sentido adotado por Asdrúbal. Quer dizer que a visita de Che Guevara ao Uruguai fez a cabeça de todos girar, deixou a todos tontos diante da flexibilidade de suas posições e a complexidade de suas análises, conflitando com as visões reducionistas e esquemáticas do período. Durante a conferência na UDELAR, um outro fato tornou marcante a estadia de Ernesto Guevara no país foi a morte do professor Arbelío Ramírez. Os dirigentes do PCU, responsáveis pela segurança de Guevara, obtiveram a informação de que poderia haver um atentado contra o revolucionário durante a atividade na universidade. Diante disso, construiu-se um plano para a saída de Che Guevara do local, que consistiu em disfarçar Ramírez, militante do PCU, que sairia por uma das portas enquanto o cubano deixaria o local por outra. A informação dos comunistas uruguaios confirmou-se e Arbelío foi assassinado em frente à UDELAR, confundido com Che Guevara. Este foi o primeiro atentado contra a vida do guerrilheiro em nível internacional. Assim, pode-se dizer que a presença do comandante da revolução cubana no Uruguai teve grande repercussão e deu destaque às posturas políticas do PCU. Ao mesmo tempo, legitimou as reflexões de Arismendi e contribuiu para o fortalecimento da sua elaboração intelectual e do estreitamento das relações entre os comunistas uruguaios e

cubanos, assim como o respeito mútuo.

Assim, pode-se afirmar que o debate aberto pelo XX Congresso do PCUS quanto ao desenvolvimento de caminhos próprios de cada partido comunista e da via pacífica abriu uma brecha para a estratégia defendida por Arismendi. Dessa mesma forma, a repercussão da passagem de Che Guevara pelo Uruguai contribuiu com a linha dos comunistas uruguaios tanto em nível nacional quanto regional. Diante disso, esses dois fatos contribuíram para legitimar, seja do ponto de vista intelectual ou político, a perspectiva arismendiana. O Secretário-Geral do PCU desenvolveu, assim, uma posição peculiar e politicamente habilidosa dentro do movimento comunista da região. Mantinha relações com Havana e Moscou, assim como garantiu que o Uruguai não estivesse incluído na lista dos países nos quais os cubanos trabalhariam para construir um movimento guerrilheiro. Tal êxito não é menos importante se for levado em conta o contexto que a própria revolução cubana inaugurou ao chegar ao poder por meio de um movimento armado, considerando, ainda, que no Uruguai se formara um movimento guerrilheiro forte que reivindicava os princípios guevaristas. Outro evento de repercussão regional que jogou papel importante no fortalecimento e na evolução intelectual de Arismendi foi a vitória da Unidade Popular no Chile, mas esse tema será abordado em outro momento do capítulo.

3.2 Contexto político-partidário do Uruguai

No âmbito da política nacional, a crise identificada por Arismendi se manifestou no choque entre a nova configuração social e o sistema partidário que imperava no país. Esse modelo se expressava a partir da divisão entre blancos e colorados, que representavam as principais tendências políticas da construção do Uruguai moderno. O sistema partidário uruguaio é visto como um dos mais consolidados da América Latina e possui as agremiações a mais tempo em atuação da região. Assim, as origens da composição dos partidos tradicionais uruguaios remetem ao contexto do país posterior à sua independência. Dessa forma, muitos pesquisadores apontam o Uruguai como um caso excepcional dentro do contexto latino- americano.

En Uruguay, a la retórica liberal del siglo XIX le sigue un "ensanchamiento" de la participación política, bastante atípico en América Latina, en los primeros años del siglo XX. La participación electoral efectiva asciende del 4.3% en 1908 a 15% en 1919, cuando se universaliza el voto masculino. Aunque el voto no fue obligatorio hasta 1971, la participación electoral en general supera, durante la primera mitad del

siglo, el 60% del padrón electoral (MOREIRA, 98, p. 03).

Assim, admite-se que a independência do Uruguai resultou no desenvolvimento de uma institucionalidade e um sistema eleitoral relativamente democrático se comparado com os demais países da América Latina. Entretanto, considera-se que o país passa a consolidar-se como uma democracia apenas a partir da Constituição de 1918 perdurando até o período recente. Ao longo desse percurso foram poucas as exceções como o período que durou de 1973 até 1985, quando o Uruguai viveu sob a Ditadura Militar, tal qual vários países da região.

El origen de la democracia uruguaya se sitúa habitualmente en torno al establecimiento de la Constitución de 1918. Este texto estableció los rasgos más característicos del sistema electoral –que habrían de imperar hasta 1994– junto con una serie de garantías fundamentales para el ejercicio del sufragio. La democratización en Uruguay coincide por tanto con la modernización del sistema de partidos y su configuración como un sistema partidario de tipo competitivo. De este modo, podría afirmarse que en Uruguay la democracia y el sistema electoral nacieron prácticamente juntos (Buquet y Castellano, 1995) (BUQUET; CHASQUETTI, 2004, p. 223).

Porém, compreender que o Uruguai desenvolveu um sistema mais democrático que os demais não redundaria no entendimento de que exista uma democracia plena. Destaca-se, portanto, o seu grau de formalidade e institucionalidade que abriu espaço para uma maior participação popular, quando comparado com seus vizinhos. Como se afirmou anteriormente, mesmo que houvesse no país platino uma participação mais ampla do eleitorado, em 1908 este correspondia a 4,3% da população. Reforça-se a visão de Arismendi, compreendendo que este sistema desenvolveu-se de forma que atendesse aos interesses dos grupos dominantes. A predominância absoluta dos partidos Nacional e Colorado foi abalada apenas em 1971, com o surgimento da Frente Ampla. A expressão de seu caráter oligárquico residia na composição de um sistema bipartidário cujas organizações refletiam as disputas entre as principais correntes existentes no século XIX, ligadas a caudilhos e militares. Partindo de uma visão de que os partidos políticos são expressão dos mais variados segmentos da sociedade, Arismendi identificou os partidos Nacional e Colorado como a representação política do sistema de poder construído no Uruguai. Ou seja, estas agremiações compunham o pacto de poder que representava os

interesses do latifúndio colonial e da burguesia ascendente no país, integrando as elites do meio rural e da cidade. Assim, levando em conta as nuances relatadas, o Uruguai se constitui como um país com larga tradição partidária e institucional, compreendendo que

El núcleo central del sistema de partidos uruguayo (los llamados “partidos tradicionales”) es tan antiguo como el país mismo. Para algunos es incluso anterior a la nación, dadas las precarias condiciones de definición del espacio nacional en la época de la independencia y los años posteriores. La mayoría de los historiadores ubica su origen en la “Batalla de Carpintería” –primera acción militar que los enfrentó, en el año 1836– seis años después de la primera Constitución (1830) y once más tarde de la Declaración de la Independencia (1825). En ese momento surgieron las “divisas” –cintillos que servían para distinguir a los integrantes de cada uno de los bandos– que los identificarán hasta nuestros días. (BUQUET; CHASQUETTI, 2004, p. 223).

Dessa forma, pode-se reafirmar a compreensão de Arismendi acerca das continuidades que marcaram o processo de independência do Uruguai. A conformação partidária oriunda deste episódio foi expressão da preservação do poder nas mãos das oligarquias latifundiárias. Assim, o que passou a ser entendido como um sistema equilibrado e democrático pode ser visto, também, como um sistema que atendia aos interesses das classes que detinham o poder e seu caráter caudilhesco. Pode-se concluir que o contexto político-partidário do Uruguai durante o século XIX

En resumen, si bien existía una participación política masiva canalizada a través de las divisas y las adhesiones caudillistas, y los dos partidos que se configuraron a partir de las divisas blanca y colorada se aceptaban mutuamente compartiendo incluso espacios de poder (jefaturas políticas departamentales), el sistema político globalmente considerado siguió pautado por su configuración tradicional que cabe caracterizar como oligárquico excluyente (por privar de derechos políticos a la enorme mayoría de la población) y hegemónico (por perpetuar el predominio del Partido Colorado en el gobierno y excluir de las posibilidades de acceder al mismo al Partido Nacional). Habría que esperar al siglo XX para que la modernización alcanzase al conjunto de las instituciones políticas. La primera modernización política, la del siglo XIX, se redujo al Estado (YAFFE, 2000, p. 6).

O entendimento de Jaime Yaffé acerca desse processo permite compreender a estruturação da tradição bipartidária do país e a visão de Arismendi:

En Uruguay, el proceso de modernización confirmó, renovándolo, el tradicionalismo político y su formato bipartidista blanco y colorado. También se confirmó y consolidó el protagonismo y la centralidad de esos partidos tradicionales en la conducción del estado, en el rumbo de las políticas públicas y en la mediaciones con la sociedad civil (YAFFE,

2000, p. 11).

Ainda que tenha desenvolvido uma ampliação da participação política que permitia uma relativa inserção do setor político minoritário, é fundamental ressaltar a hegemonia do Partido Colorado nessa conformação. A partir dos primeiros anos do século XX, a predominância colorada deve-se ao apoio popular adquirido pelo batllismo assim como por medidas que buscavam limitar a incidência da oposição. Entretanto, a própria modernização do Uruguai, social e politicamente, introduziu novos atores políticos no país. Assim, as transformações ocorridas durante a passagem do século XIX para o XX foram, também, marcadas pelo surgimento de novos partidos e organizações sociais que representavam os setores que emergiram da sociedade uruguaia. Entretanto, durante toda a primeira metade do século XX, até o surgimento da Frente Ampla, para sermos precisos, a cena política nacional esteve sob o predomínio dos partidos Nacional e Colorado.

As primeiras organizações ligadas aos setores populares do Uruguai originaram-se neste contexto, ainda durante a segunda metade do século XIX, a partir da consolidação da modernização do país. Entende-se, majoritariamente, que o marco para o surgimento do movimento operário uruguaio foi a fundação, em 1870, da *Sociedad Tipográfica Montevideana*. A primeira paralisação que mobilizou uma categoria inteira de trabalhadores ocorreu em 1884, já sob influência anarquista, e foi entendida como ato inaugural da utilização da greve como método de luta no país. Durante esse período já existiam correntes vinculadas ao pensamento socialista ou a setores da igreja católica, sem a mesma força dos anarquistas, no entanto. O período de maior destaque do anarquismo, pode-se dizer que coincidiu com o primeiro governo de Batlle y Ordoñez. Destaca-se nesse contexto a criação, em 1905, da *Federación Obrera Regional Uruguaya* (FORU). No período seguinte os socialistas vivem um crescimento importante junto ao movimento operário, reduzindo a influência dos anarquistas, o que levou, em 1910 à fundação do Partido Socialista (PS). Sua principal liderança era Emilio Frugoni, parlamentar e dirigente político importante para a esquerda uruguaia. Porém, com a deflagração da Revolução Russa, inaugurou-se um período de polêmicas internas no PS. Diante da criação da Internacional Comunista, em 1919, a organização dividiu-se quanto às 21 condições apresentadas por Lenin para adesão à plataforma internacional dos comunistas. Pode-se dizer que a maioria do partido estava de acordo com a incorporação à Internacional Comunista (IC). Porém, um grupo menor de

dirigentes rechaçou as mudanças que a integração ao organismo internacional exigia. Assim, Frugoni e um grupo mantiveram-se fiéis ao Partido Socialista, enquanto a maioria dos seus membros aderiu aos critérios para incorporar-se à IC e fundaram, em 1921, o Partido Comunista do Uruguai (PCU). Em torno desse mesmo debate provocou-se a cisão da FORU, fato que, em 1929, levou à criação da *Confederación General del Trabajo del Uruguay* (CGTU). Neste mesmo ano fundou-se a *Federación de Estudiantes Universitarios del Uruguay* (FEUU).

Os impactos da crise de 1929 e o sistema democrático do país, que ainda não havia amadurecido, abriram caminho para um dos golpes de Estado que ocorreram na história Uruguiaia. A década de 30 ficou marcada pelo que se denominou ditadura terrista – por conta do nome de seu promotor, o presidente de turno Gabriel Terra – e pela intensificação das lutas populares. Foi neste contexto que se estendeu o direito ao voto para as mulheres, e que o movimento operário viveu um momento de consolidação. A guerra civil espanhola foi outro fator que produziu impacto no contexto político uruguaio desse período. O Uruguai foi destino para muitos exilados espanhóis, provocando intenso debate na sociedade e produzindo movimentos de solidariedade, nos quais Arismendi teve papel de destaque. Pode-se dizer que o dirigente desenvolveu uma ascensão relativamente rápida dentro do Partido Comunista do Uruguai. Em 1946 iniciou sua atuação como parlamentar em nível nacional. Nesse contexto, o âmbito institucional seguiu hegemonizado pelo Partido Colorado.

Durante este período se suceden cuatro gobiernos consecutivos del Partido Colorado (1942-46, 1946-50, 1950-54, 1954-58) que marcan la etapa de auge de la “democracia uruguaya”. También en esa etapa se reforma nuevamente la Constitución, consagrándose, como principal novedad, el colegiado integral en el Poder Ejecutivo. A mediados de la década del cincuenta, el Uruguay ingresa en una crisis económica que se extendería durante buena parte de la década del sesenta. Estancamiento económico, niveles inflacionarios sin parangón y una drástica caída de los salarios serían algunos de los resultados más dramáticos de este período. A nivel social se suceden las movilizaciones sindicales y estudiantiles, crece la polarización y nace la guerrilla urbana de inspiración “foquista” (Movimiento Liberación Nacional - Tupamaros). En lo político, la ciudadanía impone cambios en los elencos de gobierno en cada elección. En 1958 se produce la primera alternancia gubernativa en casi cien años, cuando el Partido Nacional obtiene el triunfo (BUQUET; CHASQUETTI, 2004, p. 237).

Esse foi o cenário caracterizado por Arismendi pela existência de uma crise

estrutural das sociedades latinoamericanas, e a uruguaia em especial. Foi também aquele em que o autor desenvolveu sua atividade política e intelectual de maior pujança, que o transformou em referência no âmbito do PCU, assim como da sociedade uruguaia.

Como se afirmou anteriormente, Rodney Arismendi é, até os dias atuais, o recordista de mandatos parlamentares em nível nacional. A partir dos embates que distinguiram essas conjunturas políticas é que Arismendi foi se conformando como um ator de destaque e um dos personagens centrais da construção de uma alternativa política que pôs fim ao bipartidarismo no Uruguai. Para o Arismendi, a ascensão das lutas sociais diante da crise revelavam o choque entre a diversificação dos atores sociais e políticos com a estrutura partidária e institucional predominante no país. Na visão de Arismendi, as forças políticas que expressavam o pacto de poder instituído desde a independência, partidos Nacional e Colorado, já não reuniam condições de apresentar respostas aos problemas da sociedade. Não sem mudar o esquema de poder estruturado. Diante disso, as décadas de 50 e 60 do século XX foram vistas sob a percepção do esgotamento do sistema partidário vigente. Fortaleceram-se grupos vinculados ao movimento sindical e popular, à organização de trabalhadores assalariados e setores médios da sociedade. Ao mesmo tempo, este contexto permitiu o crescimento das organizações políticas ligadas às esquerdas do país. Deste processo podemos destacar os debates que transformaram o PCU na principal força da esquerda uruguaia, a unificação do movimento sindical, o surgimento de movimentos ligados à luta armada e a construção da Frente Ampla.

A reconfiguração social, assim como os novos anseios da maioria da população do país, entraram em choque com a estrutura institucional e as representações gremiais, sociais e partidárias, que o dirigente caracterizou como “caducas estructuras del partidismo tradicional” (ARISMENDI, 1999, p. 24), expressadas fundamentalmente nos partidos Nacional e Colorado. Neste contexto, Arismendi afirmou que “la cuestión consiste en saber como nuestro Partido une a la clase obrera y las masas populares, encabeza su lucha reivindicativa y facilita su pasaje a las posiciones revolucionarias” (ARISMENDI, 1955, p. 39). Portanto, desde 1955 a questão da unidade dos operários e das “massas populares” além da necessidade de forjar, através de lutas reivindicativas, uma nova consciência por parte dos trabalhadores, de caráter transformadora, estavam presentes nos debates do Partido Comunista do Uruguai. Diante disso, para o Secretário-Geral do PCU, uma agenda de lutas comuns seria o caminho para unir a grande maioria do povo e aproximá-los de

visões revolucionárias. No XVII Congresso do Partido, realizado em 1958, Arismendi desenvolve essa perspectiva destacando o papel da classe trabalhadora unida como força capaz de conduzir esse processo: “La unidad de todas estas clases y capas sociales en un gran bloque dirigido por la clase obrera en alianza con los campesinos es, como se sabe, el Frente Democrático de Liberación Nacional” (ARISMENDI, 1999, p. 40). Nesse sentido, a unidade e organização da classe trabalhadora, compreendida por Arismendi como a força social da revolução, ocupava grande parte de sua elaboração. E teve seu ponto alto na construção da Convenção Nacional dos Trabalhadores (CNT), como ferramenta unitária e classista dos trabalhadores uruguaios, característica que permanece até hoje.

Nesse contexto, também, impulsionou-se a atuação conjunta das forças de esquerda no movimento social. No âmbito do movimento estudantil, produziu-se “en 1960 en una alianza ‘unitaria’ con los jóvenes socialistas” (LEIBNER, 2009, p. 75) para a disputa da direção da *Federación de Estudiantes Universitarios del Uruguay*. A mudança na correlação de forças, que é produzida durante o período, é marcada pela ascensão das lutas sociais e populares no país. Para Arismendi, neste contexto, criam-se condições para uma dimensão mais ampla e complexa dessa unidade. Desse modo, defende a passagem de um estágio de lutas meramente reivindicativas para união de classes e segmentos diversos da sociedade uruguaia, em torno de um projeto de país de caráter democrático e avançado, conduzido pela classe trabalhadora em aliança com os camponeses. Na visão do dirigente, este programa possui caráter unificador e é a expressão dos anseios da maioria da população em uma perspectiva de chegar ao governo, apontando a necessidade da ação eleitoral unificada, abrindo caminho para criar condições de construção de uma nova forma de poder. A chave para a conformação desse novo marco de unidade das massas uruguaias, para o comunista, está na união entre o PCU e o Partido Socialista. Na primeira carta enviada ao PS em 1956, Arismendi afirma que “la experiencia histórica enseña que el poder de la clase obrera es mayor cuanto más poderosa y fuerte es la unidad del proletariado, la unidad sindical y la acción común de los Partidos Comunista y Socialista” (ARISMENDI, 1999, p. 22). E, que “la actuación concertada de comunistas y socialistas aglutinará a todos los sectores patrióticos con la vista puesta en las transformaciones democráticas, antimperialistas y antifeudales, que las relaciones económico-sociales del país reclaman.” (ARISMENDI, 1999, p. 27).

Os anos 60, portanto, foram marcados pelos intensos debates entre os distintos

espectros da política uruguaia acerca da constituição de experiências unitárias. Por iniciativa do Partido Socialista originou-se a *Unión Popular* (UP), numa tentativa de isolar os comunistas. Diante disso, o PCU passou a defender a consigna de uma unidade sem exclusões. Dessa forma, aquelas organizações que orbitavam em torno ao partido criaram a *Frente de Izquierda de Liberación nacional* (FIDEL). O confronto entre essas duas experiências unitárias deu-se durante as eleições de 1962. Entretanto, pode-se dizer que o cabo de guerra entre essas duas agremiações políticas em torno dos critérios e a configurações para o estabelecimento da unidade ocupou praticamente a década inteira. Segundo André Ferreira, “o desempenho eleitoral das duas coalizões não foi o esperado, gerando uma grande decepção. Novamente, os partidos majoritários triunfaram com cerca de 90% do eleitorado” (FERREIRA, 2011, p. 110). Entre os partidos que comporiam futuramente a Frente Ampla, o PS representou a terceira força deste campo, sendo superado pelos democrata-cristãos e o PCU, que duplicou a votação em relação ao pleito anterior. André Ferreira, em sua tese de doutorado defendida em 2011 junto à UNESP, sobre o processo que originou a Frente Ampla, ao fazer um balanço das eleições de 1962, disse:

Se tivéssemos que eleger uma palavra para definir todo o esforço do PCU naquele ano, sem dúvida seria o termo unidade. O partido começou e terminou seu trabalho político em 1962 insistindo na união total das esquerdas. O cálculo eleitoral desde o início defendido por seus dirigentes era que a coligação comunismo socialismo não renderia a seus consortes apenas a soma dos sufrágios tradicionalmente obtidos por cada um deles, mas funcionaria como um pólo de atração para os eleitores de perfil mais progressista, principalmente aqueles que, desiludidos com as ofertas dos partidos majoritários, confiariam seus votos à esquerda (FERREIRA, 2011, p. 112).

Esse sem dúvida foi o principal debate que influenciou a esquerda uruguaia da época, juntamente com as caracterizações das classes sociais e as vias armada ou pacífica para chegar ao socialismo. Um dos momentos mais importantes dessa caminhada consistiu na unificação do movimento sindical ocorrida entre 1964 e 1966. Este evento teve grande ascendência, uma vez que, permitiu superar uma ampla divisão que marcou toda a década de 1950. Ferreira (2011, p. 129-130) sintetiza bem esse contexto,

Nessa conjuntura, o sindicalismo se converteu em instrumento de acirradas disputas, como revelam os alinhamentos políticos das

organizações sindicais existentes. Dez anos após a criação da UGT, central filiada à FSM – Federación Sindical Mundial, de orientação comunista, surgiu em 1951 a CSU – Confederación Sindical del Uruguay, que, além de fazer parte da Confederación Internacional de Organizaciones Sindicales Libres – CIOSL, tinha alguns de seus dirigentes vinculados ao Instituto Uruguayo de Educación Sindical – IUES, instituição mantida com recursos da Embaixada dos Estados Unidos (PORRINI BERACOCHEA, 2002, p. 4; RODRÍGUEZ et. al., 2006, p. 71).

Pode-se dizer, assim, que foi um período onde a organização sindical esteve estruturada a partir das correntes políticas e ideológicas que atuavam neste cenário. Com o ascenso das lutas sociais no país, aliado à mudança de conjuntura em toda a região, provocados pela repercussão do XX Congresso do PCUS e a Guerra Fria, assim como pelas revoluções chinesa e cubana, reacenderam novos debates no âmbito sindical. Esses fenômenos marcariam o caminho rumo a sua unificação. Em 1961 criou-se a *Central de Trabajadores del Uruguay* (CTU) como resultado da dissolução da UGT em 1959, fruto da aproximação de setores distintos do movimentos sindical. O debate político e o cenário de crise dos anos 60, que se chocava com a representação social e política existente, conforme Arismendi apontou, intensificou as lutas dos trabalhadores. Em fins de setembro de 1964 fundou-se a Convenção Nacional dos Trabalhadores, após um conjunto de protestos e mobilizações de várias categorias. Em consequência disso, surgiram novas organizações sindicais representando os atores que ingressaram tumultuosamente na cena nacional, de acordo com Arismendi. Esse período também foi marcado pela ampliação da força do PCU entre os trabalhadores e o movimento sindical do país. Tendo em vista o clima favorável ao debate acerca da unidade, deu-se um processo com vistas a superar as disputas que levaram à divisão das centrais. Assim, a primeira iniciativa desse movimento sindical reunificado consistiu na convocação do Congreso del Pueblo. Realizado em agosto de 1965, após uma paralisação nacional, transcendeu as organizações sindicais e envolveu estudantes, artistas, cooperativas, pequenos produtores, etc. O objetivo do encontro era fundamentalmente construir uma plataforma de medidas que expressasse a vontade da maioria da população para os rumos do país. Assim, aprovou-se o Programa de Soluções para a Crise que representaria a base do programa da Frente Ampla. Em sintonia com a estratégia adotada, defendida por Arismendi, Ferreira (2011, p. 133) analisa que “Além de tornar pública a preparação do congresso, o Partido Comunista, apenas para citar, avaliava como de

transcendência nacional os temas tratados nas sessões”. O caráter unificador do programa aprovado pelo *Congreso del Pueblo* contribuiu para o processo de unidade não apenas em âmbito social. Tornou-se plataforma tanto para o PCU como para o PS, assim como para a maioria das organizações de esquerda. Em 1966 realizou-se o Congresso de Unificação Sindical, onde se dissolveu a CTU e foi aprovada a CNT, com sua declaração de princípios, estatutos e o programa para a saída da crise.

Outro elemento que merece destaque nesse processo diz respeito ao surgimento do Movimento de Libertação Nacional-Tupamaros (MLN-T) em 1965. Formado predominantemente por um grupo dissidente do Partido Socialista, ficou identificada como uma organização guevarista que defendia o foco guerrilheiro como meio para chegar ao socialismo. Quanto ao seu caráter e forma há, todavia, muitas polêmicas e não consistem nos objetivos desta pesquisa abordá-las, considerando não ser esse o objetivo deste trabalho, o que torna possível recair em generalizações que podem ser mal interpretadas. Considerando isso, em primeiro lugar, pretende-se de afirmar que o tema merece ser alvo das pesquisas acadêmicas. Em segundo, aclarar que no presente estudo abordou-se o MLN apenas nos aspectos que se relacionam com o pensamento de Rodney Arismendi. Dito isso, cabe o entendimento que o MLN representou uma frente armada composta por distintos setores vinculados às estruturas armadas e clandestinas mantidas por alguns dos partidos de esquerda. Estas estruturas foram comuns no período, principalmente após o golpe de Estado que destituiu João Goulart, no Brasil. Ainda que de inspiração guevarista, tendo em vista as condições do Uruguai, praticavam fundamentalmente ações de guerrilha urbana. Pode-se afirmar que significou um dos movimentos guerrilheiros mais proeminentes do período em toda a América Latina. O surgimento do MLN aprofundou o processo de fragilização vivido pelos socialistas desde o fracasso da UP.

Esses episódios jogaram papel central para o avanço do debates sobre a unidade. Em 1965 o PCU e o PS seguiam discutindo a perspectiva da ação política e eleitoral conjunta. Contudo,

os partidos Comunista e Socialista se encontravam em momentos muito diferentes de suas trajetórias políticas quando das eleições de 1966. O PCU, integrando a FIdEL, conheceu um aumento de sua força parlamentar e eleitoral que superou seus melhores desempenhos até então. Como enfatizei em outra parte, no correr de 66 o tema da unidade das esquerdas ficou subordinado ao objetivo principal do comunismo, a Reforma popular da Constituição (FERREIRA, 2011, p. 182).

Tendo em vista a má experiência com a UP, os socialistas admitem dialogar com os comunistas sobre o seu ingresso na FIDEL, ainda que com um conjunto de condicionantes. Diante disso, formou-se a *Mesa para la Unidad del Pueblo*, configurando um debate com diversas organizações sobre a construção da unidade dos partidos de esquerda sob domínio do PCU e do PS. Para as eleições de 1966 novamente não se chegou a um acordo entre os partidos, porém a *Mesa para la Unidad del Pueblo* manteve-se ativa. Entretanto, as ameaças à democracia e medidas autoritárias tomadas por parte do Poder Executivo, a partir da nova Constituição de 1967, deram um novo impulso à construção da unidade das esquerdas. Neste contexto um novo ator incorpora-se à discussão da unidade,

A irrupção de atores extrapartidários no campo político e uma sucessão de medidas discricionárias do Executivo criaram um clima de instabilidade e profundo questionamento dos limites institucionais. Nesse ínterim, a tentativa de preservar um espaço de atuação que até aquele momento fora visto como natural e garantido, levou a Democracia-Cristã a propor um ajuste de todos os oposicionistas do governo em defesa da legalidade (FERREIRA, 2011, p. 183).

A incorporação dos democrata-cristãos, que desde 1962 questionavam o sistema bipartidário, a esse debate assentou marcos mais amplos para a unidade. Além disso, devido ao peso eleitoral e social que possuíam, abalaram a polarização entre o PCU e o PS. Passaram, portanto, a ser um elemento chave, fator de equilíbrio nos rumos desse processo. Por outro lado, esse novo núcleo da construção da Frente Ampla jogou papel, também, na aproximação de grupos oriundos dos partidos tradicionais

Quando no princípio de 1971 se fundou a Frente Ampla, havia quinze anos que, à sua maneira, o Partido Comunista se empenhava na constituição da unidade das esquerdas. Há menos tempo, mas com igual denodo, a Democracia-Cristã lutava em prol de um entendimento entre os oposicionistas do pachequismo, no que era incitada pela grave crise que assolava o país. Também os socialistas, a despeito da experiência negativa com a Unión Popular, sustentavam um discurso unitário e convergiram para a FA junto a outros setores e organizações (FERREIRA, 2011, p. 254-255).

O desfecho desse processo, iniciado na metade dos anos 1950, afunilou-se com a criação da CNT e o *Congreso del Pueblo*, já na metade da década de 1960. Ganhou maior concretude com a adesão dos democratas-cristãos ao propósito da unidade, já findando os 60, materializando-se no primeiro ano do decênio seguinte.

3.3 PCU, Arismendiano

Pode-se entender que entre os anos de 1956 e 1971 o Partido Comunista do Uruguai (PCU) viveu seu período de maior protagonismo na política do país. A partir de seu XVI congresso, o PCU iniciou um processo de renovação política pelo qual deixou de ser um partido pequeno e sectário para converter-se em uma força política influente no país. Ao longo deste processo, tornou-se a principal corrente do movimento sindical e articuladora da construção de uma experiência unitária inovadora como a Frente Ampla.

Sob a direção de Rodney Arismendi o PCU viveu um processo de intensa expansão, tendo como perspectiva a transformação desta organização em um grande instrumento de lutas de massas. Ao longo de algumas elaborações de Arismendi podemos identificar sua preocupação com o papel do partido quando aborda “la capacidad del Partido Comunista para decidir grandes acciones de masas y su tamaño aún insuficiente” (ARISMENDI, 1999, p. 16). Quatro anos mais tarde, no XIX Congresso do PCU, realizado em 1966, já é possível identificar alguns elementos dessas mudanças pelas quais passava o Partido Comunista, quando Arismendi aponta para o processo de crescimento do Partido que transformou este na principal força do movimento sindical e popular do Uruguai. O auge desse processo é identificado no congresso seguinte, em 1970, para o qual o PCU chegara duas vezes maior em relação ao seu tamanho no evento anterior, realizado quatro anos antes. Arismendi caracteriza assim esse processo:

El curso de estos 15 años que han ido modificado, en lo fundamental, la correlación de las fuerzas políticas en el país, es también el recorrido de la transformación de nuestro Partido en una fuerza política real y en el principal conductor y orientador de la clase obrera unificada” (ARISMENDI, 1970, p. 33).

Na condição de principal dirigente e referência intelectual dos comunistas do Uruguai, Arismendi apoiou-se nos clássicos da literatura marxista, confrontando estes com outras correntes teóricas, procurando dialogar com a tradição política uruguaia. Os desafios políticos colocados para essa nova fase do partido conduziram Arismendi à busca pela originalidade do pensamento de Marx e Lenin que contribuíssem para esse novo contexto. Pode-se destacar sua compreensão de que os homens são os construtores da própria história, o papel das grandes massas nas transformações e do partido comunista como acelerador do processo histórico. Esses elementos permitem identificar a originalidade do

pensamento de Arismendi acerca da concepção desenvolvida quanto ao partido comunista.

Conforme percorrido no começo do presente capítulo, durante o período estudado, grande parte dos PC's gravitavam em torno da órbita soviética. Assim, as polêmicas impulsionadas no interior do movimento comunista e revolucionário em nível global estavam influenciadas pelas elaborações provenientes de Moscou. Com o XX Congresso do PCUS, o advento da Revolução Chinesa (1949) e Cubana (1959), novas discussões produziram-se no interior desse campo político. Contudo, nem sempre refletiram na superação da absorção esquemática e dogmática que provinha dos anos anteriores. Nesse contexto, de acordo com a linha adotada em cada conjuntura, pressupunham-se não apenas leituras diferentes da realidade, mas estruturas partidárias distintas. O PCU não esteve imune a esse cenário.

Arismendi assumiu a condução do PCU durante o XVI Congresso do partido em 1956 em um movimento de renovação política da organização. O contexto no qual se torna o principal dirigente da agremiação é permeado de controvérsias que necessitam de uma análise pormenorizada e devem ser alvo de novas pesquisas acadêmicas. Pode-se dizer, fundamentalmente, que, assim como a maioria dos partidos comunistas da região, o PCU estava marcado pela adesão mecânica à perspectiva soviética. Além disso, pesavam sobre o principal dirigente do período, Eugenio Gomez, acusações políticas e morais de toda ordem. Dessa maneira, o episódio que marcou o fim do que se considerou a “Era Gomez” produziu traumas importantes para a organização. Entretanto, para o historiador Gerardo Leibner, não tão profundos quanto aqueles que se produziram nos PC's da região. O historiador aponta a relevância do episódio que transformou Arismendi no principal dirigente do PCU dentro do contexto da região.

Los virajes posteriores en la línea general del Comintern originados en los vaivenes de la política exterior soviética obligaban a los P. Comunistas latinoamericanos a readaptar su línea estratégica, al menos declarativamente. No siempre eso significaba la implementación real de la nueva línea, pero era suficiente para implicar constantes purgas y deserciones de intelectuales (quienes por su veneración a la palabra escrita se tomaban más en serio los virajes declarativos). La línea estratégica de los comunistas latinoamericanos se determinaba por fuera de las consideraciones específicas de cada país. A mediados de 1955, cuando se efectuó el viraje del PCU, a sólo dos años de la muerte de Stalin, la pretensión de analizar la realidad nacional como punto de partida para la elaboración de una línea autónoma por parte de cada P.C. recién se estaba reanudando, aún sin anunciarse como tal. Recién meses después tras el informe de Krushev al XX Congreso del PCUS, se convirtió en un

componente de la retórica de los PCs y en algunos casos también de sus esfuerzos reales (LEIBNER, 2009, p. 69).

É importante considerar que os debates expostos durante do evento não surgiram no ano de 1956, na verdade já acompanhavam o desenrolar dos acontecimentos posteriores à morte de Stalin. Contudo, é fundamental destacar que a viragem ocorrida no PCU foi anterior ao XX Congresso do PCUS, podendo-se considerar que os comunistas uruguaios antecipam-se ao movimento que marcou os demais. De tal maneira, a guinada promovida pelos comunistas uruguaios não pode ser vista como consequência direta das mudanças promovidas pela URSS. A partir dessa visão, é possível compreender o conjunto de citações a Stalin no informe de Arismendi ao XVI Congresso do Partido Comunista do Uruguai. Além disso, ainda que inserido no contexto regional e global, as mudanças impulsionadas relacionavam-se mais com fatores internos que externos. O novo momento vivido pelo PCU colocava a necessidade de promover uma visão oxigenada acerca do papel e da estruturação do partido. Assim, Arismendi buscou dialogar com as experiências levadas adiante no nível regional e mundial, buscando identificar os aspectos que poderiam contribuir para que o partido superasse o dogmatismo da Era Gomez. Ainda que tenha promovido diálogo com diversas interpretações, a chave explicativa dos comunistas dos anos 1950 e 1960 ainda estava em Lenin. Diante disso, Rodney Arismendi buscou produzir uma nova leitura do pensamento desenvolvido pelo líder bolchevique quanto ao papel da organização revolucionária dos comunistas, procurando atender aos desafios de sua época.

A sua visão que entende que os homens são os construtores da própria história, amparada em Marx e Engels, constituiu-se suporte para o desenvolvimento de uma perspectiva renovada do partido comunista.

Para Marx, la acción transformadora del hombre es un rasgo distintivo de su concepción del mundo. Así lo destaca en momentos nodulares de su elaboración doctrinaria, cuando debe ajustar cuentas con Feuerbach y con Hegel, con el materialismo “contemplativo” y el idealismo dialéctico, cuando ya ha arribado a la fusión superadora de las vertientes materialistas y dialéctica. Producto de la naturaleza y la sociedad, e históricamente condicionado, el hombre las modifica a su vez, y al hacerlo se transforma a sí mismo. Sin esta apreciación básica difícilmente se puede comprender el enfoque marxista; desde su teoría del conocimiento hasta la teoría leninista del partido del proletariado, en nuestra época (ARISMENDI, 2016, p. 34).

A interpretação expressada na obra *Lenin, la Revolución y América Latina*, de 1970,

evidencia a forma como Arismendi se vale dos conceitos de Marx para resgatar a historicidade dos atores sociais e políticos. Sendo estes historicamente determinados, não podem ser explicados a partir de fórmulas ou esquemas pré-fabricados, mas sim a partir da sua própria experiência. Esta visão, por sua vez, transcende sua conotação subjetivista, mas compreende que se desenvolve no curso dos embates concretos originados ao longo da história. Por outro lado, ao identificar que, ao modificar a sociedade os seres humanos transformam a própria essência, pressupõe a relação dos fatores subjetivos e a materialidade dos fenômenos sociais.

A interpretação que Arismendi desenvolve, compreendendo que os homens constróem a própria história, incide na sua noção de partido. Na medida em que entende que as transformações históricas são obra dos próprios seres humanos e ao promovê-las é capaz de modificar a sua essência, pode-se dizer que o imaginário social também é construído historicamente. Reflete, portanto, os embates existentes no corpo social. Resgata, assim, a visão de que as ideias constituem força material e não podem ser vistas como apartadas do contexto social. São fruto do contexto, da mesma forma que interferem nos seus desdobramentos. Desse raciocínio pode-se extrair o entendimento de Rodney Arismendi (2016, p. 48) quando afirmou que o papel do partido é ser um acelerador do processo histórico, “capaz de promover la experiencia de las masas”.

Se é admissível apreender que a concepção de mundo do ser humano é historicamente determinada, o partido também deve ser visto dessa maneira. Assim, as ideias historicamente construídas pelos homens condicionam as formas assumidas pelos conflitos sociais. Portanto, as organizações devem adaptar-se aos distintos cenários construídos, não podem ser vistas através de fórmulas pré-determinadas. Assim, para Arismendi, o partido possui caráter histórico, devendo assumir a estrutura organizativa adequada para as dinâmicas sociais originadas ao longo da história. Pode-se compreender então, que para o autor não há um modelo de partido a ser seguido. Por isso o dirigente uruguaio destaca o caráter criador do pensamento desenvolvido por Lenin. Rodney Arismendi enxergou que Vladimir Ilich desenvolveu um conceito de partido que relacionava a compreensão do método materialista dialético com o trajeto percorrido pela sociedade russa. O dirigente uruguaio afirmou que o líder bolchevique

Elabora la teoría de la revolución rusa, por la unión creadora de las tesis de Marx y Engels con la práctica de la Rusia conmovida por una constante conmoción revolucionaria. ‘Nuestra doctrina no es un dogma, sino un guía

para la acción’ —escribe (ARISMENDI, 2016, p. 30).

Desse raciocínio extrai-se a noção de que as estruturas organizativas do partido devem corresponder às condições apresentadas pelo próprio contexto no qual atua. Daí pode-se encontrar a ideia de que o partido precisa ser uma força preparada para todas as formas de luta, capaz de adaptar-se aos distintos cenários possíveis. Mais que isso, sendo os partidos políticos atores sociais e políticos concretos, as condições que se apresentariam para levar adiante a luta pelo socialismo resultariam da própria intervenção do partido. Ao passo que interferem na realidade objetivamente mudando o curso dos acontecimentos deve modificar-se também a sua estrutura. Por isso, combate as perspectivas fatalistas ou que universalizam caminhos, vias ou métodos de luta. Para desenvolver sua concepção acerca do papel do PCU, Arismendi buscou absorver a originalidade do pensamento de Marx e Lenin, relacionando seus aspectos universais e históricos. Reivindicando uma leitura materialista e dialética da formação da sociedade uruguaia, perseguiu a identificação das dinâmicas que definiram sua construção enquanto nação. Ao mesmo tempo, buscou identificar as particularidades da sua cultura política dentro do contexto latinoamericano. Esse processo permite identificar a formação de uma cultura política, princípios e valores que permitem que o autor tenha apontado que o Uruguai possui características que o distinguem dos demais. Assim, o método de atuação e a estrutura organizativa desenvolvida por Lênin, na Rússia, ou por Fidel, em Cuba, são originais porque desenvolveram-se à luz das suas próprias tradições. São esses fatores que definem as formas de luta e a estrutura adquirida pelo partido.

Porém, não se pode perder de vista a perspectiva de Arismendi que entende que o partido é sobretudo a expressão política dos interesses de um grupo social. Seu papel, portanto, é fundamentalmente contribuir para a construção dos elementos subjetivos da revolução. A partir desse entendimento, Arismendi critica as visões que reduzem o papel da política diante da luta corporativa ou a coloca secundarizada frente aos métodos de luta escolhidos. Tal perspectiva permite que Arismendi critique igualmente as visões que negam a adoção de modelos oriundos do leste europeu, mas universalizaram o método cubano ou na via chilena para mencionar outro processo importante do contexto. Ao refletir acerca do pensamento desenvolvido por Che Guevara, Arismendi (1977, p. 96) afirmou “(...) estamos convencidos de que nenhum método, nenhuma concepção, nenhum exemplo de imaginação

ou de iniciativa, pode substituir em si mesmo o processo natural de convicção e desenvolvimento do movimento revolucionário de massas”. Ao mesmo tempo, reprova aquelas organizações que desenvolveram visões unilaterais desses processos, absolutizando os métodos de luta. Quer dizer, do fato de que na revolução cubana tenha predominado a luta guerrilheira, tais organizações tratam de resumir o processo a seu aspecto militar.

Nesse mesmo sentido, Arismendi rechaça as visões que traduzem a noção leninista de partido a uma organização composta por quadros profissionais iluminados metidos a detentores da sabedoria revolucionária sem vinculação com as massas. Para Rodney Arismendi, compreendendo o caráter político do papel do partido comunista e a luta pela conquista da hegemonia, independentemente do método de luta, nenhum processo de transformação pode prescindir das massas. Assim, destaca a visão de Lenin sobre o vínculo entre o partido revolucionário e as massas,

el Partido no sólo recoge la experiencia de las masas; la promueve activamente. Aprende y enseña a las masas. El Partido encabeza el proceso de formación de los factores subjetivos de la revolución, pero no lo puede hacer según sus deseos y sin las masas (ARISMENDI, 2016, p. 48).

A conquista das massas nesse sentido pode ser compreendida de duas formas. Por um lado, relaciona-se com o movimento de massas e a atuação junto às organizações sociais. Por outro, às ideias que incidem sobre visão de mundo dos trabalhadores que permitem impulsionar projetos que produzam a identidade entre os membros dessa classe.

3.4 Avançar em democracia ao socialismo

A partir dos debates percorridos até aqui, buscou-se destacar o caminho percorrido pelo autor investigado para o desenvolvimento de seu pensamento. Assim, para Arismendi, os anos 1950 e 1960 são marcados pela ampliação de caminhos ao socialismo, sobretudo após o triunfo da Revolução Cubana (1959) e a eleição de Allende no Chile (1970). Esses dois fatos mudaram o cenário latinoamericano da segunda metade do século XX.

Inspirados no modelo cubano, durante os anos 1960 do século passado surgiram um conjunto de movimentos guerrilheiros em toda a América Latina. Conforme mencionou-se anteriormente, um dos mais importantes foi o Movimento de Libertação Nacional (MLN), mais conhecido como Tupamaros, no Uruguai. Em linhas gerais, comumente se lhes atribui

inspiração guevarista, pois eram adeptos do foco guerrilheiro. Tiveram um papel de destaque na sociedade uruguaia nas décadas do período. O professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) Enrique Padrós, e Ananda Fernandes, definem assim a perspectiva dos Tupamaros:

Partidários das teses foquistas, os tupamaros viam-se irradiando, como onda contagiante, a consciência revolucionária ao conjunto da sociedade. Entendiam a luta armada como resultado do “esgotamento” e da “ineficiência” das formas tradicionais da política legal. O impacto da Revolução Cubana, a influência de Che Guevara e o insucesso eleitoral da esquerda uruguaia, em 1962, pareciam reforçar essa opção. A Conferência da Olas, em 1967, inseria essa opção dentro de um marco de insurreição continental (PADRÓS; FERNANDES, 2009).

Ainda que identificasse nesses movimentos causas legítimas e princípios valorosos, para Arismendi estavam marcados por um forte caráter voluntarista. Segundo ele, faziam uma leitura limitada da realidade na medida em que tais organizações apontavam apenas a guerrilha e negligenciavam o movimento de massas, assim como a direção política do processo revolucionário. Diante disso, afirmou:

Nosso Partido situou-se perante o fenómeno guerrilheiro em atitude compreensiva da extracção de classe, do seu carácter de réplica à violência imperialista e tirânica. E assumiu as obrigações que a solidariedade impõe inclusivamente para com revolucionários equivocados. Mas assinalávamos sempre os erros de concepção insurreccional até de oportunidade política - de conjuntura - de muitos desses movimentos. Em última instância, o seu pensamento revolucionário era vitalmente voluntarista (ARISMENDI, 1977, p. 64).

Tais interpretações consistem, no entendimento do dirigente, em visões limitadas do processo cubano ou da tática do foquismo, ao reduzi-lo à estratégia militar do movimento 26 de Julho. Para Che Guevara, importante expoente dessa perspectiva, devido às condições históricas e conjunturais constituídas na América Latina, não existem muitas possibilidades para que o trânsito ao socialismo ocorresse de modo pacífico na região. No entanto, sua estratégia não pode ser resumida ao seu aspecto militar. O mesmo, apontava para a impossibilidade subestimar as distintas esferas e dimensões da luta política exercida pelo povo por meio de “*todas las vias posibles*” (GUEVARA, 1970, p. 371). Sobre esse tema afirmou:

Sería un error imperdonable desestimar el proyecto que puede obtener el programa revolucionario de un proceso electoral dado; del mismo modo que sería imperdonable limitarse tan sólo a lo electoral y no ver los otros

medios de lucha, incluso la lucha armada (GUEVARA, 1961, p. 258).

Assim, ainda que defendesse o foco guerrilheiro como principal alternativa para chegar ao socialismo na América Latina, chamou a atenção para a necessidade de se esgotar “hasta el último minuto la posibilidad de la lucha legal dentro de las condiciones burguesas” (GUEVARA, 1962, p. 372). E, que não há caminho único para chegar ao socialismo.

Arismendi, nesse contexto, compreendia que o foco armado, a partir de Cuba, fora introduzido na antessala dos instrumentos para a passagem ao socialismo. Sua crítica, porém, dirige-se ao papel atribuído à questão militar por boa parte das organizações que adotaram esse método de luta, Tupamaros incluídos, sem dúvida. Segundo o uruguaio, em grande medida estes movimentos transformaram em “doutrina” o que deveria ser entendido como uma ferramenta.

A eleição de Salvador Allende para o governo chileno, em 1970, provocou outro abalo sobre a esquerda latinoamericana. Para Arismendi, a vitória da Unidade Popular¹⁵ no Chile representou o “principal revés da estratégia latino-americana de Washington, depois da Baía dos Porcos” (ARISMENDI, 1977, p. 57). O ineditismo do que se convencionou chamar de via chilena consistiu exatamente na primeira experiência de vitória eleitoral de um bloco social e político aglutinado em torno de um projeto de caráter socialista. O programa da Unidade Popular refletia uma rota de lutas e experiências impulsionadas pelo movimento operário e popular do Chile. Arismendi o interpreta da seguinte forma:

Os princípios inalienáveis do marxismo-leninismo não obrigam a um modelo universal rígido; exigem a concretização dessas leis dentro de um quadro nacional e social objectivamente predeterminado pela História de um país ou de vários e pelas condições de acesso ao Poder da classe operária e do povo. As particularidades do processo chileno, incluída a subida ao Governo por via de eleições, que se destacam na singularidade da sua história política, das suas tradições e instituições democrático-burguesas, não tem antecedentes nos anais do movimento operário internacional. Podem achar-se situações comparáveis, embora não similares (ARISMENDI, 1977, p. 63).

Embora utilizem métodos distintos, o fundador da Frente Ampla enxerga em ambos processos (cubano e chileno) componentes que lhes outorgam um destino comum. Naquele contexto afirmou que a vitória da Unidade Popular evidenciou “a validade da luta política

¹⁵ Aliança entre o Partido Socialista, Partido Demócrata Cristão, Partido Radical e Partido Comunista que elegeu Salvador Allende presidente do Chile em 1970.

combinada com a ação múltipla das massas e o integral aproveitamento das possibilidades legais, como Cuba, no seu caso, mostrou a virtualidade da guerrilha, em condições adequadas, para chegar ao Governo” (ARISMENDI, 1977, p. 70).

Partindo deste ponto de vista, o comunista oriental diz que “a diametral diferença de formas dos processos revolucionários no Chile e de Cuba - que esmaga todo o culto da receita e do dogmatismo – e a aguda singularidade nacional e de vias entre um e outro passam a segundo plano ante o similar conteúdo histórico” (ARISMENDI, 1977, p. 70). Contudo, adverte que “a experiência chilena é de muita transcendência. E devemos estudá-la com toda a seriedade. Embora convenha estar prevenido contra os que se apressam a universalizá-la no que se refere a linhas e a vias (...)” (ARISMENDI, 1977, p. 71). O uruguaio identificava, dessa maneira, o processo cubano e o chileno no cenário da ampliação das vias de acesso ao socialismo, não como modelos, menos ainda como únicos caminhos. O mesmo compreendia que as rotas deveriam ser traçadas por cada povo a partir da sua formação histórica, tradições e experiências de luta. Para desenvolver tal perspectiva Arismendi apoiou-se no pensamento de Marx e Lenin,

Lenin sabe que la vía armada de la revolución (la revolución violenta , como Marx, Engels y él escriben y repiten para no identificar plenamente esta categoría con otra: medios y formas de lucha) no es un principio teórico de carácter general, sino la forma principal en que se llevará a cabo el tránsito revolucionario . Y que esta forma corresponde a las condiciones histórico sociales concretas generales por el capitalismo -en particular la agudeza de la lucha de clases- en una época determinada y en un país o una zona dada del mundo (ARISMENDI, 2016, p. 86).

Diante disso, Arismendi buscou identificar a cultura e as dinâmicas próprias do processo político uruguaio. De acordo com a sua interpretação, conforme discutiu-se ao longo dessa apresentação, o autor identifica que a particularidade do Uruguai consiste no fato de ter desenvolvido uma consciência republicana e liberal ao longo da história. Em torno disso, ainda que atendendo aos interesses das elites, originou-se um sistema partidário sólido institucionalmente. Isso levou a Arismendi a considerar a perspectiva da via pacífica ao socialismo. Entretanto, não absolutizava nem universalizava esse meio de luta. Reivindica o pensamento criador de Lenin a esse respeito.

Lenin aplasta y ridiculiza a la vez, las ilusiones acerca de una vía pacífica nacidas de la creencia en la "integración" pacífica del capitalismo al socialismo y acerca de la no destrucción, por la revolución socialista, de la máquina represiva del estado burgués. Lo hace teórica y tácticamente: la burguesía -con su aparato represivo hipertrofiado- jamás entregará

voluntariamente el poder. No se parará en resultados electorales ni en trabas jurídicas y morales cuando estén en tela de juicio sus sórdidos intereses de clase (ARISMENDI, 2016, p. 128).

Naturalmente Rodney Arismendi defende a via menos dolorosa para alcançar o socialismo. Contudo, ao defender a via pacífica, via de regra refere-se ao uso ou não das armas no processo. Não pressupunha, portanto a ausência de conflitos durante o processo. Diante disso, é importante frisar a distinção entre via pacífica e via democrática existente na compreensão do autor. Arismendi preferia a via pacífica e, diante das características do Uruguai, buscou construí-la. Entretanto, a noção desenvolvida acerca da via democrática permite um entendimento mais amplo e complexo dessa análise. Tal entendimento compreende o impulso a um processo de democratização da sociedade uruguaia. Diz respeito às relações sociais mas também às estruturas políticas e institucionais do país. Para o dirigente uruguaio, esse roteiro pressupõe a luta por reformas radicais que permitam iniciar um processo de transformação social profunda, capaz de instituir uma estrutura de poder de caráter democrático avançado. Seu aspecto avançado pressupõe uma forma institucional transitória, conduzida por um bloco social e político de mesma característica. Quanto ao aspecto político, define o perfil das forças que integram o bloco social das mudanças. Assim, estaria composto pelos setores revolucionários, comunistas, democráticos, patrióticos e populares unificados em torno de um programa antioligárquico, antilatifundiário e anti-imperialista. Assim, a implementação desse programa deveria materializar-se com a chegada da Frente Ampla ao governo e estaria marcado pelos conflitos peculiares da luta de classes. Longe de idealizar a institucionalidade vigente, Arismendi compreendia que esse processo estaria condicionado aos embates sociais e políticos e seu êxito dependeria da correlação de forças construída através desse processo de acumulação de forças. Ao identificar no pensamento de Arismendi a distinção entre caminho, via de aproximação e trânsito ao socialismo, pode-se compreender que o dirigente considera a possibilidade de avançar em democracia apenas na fase de acumulação de forças. Ainda que aponte para a impossibilidade de prever as características desse fenômeno, aponta a probabilidade de conflitos mais duros tendo em vista as peculiaridades das sociedades latinoamericanas.

Considerações finais.

A presente pesquisa procurou apresentar os principais elementos que integram o pensamento de Rodney Arismendi e sustentam a perspectiva da teoria da revolução uruguaia. Sua visão original a partir do contexto estudado permite ampliar o conhecimento acerca do pensamento progressista da América Latina. Ao mesmo tempo, possibilita desvendar debates e posições muitas vezes esquecidas ao longo do tempo. Consequentemente, abre caminho também para formular novas leituras e superar lacunas existentes. Pode-se apontar dessa maneira dois elementos gerais que possibilitam estabelecer considerações a partir da pesquisa desenvolvida. Um deles diz respeito ao entendimento quanto ao papel desempenhado por Arismendi no desenvolvimento do pensamento de esquerda latinoamericano. O outro consiste na apreensão que o intelectual desenvolve das formulações de Marx, Engels e a sua relação com a ação concreta na realidade.

Assim, inicialmente procurou-se chamar a atenção para os debates em torno das caracterizações do capitalismo latinoamericano e a compreensão de Arismendi acerca das dinâmicas que distinguem o continente do restante do planeta. Buscou-se expor o entendimento desenvolvido pelo autor em relação ao que identificou como nacional-reformismo e as perspectivas que acreditavam na possibilidade de superação do subdesenvolvimento típico das sociedades latinoamericanas por meio de impulso industrial. Juntamente a isso, Arismendi não acreditava na possibilidade de alcançar padrões de desenvolvimento plenamente autônomos sem a superação do capitalismo. O desenvolvimento disforme que manteve as estruturas sociais e econômicas do período colonial produziu uma classe dominante dependente e subordinada, sem feitiço nacional. Seus argumentos acerca dos caminhos a serem seguidos pela esquerda uruguaia estão fundamentados em uma interpretação histórico-social da formação do país. Ainda que busque no passado as grandes linhas gerais que definem a sociedade uruguaia, esta leitura responde a interesses do seu presente.

Assim, diante dos desafios colocados frente a necessidade de atualizar a interpretação promovida pelo PCU da realidade uruguaia, Arismendi desenvolveu uma leitura renovada e complexa da composição das classes sociais bem como seu caráter histórico e contraditório. Ao buscar encontrar os elementos característicos dos atores sociais

e políticos do Uruguai identificou frações, camadas e setores distintos no interior de cada classe. Superou, de tal forma as visões estanques e rígidas que viam as classes sociais como blocos endurecidos que ao se entre-chocarem na luta de classes retornam ao seu lugar de origem da mesma forma. A visão construída pelo autor permite compreender que as classes sociais não se definem por conceitos puros e homogêneos. Ao mesmo tempo em que concebe a gama dialeticamente complexa de interesses contraditórios e antagônicos, que inclusive tornam mais complicadas as interpretações. Rompe dessa maneira com as visões esquemáticas do período em questão. O entendimento de que os homens fazem a própria história influencia a visão de Arismendi sobre a construção do que chamou de força social da revolução. Buscando ser mais preciso, pode-se dizer que sua noção acerca do perfil e papel jogado pelo partido comunista advém da visão leninista sobre o “partido de novo tipo”. Sobretudo, o líder uruguaio defendeu um caráter criativo do desenvolvimento que Lenin promoveu do marxismo. Em primeiro lugar pode-se afirmar que Arismendi enxergou uma relação dialética viva entre teoria e prática na forma como Lenin relaciona os dois elementos. Vê este debate como um resgate e um aprimoramento da teoria de Marx. Assim sendo, não há primazia entre teoria e prática. A prática alimenta a teoria e esta subsidia a primeira. A teoria, do ponto de vista materialista- histórico e dialético, permite o entendimento acerca da formação dos atores sociais objetivos e materiais, e o caráter histórico que possuem determina a sua transitoriedade. Ou seja, muda de acordo com o ritmo das transformações sociais de cada contexto e exige, portanto, novas explicações. Arismendi identificou que Lenin oxigenou o marxismo de sua época e buscou destacar os componentes do pensamento desenvolvido pelo líder soviético que evidenciam a sua originalidade. Assim, ao apontar para esses elementos, destoa da cultura predominante no movimento comunista da região, como mencionado anteriormente. Por ações concretas, refere-se não apenas a iniciativas engajadas através de sindicatos, partidos políticos e demais organizações, mas, sim, em seu sentido mais amplo. Talvez o dirigente revolucionário uruguaio tenha identificado que a teoria revolucionária marxista advém da prática compreendida como ação consciente do ser humano na realidade, o que define o caráter dialeticamente contraditório dessa relação entre prática e teoria. No que tange à pesquisa realizada, pode-se compreender por prática a ação humana a partir da experiência concreta de vivenciar um fato específico ou os condicionantes que um determinado contexto histórico impõe a grupos de indivíduos organizados em segmentos, camadas ou

classe sociais. Tendo em vista a presente pesquisa, é possível interpretar o entendimento de Arismendi quanto à conexão entre teoria e prática. Pode-se compreender, portanto, que do ponto de vista de Arismendi, da mesma forma que dialogam, opõem-se mutuamente numa relação de unidade de contrários, a partir da concepção dialética de Marx. O alemão compreendia os seres humanos como seres sociais onde todo ser carrega consigo o seu não ser. É o que faz cada ser ou sociedade ser visto como uma totalidade dialeticamente contraditória.

Sendo o próprio Arismendi um ator social, dirigente de uma organização política e parlamentar, precisava tomar decisões dentro de contextos imediatos. As posições tomadas diante de uma conjuntura ou proposta específica provocavam reações junto à sociedade que definiram suas marcas futuras. Poderiam, portanto, determinar o sucesso ou o fracasso do projeto que defendiam ou um recuo no processo de acumulação de forças e o rumo que assumiria o percurso histórico do país. Assim, a prática seria o momento onde a história se produz materialmente, em um contexto pontual. No entanto, Arismendi entende que os atores sociais e políticos possuem caráter histórico. Ou seja, buscando assumir uma visão com perspectiva materialista-dialética, observou que as classes assumem particularidades de acordo com os diferentes contextos e características resultantes dos elementos que marcaram sua formação histórica.

Por isso a revolução cubana impactou fortemente no pensamento de Rodney Arismendi e no conjunto da América Latina adquirindo proporções históricas que abalaram as concepções mais atrasadas da época porque tal episódio ocorreu objetivamente. A relação dialética entre teoria e prática identificada por Arismendi pode residir nesse elemento e levou o líder a criar o entendimento de que as revoluções estão relacionadas com a implementação de projetos que caminhem na alteração das relações sociais e políticas por outras novas. Possui, portanto, visão processual desses eventos, não podendo resumi-los ao momento onde triunfa um movimento político, uma classe social ou um campo político. Arismendi entende que a história é resultado da ação consciente dos seres humanos ao intervirem na realidade em que estão inseridos. Para ele os grupos humanos estão divididos quanto ao local que ocupam e pelos seus papéis que desempenham no desenvolvimento do corpo social ao qual pertencem. Entretanto, enxerga as particularidades das classes sociais diante de cada conjuntura, onde as dinâmicas gerais da sociedade e dos atores sociais envolvidos incidem. Ou seja, o autor não concebe as classes sociais a partir

de sua passividade, antes pelo contrário identifica que ao mesmo tempo em que são resultado do processo histórico, são também seus construtores. Assim, propõe-se a identificar o olhar a partir do qual concebe que os homens artífices da própria história, e que as transformações históricas são produto dos conflitos entre grupos distintos de seres humanos. Estes grupos são aqueles que integram as classes sociais, bem como suas frações, camadas e setores. Ao reivindicar a análise dos atores a partir de uma visão que identifica a materialidade histórica e dialética que permite identificar que são resultado das relações sociais concretas e do papel que cada um cumpre dentro da organização social, ao mesmo tempo que permanecem em constante transformação. Daí a noção dialética entre prática e teoria na visão de Rodney Arismendi, que o conceito pressupõe a composição de uma totalidade dialeticamente complexa. Dialeticamente, neste caso, tendo em vista os critérios do autor, entende-se por uma unidade de contrários. Ou seja, é possível, então, entender, que a ação humana que se expressa nas relações sociais, sejam elas políticas, econômicas ou culturais, são o centro da análise. São elas, portanto, que fornecem os insumos que construíram a trajetória histórica de uma população, país ou grupo social com os quais o observador trabalhará. Arismendi estabelece uma referência em Lenin ao identificar que o líder russo desenvolveu boa parte de sua elaboração teórica durante os conflitos da revolução de outubro. Assim, diante dos acontecimentos, teve a necessidade de desenvolver interpretações assim como apontar linhas e caminhos ou construir estratégias políticas que atendessem a questões imediatas. Contudo, pode-se entender que as mudanças propostas por Arismendi visavam cambiar as estruturas da sociedade. Estas se produziram ao longo da trajetória histórica do Uruguai e obedecem a aspectos, se é bem verdade que o autor aponta para sua identidade continental, que são singulares. No âmbito político, Arismendi buscou interferir, projetando a construção de caminhos futuros. Esse raciocínio permite, talvez, apontar de onde Arismendi extrai o conceito de Democracia Avançada e sua perspectiva acerca das vias e caminhos para o socialismo.

É possível considerar que a elaboração do líder uruguaio é dotada de relativo ineditismo dentro do cenário do movimento comunista internacional e do próprio marxismo ao dialogar com diversas correntes no âmbito desta perspectiva teórica negadas ou revestidas de grande preconceito pelo movimento comunista naquele momento. Uma grande associação é feita entre o pensamento desenvolvido por Arismendi e do dirigente comunista italiano, Antonio Gramsci. Ainda que as obras do primeiro a respeito do segundo

são datadas dos anos 80 e que no período que pretendemos estudar não existam menções à obra de Gramsci no seu trabalho, a identificação de Arismendi como um teórico influenciado pela reflexão do italiano são muito fortes. Como afirma o Decano da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade da República (UDELAR), Alvaro Ricco:

(...) su primera visita (de Gramsci) a América Latina y, en especial, al Río de la Plata, va siendo anunciada desde la década de los años '50, con la impresión en Buenos Aires por la Editorial Lautaro de Cartas desde la Cárcel y con la traducción al español y primera edición en Argentina” (RICCO, 2001, p.151).

Assim, pode-se deduzir que a difusão da obra de Gramsci na região não possuía grandes proporções nas décadas de 50 e 60 do século passado. Entretanto, tampouco se pode afirmar que o referido diálogo ou influência teórica não haja ocorrido. Por outro lado, Ricco reflete sobre essa questão quando diz que,

Si bien el desarrollo masivo del marxismo en América Latina está vinculado a su ‘leninización’, quizás por la conformación económico, social, política y cultural (la llamada ‘excepcionalidad’ del modelo), en nuestro país, desde mediados de los años '50 y por las fuerzas de izquierda y el PCU, hay más de construcción contra hegemónica que de dualidad de poderes” (RICCO, 2001, p.148). Dessa forma, o debate sobre a relação entre Arismendi e Gramsci pode, também, permitir a reflexão crítica sobre a tradição marxista e comunista na América Latina ‘y señalar los enlaces entre los aportes de Mariátegui, Arismendi, Gramsci, y otros pensadores (RICCO, 2001, p. 152).

O estudo da obra de Rodney Arismendi, além de permitir conhecer e analisar o processo de construção da unidade da esquerda uruguaia, abre a perspectiva de desenvolver a investigação e promover o debate sobre a difusão e o desenvolvimento do marxismo e do movimento comunista e revolucionário na América Latina. De maneira mais específica, a produção teórica de Arismendi traz consigo elementos singulares dentro da tradição marxista e da corrente comunista do período, no sentido que parte da realidade concreta e das peculiaridades da formação histórica e social do Uruguai para compreender a necessidade de ver a construção do socialismo como o resultado da luta do povo uruguaio pela sua própria emancipação.

A obra de Rodney Arismendi deixou profundas marcas e está presente até hoje na sociedade uruguaia. Como teórico marxista, revolucionário, patriota e latinoamericano, jogou papel central na construção de uma experiência única que permitiu unir amplos

setores em torno de uma visão de mundo transformadora, da mesma forma que contribuiu para a formação de uma profunda cultura unitária na esquerda daquele país que perdura até a atualidade. Em 2016, a Frente Ampla celebrou 45 anos de sua criação e dedicou o seu VI Congresso Ordinário, realizado em novembro, em homenagem ao “entrañable compañero Rodney Arismendi”, como reconhecimento às suas contribuições na construção da unidade da esquerda naquele país.

Referências Bibliográficas

AMÉRICAS, Casa de Las (Org.). **Ernesto Che Guevara - obras (1957-1967)**. Havana: Ediciones Casa de Las Américas, 1970. 698 p.

ARICÓ, J. **Marx e a América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982

ARISMENDI, Rodney. **Lenin, la revolución y América Latina**. Montevideo: Hijos, 2016. 178 p.

. **La construcción de la unidad de la izquierda - Selección de textos (1955 - 1989)**. Montevideu: Ed. Grafinel, 1999. 287 p.

. **Problemas de una revolución continental: Tomo I**. Montevideo: Granfinel, 1997. 281 p.

. **Marx y los desafíos de la Época: y cinco trabajos más**. Montevideo: La Hora, 1984. 193 p.

. **Problemas de una revolución continental: Tomo II**. Montevideo: Granfinel, 1997b. 2961 p.

. **La unidad de América Latina: Selección de textos (1970 - 1989)**. Montevideo: Fundación Rodney Arismendi, 2013. 291 p.

. **Para un prontuario del dólar**. M: Ediciones de La Banda Oriental, 1995. 308 p.

. **A Revolução Latino-Americana**. Lisboa: Editora Avante, 1977. 255 p.

. **El congreso de los constructores del comunismo**. Montevideo: Ediciones Pueblos Unidos, 1953. 166 p.

. **Apuntes sobre Gramsci**. Montevideo: Estudios, 1987.

BARROS-LÉMEZ, Alvaro. **Arismendi: Forjar el viento**. Montevideu: Ed. Monte Sexto, 1987.

CAPOBIANCO, Alexis. **José Carlos Mariátegui y Rodney Arismendi: Convergencias y proyecciones actuales**. 2015. 325 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciencias Humanas, Estudios Latinoamericanos, Universidad de La Republica, Montevideo, 2015.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTTO, Enzo. **Dependência e desenvolvimento na América Latina**. 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1973. 143 p.

DA COSTA, Emília Viotti. Estruturas Versus Experiência: Novas Tendências na História do Movimento Operário e das Classes Trabalhadoras na América Latina: o que se perde e o que se ganha. **BIB - Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**. Rio de Janeiro. n. 29 (1990)

FURTADO, Celso. **A economia latino-americana: formação histórica e problemas contemporâneos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. 97 p.

HEREDIA, Fernando Martinez. **Los más humildes también crearon la nación**. Disponível em: <<http://www.cubadebate.cu/opinion/2016/08/04/los-mas-humildes-tambien-crearon-la-nacion/#.WW6ZKyErI8o>>. Acesso em: 04 ago. 2016.

LEIBNER, Gerardo. Gerardo Leibner. **V Jornadas de Historia de Las Izquierdas**, Buenos Aires, p.67-89, nov. 2009.

LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale. **Dicionário Gramsciano (1926-1937)**. São Paulo: Boitempo, 2017. 831 p.

LOWY, Michel. **O Marxismo na América Latina: Uma antologia de 1909 aos dias atuais**. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2012. 603 p.

MARX, Karl. **O 18 Brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011. 174 p.

PADRÓS, Enrique Serra; FERNANDES, Ananda Simões. O 68 no Uruguai:: crise estrutural, mobilização social e autoritarismo. **História: Debates e Tendências**, Passo Fundo/rs, v. 8, p.28-49, jan. 2009. Semestral

PALTI, Elias. **La nación como problema: Los historiadores y la cuastion nacional**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Economica de Argentina S.a, 2006. 157 p.

PERICÁS, Luiz Bernardo. Carlos Baliño, pioneiro do marxismo na América Latina. **Revista Eletrônica da Anphlac**, São Paulo, v. 2016, n. 20, p.126-140, 15 maio 2016. Bimestral. Disponível em: <<http://revistas.fflch.usp.br/anphlac/article/view/2494>>. Acesso em: 15 maio

2016.

PRESTES, Anita Leocádia. **Luiz Carlos Prestes, um comunista brasileiro**. São Paulo: Boitempo, 2015. 558 p.

SCHVARZ, Niko. **José Carlos Mariátegui y Rodney Arismendi: Dos cumbres del marxismo en América Latina**. Montevideo: Granfinel, 1998. 196 p.

THOMPSON, E.P. **A Formação da Classe Operária**. vol.1. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004 [1963]. 204 p.

TRIAS, Vivian. **“Marx, Lenin y la Revolución Latinoamericana”**. *El Sol*, diciembre de 1961, Montevideo.

TRIAS, Vivian. **Aportes para un socialismo nacional**. Montevideo: Ediciones de La Banda Oriental, 1989.

VIEIRA, Eduardo. **El aporte de Arismendi al desarrollo del leninismo en América Latina**. Montevideo: Fundación Rodney Arismendi, 1994. 92 p.

VILLAÇA, Mariana. CUBA E A ESQUERDA URUGUAIA: O ENCONTRO DA OLAS (ORGANIZACIÓN LATINOAMERICANA DE SOLIDARIDAD, 1967) NAS PÁGINAS DE MARCHA. **Projeto História**, São Paulo, p.309-336, jul. 2017. Trimestral.

WASSERMAN, Claudia. **A teoria da dependência: do nacional- desenvolvimentismo ao neoliberalismo**. Rio de Janeiro: FGV, 2018. 236 p.

YAFFE, Carlos. **Sobre el porceso de construcción del Partido Comunista de Uruguay**. Montevideo: Ediciones Pcu, 2013. 358 p.